



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CLODOMIR CORDEIRO DE MATOS JÚNIOR

**VIOLÊNCIA, CIDADANIA E MEDO: VIVÊNCIAS URBANAS EM
FORTALEZA**

Fortaleza

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CLODOMIR CORDEIRO DE MATOS JÚNIOR

**VIOLÊNCIA, CIDADANIA E MEDO: VIVÊNCIAS URBANAS EM
FORTALEZA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará como requisito para à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. César Barreira

Fortaleza

2008

CLODOMIR CORDEIRO DE MATOS JÚNIOR

**VIOLÊNCIA, CIDADANIA E MEDO: VIVÊNCIAS URBANAS EM
FORTALEZA**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Sociologia e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará.

Fortaleza, 11 de Novembro de 2008

Orientador Prof. Dr. César Barreira

Universidade Federal do Ceará

Profª. Dra. Glória Maria dos Santos Diógenes

Universidade Federal do Ceará

Prof. Dra. Maria Glaucéria Mota

Universidade Federal do Ceará

Matos Júnior, Clodomir Cordeiro de.

Violência, Cidadania e Medo: experiências urbanas em Fortaleza. /

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior. Violência, Cidadania e Medo: experiências urbanas em Fortaleza. – Fortaleza, CE: [s.n], 2008.

Orientador: César Barreira

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Humanidades.

1. Violência. 2. Cidadania. I. César Barreira. II. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Universidade Federal do Ceará.

À Camila e Caio pelas alegrias diárias.
À Clodomir e Fátima pelo apoio e carinho de
sempre.

AGRADECIMENTOS

A Camila, pela força, carinho e incentivo indispensáveis na tecitura e digitação desse trabalho. Aos meus pais Fátima e Clodomir, pelo apoio moral, afetivo e material dispensados em minha trajetória acadêmica e pessoal. Ao Caio, esse pequeno ser cheio de vida e inconstância que deu um novo colorido em meus pensamentos e práticas. Aos amigos Hélio e Mazela, pelas boas e divertidas conversas travadas nos intervalos e pela amizade construída ao longo dessa trajetória comum. Aos irmãos Claudemir e Cláudio, que me fizeram enxergar o valor de ser independente e da luta que é necessária para isso. Ao professor César, estimado orientador, que em seus “lapsos nominais” fazia de nossos encontros momentos de trocas e descontração. Meus sinceros agradecimentos por sua paciência para que o presente texto ganhasse corpo. A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo apoio financeiro sem o qual a presente pesquisa não poderia ter sido desenvolvida. A Socorro e Aimberê, por terem esclarecido centenas de questões e por mostrarem alguns atalhos burocráticos ao longo do curso. Ao professor Geovani Jacó de Freitas, o “Gil”, por acreditar e incentivar meu percurso acadêmico e por mais uma vez estar participando de um processo de avaliação ao qual me submeto. A professora Glória Diógenes pela disponibilização e participação na banca de defesa de dissertação.

Restam outros sistemas fora do solar a colonizar. Ao acabarem todos só resta ao homem (estará equipado?) a difícilíssima e perigosíssima viagem de si a si mesmo? Pôr o pé no chão do seu coração experimentar colonizar, civilizar, humanizar o homem descobrindo em suas próprias inexploradas entranhas a perene, a insuspeitada alegria de con-viver. (Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

O presente trabalho pretende ser uma contribuição aos estudos que se dedicam a compreensão das formas de experimentar e viver em contextos urbanos. Investigando as maneiras de apropriar-se e relacionar-se em bairros socialmente apreciados através da violência e do medo, Fortaleza foi revelada sob a ótica dos moradores da Aerolândia. O espaço urbano, visto sob o prisma da insegurança, coloca questões interessantes para pensar o exercício da cidadania enquanto práticas sociais. Em sociedades de massa e de consumo a afirmação de individualidades, identidades e visões de mundo passam por uma visibilidade imagética difícil de ser efetuada em contextos perigosos. Exibir os frutos de uma inclusão bem sucedida na sociedade democrática do consumo se coloca como uma tarefa problemática quando o espaço público é apreciado sob o ponto de vista do aumento da criminalidade. Pensando a cidadania não como categoria abstrata, mas enquanto elemento acessado no contexto das práticas e relações sociais, revelam-se as complexas experiências democráticas das massas urbanas marginalizadas. Cidadanias são praticadas, não possuídas.

Palavras - chave: Cidade. Violência. Cidadania.

ABSTRACT

This work is intended as a contribution to studies that are dedicated to understanding the ways to try and live in urban contexts. Investigating ways to appropriate and relate socially in neighborhoods marked by violence and fear, Fortaleza was revealed from the viewpoint of the residents of Aerolândia. The urban space seen through the prism of insecurity poses interesting questions to think about the exercise of citizenship as social practices. In societies of mass and of consumptions the assertion of individuality, identity and visions of the world pass through a visible imagery difficult to be carried in dangerous contexts. View the fruits of a successful inclusion in the democratic society of consumption is raised as a problematic task when the public space is assessed from the point of view of the increase in crime. Thinking of citizenship not as abstract category, but as an element accessed in the context of the practices and social relations are proving to be the complex experiences of democratic marginalized urban masses. Citizenships are practiced, not possessed.

Key words: City. Violence. Citizenships.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da Regional VI e seus respectivos limites.....	42
Figura 2. . Áreas consideradas especiais pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Controle Urbano de Fortaleza (SEMAN).....	43
Figura 3. Mapa elaborado pela SEMAN sobre os rendimentos domiciliares da cidade de Fortaleza.....	46
Figura 4. Mapa elaborado pela SEMAN em referência ao que chama de “zonas especiais”.....	50

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	12
1.1 Investigando terras próximas	17
1.2 Interfaces Metodológicas na compreensão da criminalidade e da violência	20
1.2.1 Estatísticas Oficiais: tendências rastreadas	22
1.2.2 As pesquisas de <i>vitimização</i> como fontes “alternativas” ou “complementares”	24
1.2.3 Revelando experiências e sentidos	27
1.3 Experiências de investigações interativas	36
<u>CAPÍTULO 2. COMPREENDENDO A AEROLÂNDIA</u>	41
<u>CAPÍTULO 3. MENINOS DA PRAÇA: <i>NOMADISMOS E ACESSOS</i></u>	53
3.1 A praça dos meninos	54
3.2 <i>Entre a cruz e a espada</i>	57
3.3 Práticas policiais: <i>estratégias táticas</i>	61
3.4 Direitos “acessíveis”: cidadanias na encruzilhada	67
3.4.1 Meninos da praça: <i>acessos cambiantes</i>	70
<u>CAPÍTULO 4. CONVERSANDO SOBRE O CORPO, ENTENDENDO A VIOLÊNCIA</u>	73
4.2 O corpo enquanto <i>entidade cultural</i>	75
4.2.1 Manipulando impressões: evitando enquadramentos	82
4.3 O corpo em movimento	90
<u>CAPÍTULO 5. O UNIVERSO DA VIOLÊNCIA</u>	95
5.1 FALANDO DE VIOLÊNCIAS	95
5.1.1 Max Weber e um <i>continuum</i> entre violência e poder	99

5.1.2 Desigualdades Sociais e <i>Violência Estrutural</i>	100
5.1.3 A <i>Violência Simbólica</i> de Bourdieu	101
5.1.4 A violência contemporânea sob a ótica das práticas criminalizadas	103
5.2 MEDOS SOCIAIS	106
5.2.1 <i>Processos desestabilizadores e insegurança generalizada</i>	110
5.2.2 Atualizando medos locais: o estigma territorial e a sujeição criminal	114
5.2.3 Medo do Outro	119
5.3 VIDA COTIDIANA: ENTRE PERMANÊNCIAS E RUPTURAS	120
5.3.1 Práticas sociais: <i>táticas astuciosas</i>	123
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	127
<u>REFERÊNCIAS</u>	136

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende ser uma contribuição aos estudos que se preocupam com as formas de apropriações dos espaços urbanos na contemporaneidade. Nesse sentido, apresento considerações referentes ao desenvolvimento de minha pesquisa sobre como se processam e significam relações em contextos socialmente representados sob a ótica do *estigma*¹ da *violência urbana*² e dos medos citadinos. Como resultado de um interesse investigativo centrado nas maneiras de experimentar e *existir* em tais espaços, o texto apresenta situações e sentimentos vivenciados pelos moradores do bairro Aerolândia, localizado na cidade de Fortaleza, Ceará³. Resultado de inquietações e sentimentos de um pesquisador e informantes contextualmente localizados, o estudo buscou compreender experiências individuais e coletivas que revelassem como as existências nas *urbes* brasileiras estão sendo pensadas e processadas.

Investigar as formas de se apropriar e interagir em espaços socialmente “condenados” significou uma tentativa de apreender o papel ativo dos atores sociais na elaboração de suas táticas de sociabilidade e navegações no contexto citadino. Sob a ótica dos medos urbanos as interações e relações em tais contextos são *re-significadas*, na medida em que reconhecer-se como morador de bairros socialmente estigmatizados e se ver “obrigado” a transitar por suas ruas são “aventuras” complexas e preocupantes. Novos ritmos e cadências ganham cores e formas nas epopéias urbanas perigosas.

¹ Ver GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

² Segundo Misse (2006a), “em condições normais, na sociedade moderna a violência acaba por ser englobada por outra palavra – ‘crime’. Ao criminalizar o uso da força nos conflitos cotidianos, a modernidade a um só tempo dispôs a violência exclusivamente no Estado, seu legítimo detentor monopólico, para que ele arbitre judicialmente todos os conflitos internos à sociedade, e exigiu que os cidadãos abandonassem os recursos às armas e à força em suas pendengas cotidianas.” (Misse, 2006: XI). Nesse sentido, concordo com o autor quando considera que a violência urbana compreende principalmente práticas e conflitos criminalizados, e enfrentá-la significaria enfrentar o objeto da questão criminal.

³ Bairro localizado na Zona Sul da cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. Para maiores detalhes ver o capítulo 2.

Iniciei a investigação com a preocupação de compreender como residentes de bairros representados através de *práticas criminalizadas*⁴ significavam e realizavam suas apropriações e interações na *urbe*. Diferentes *táticas* de “navegações” sociais foram se revelando a partir de esquemas de apreciações e classificações que tinham em comum a pretensão da manutenção das integridades físicas, materiais e morais de seus praticantes. As experiências urbanas pensadas sob a luz dos “perigos” e “incertezas” sociais, angústias que envolvem não apenas a possibilidade de sofrer algum tipo de ação considerada violenta, mas também a de ser identificado como “potencial violento”, revelam toda a inventividade e astúcia empreendidas pelos atores sociais em suas incursões cidadinas.

Entendendo a *urbe* como campo de ações e significações heterogêneas, o bairro Aerolândia constituiu-se como contexto exemplar de situações e sentimentos vivenciados em espaços da cidade de Fortaleza representados através da ótica da *violência delitiva* (Hernández, 2002) e suas ressonâncias simbólicas. Explorando dados empíricos e fontes de “segunda mão”, tais como jornais e *sites* eletrônicos, o trabalho teve como eixo analítico a problematização das diferentes maneiras de experimentar e relacionar-se em contextos socialmente apreciados como perigosos.

Buscando entender as complexas formas de *usanças* “da” e “na” cidade, realizei minha pesquisa com os residentes do bairro Aerolândia, espaço no qual resido e onde, em uma primeira aproximação investigativa, elaborei um trabalho monográfico⁵ como requisito final para a conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Neste, tentei perceber como habitantes de áreas socialmente “condenadas” estavam tecendo sentimentos de “pertença” e identificação com tais espaços.

Entender Fortaleza sob a ótica dos moradores da Aerolândia significou uma tentativa de compreender a mesma através de seus *micro-espaços* que a revelam enquanto configuração heterogênea colorida por diferentes representações, práticas e sentimentos (Wacquant, 2005). A “Cidade”, palco e testemunha de relações que tendem a evitar locais socialmente

⁴ De acordo com Misse (2006b), ao referir-se ao processo de *construção social do crime* no Brasil, as práticas criminalizadas se referem aos cursos de ações *típico-idealmente* definidos como “crime”. Definição essa processada através da reação moral à generalidade que define tal curso de ação e o põe nos códigos, institucionalizando sua sanção.

⁵ Ver Matos Júnior, Clodomir Cordeiro de. *A violência no contexto urbano: um estudo do processo de produção de sentidos e estereótipos sobre o espaço social e o indivíduo*. 2004. 82 f. Monografia. (Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Ceará, 2004.

apreciados como “perigosos”, é a mesma que revela uma multiplicidade de apropriações *táticas* cotidianamente elaboradas em meio à insegurança dos medos urbanos.

As diferentes maneiras de apresentar-se e exibir-se, em sociedades que reservam um papel privilegiado para a dimensão da *imagem* e do *consumo*, são práticas capazes de revelarem as distintas apreciações e percepções dos espaços urbanos, seus moradores e práticas (Canclini, 1996). Sustentadas, entre outros fatores, por constantes ocorrências de práticas criminalizadas no interior do bairro, as representações da Aerolândia como “local violento e perigoso” disseminavam-se e reproduziam-se no imaginário coletivo. Nesses espaços de “violência”, *cidadanias*, enquanto inserções construídas através das práticas sociais, são complexamente exercidas. Diferenças passam a ser mascaradas taticamente, filiações camufladas deliberadamente e pertencimentos remanejados intencionalmente. Como elemento expressivo de autonomias e individualidades em sociedades imagéticas e consumistas, o corpo, através de sua manipulação visual, é alvo de atentas reflexões e preocupações nas experiências urbanas. Atualizando esquemas de apreciações e classificações em suas interações ordinárias os atores sociais manejam táticas que objetivam não apenas a manutenção de suas integridades físicas, mas também materiais, subjetivas e morais.

Viver em espaços representados como “perigosos”, “críticos” ou “problemáticos” significava para os moradores da Aerolândia não apenas temer práticas violentas, mas também rotulações sociais que os prejudicassem. Sob esse duplo temor a inventividade e astúcia dos atores sociais revelavam-se nas experiências urbanas. Organizadas em um mundo de “leituras” situacionais dos espaços da *urbe*, onde representações coletivas se atualizam e se reproduzem, as práticas sociais incorporam maneiras de apreciar e experimentar a esfera pública urbana.

O texto que segue carrega considerações sobre práticas e sociabilidades tecidas em contextos urbanos apreciados sob a ótica da violência criminal. Neles, revelaram-se maneiras de conceber o espaço público, os atores sociais que o habitam e os tipos de relacionamentos capazes de serem gestados e praticados no mesmo. Nesse sentido, o que nessas linhas está escrito são reflexões acerca das impressões dos moradores da Aerolândia sobre a “difícil tarefa” de viver e existir em tais espaços. O bairro, estruturado através de elaborações simbólicas e práticas sociais, revela-se como um ambiente onde as apropriações requerem astúcia, “atenção” e calculabilidade.

Na primeira parte do texto, faço referência ao processo de construção do objeto a ser investigado e do olhar que me propus a dar ao mesmo, problematizando os caminhos metodológicos percorridos na compreensão dos *universos da violência*⁶. Num segundo momento, contextualizo o espaço no qual desenvolvi minha pesquisa, expondo algumas especificidades do bairro Aerolândia e singularidades de seus moradores. Tal momento é significativo para o desenvolvimento do presente argumento, pois entender as distintas experiências urbanas requer que as localizemos num espaço e num tempo socialmente estruturados.

O terceiro e quarto capítulo são compostos por reflexões acerca das experiências, práticas, significações e sentimentos de dois grupos de moradores da Aerolândia, um que se auto-apreciava como “cidadãos” e outro formado por jovens *usuários* de drogas. Na terceira etapa, abordo as possibilidades de acessos aos direitos civis de grupos considerados *desviantes* (Becker, 1977) em contextos de criminalidade e medo. No convívio com esses grupos, as cidadanias foram reveladas enquanto *práticas sociais situacionais* e as ações policiais como ações que devem incorporar em suas efetivações *astúcias táticas* (Certeau, 2007). No quarto capítulo, trato da complexa experiência de reivindicar *reconhecimentos* (Honneth, 2007), através das ostentações e manipulações das diferenças, e inserções em contextos socialmente representados sob o *estigma* da violência. Em “sociedades da imagem” onde a cidadania, pensada em sua possibilidade consumista (Canclini, 1996), pode ser acessada através da exibição de vestimentas, artefatos e adereços, a composição corporal é alvo de constantes preocupações e angústias. Esconder diferenças e *manipular impressões* (Goffman, 2005) são comportamentos recorrentes e problemáticos em espaços de “perigo” e medo.

No quinto capítulo, tento compreender a violência enquanto fenômeno social e sociológico complexo, percebendo a mesma em seus processamentos e significações diárias e não como categoria abstrata elaborada e instrumentalizada pelo investigador. Assim, o *universo da violência* ganha corpo, agregando a uma dramaticidade factual, sentimentos e práticas astuciosas gestados na *urbe* contemporânea. No convívio com os moradores da

⁶ Falar de universos da violência significa compreender tal fenômeno em sua natureza social e não como categoria abstrata. Nesse sentido, fariam parte de tal conjunto: as práticas representadas como violentas; as ações enquadradas no âmbito da lei e definidas como crime; o medo socialmente construído; as respostas sociais aos mesmos; e os órgãos encarregados em seu combate e controle.

Aerolândia: aquilo que socialmente é representado como “violência” ou “práticas violentas” pôde ser detectado e compreendido; o medo, enquanto sentimento coletivamente estruturado e vivenciado revelou suas distintas manifestações e “afetações”; e, as práticas sociais, como construções astuciosas e táticas, denotaram toda a inventividade e criatividade dos atores sociais em suas apropriações ordinárias.

Finalizando a comunicação, exponho algumas considerações acerca das experiências urbanas de moradores de bairros apreciados sob o prisma da criminalidade e do medo. Nesse desfecho, exponho provocações e questionamentos que desabrocharam nos ricos momentos de interações investigativas compartilhados com os residentes da Aerolândia.

CAPÍTULO 1.

CONSTRUINDO O OBJETO: PERCORRENDO CAMINHOS

1.1 Investigando terras próximas

O interesse inicial por estudar a Aerolândia e sua trama surgiu quando me deparei com a necessidade de elaborar um trabalho monográfico como requisito final para a conclusão do curso de Ciências Sociais na Universidade Estadual do Ceará (UECE), no ano de 2004⁷. Nessa ocasião, meu objetivo foi perceber como os moradores do bairro em questão estavam construindo um sentimento de *pertença* em relação a um contexto socialmente apreciado através do *estigma* da violência. Fragmentado simbolicamente nas representações sociais, o espaço era atravessado por distintas memórias e sentimentos que colocavam em xeque a idéia do mesmo como uma “unidade imaginária” homogênea, ao passo em que se desenhavam múltiplos *micro-espacos* afetivos. Identificações e pertencimentos eram manipulados constantemente em jogos capazes de evitarem possíveis *incriminações* e estigmatizações individuais e/ou grupais. Investigando tais relações, a monografia contribuiu de maneira frutífera para o desenvolvimento do trabalho de dissertação aqui proposto. O contexto no qual realizei minha investigação passou por mudanças, tanto quanto as inquietações e perguntas a serem compreendidas nesse novo fôlego.

Falar sobre a Aerolândia, seus moradores, relações e práticas é uma tarefa que se confunde com a narrativa de minha própria trajetória individual. Moro no bairro desde que nasci e do mesmo ausentei-me por curtos períodos de tempo. Dessa maneira, o contato com tal espaço e seus habitantes se deu através de uma relação íntima que foi construída e vivenciada ao longo de anos de convivência.

Foram muitas as experiências e sentimentos compartilhados na companhia das pessoas que ali residem. O contexto no qual realizei minha investigação foi problematizado não como um espaço “desconhecido” e “distante” a ser compreendido, mas como um ambiente

⁷ Ver Matos Júnior, Clodomir Cordeiro de. *A violência no contexto urbano: um estudo do processo de produção de sentidos e estereótipos sobre o espaço social e o indivíduo*. 2004. 82 f. Monografia. (Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Ceará, 2004.

“familiar”, habitado por pessoas reconhecíveis e por práticas muitas vezes presenciadas e vivenciadas por mim. Investigar um ambiente onde os rostos e os cenários são “familiares” e “próximos” envolveu, necessariamente, a problematização e a reflexão de práticas e momentos que se confundem com minha história de vida.

Nesse percurso de *estranhamento do familiar* (Velho, 1989) o “olhar do morador” confunde-se com o do “pesquisador”, onde situações anteriormente vividas de maneiras fluídas, e de certa maneira “irrefletidas”, passavam a ser questionadas em constantes e insaciáveis experimentações marcadas, outra vez, por “posturas analíticas”. Morar na Aerolândia já não era a mesma coisa, pois o espaço que habito e pelo qual cultivo sentimentos e memórias se tornou o contexto no qual busquei referências e indícios para a produção de um conhecimento científico acerca da violência, da criminalidade e do medo.

Inserindo o bairro Aerolândia no contexto mais amplo da cidade de Fortaleza, torna-se importante perceber como seus moradores elaboram práticas sociais de caráter *tático* em espaços marcados por sentimentos de insegurança e medo. Segundo Irllys Barreira (2007), referindo-se as possibilidades de uma *sociologia dos bairros*:

não obstante a vigência de processos globais, atuando como pano de fundo no âmbito de registros sociológicos da cidade, torna-se importante retomar o contexto das práticas cotidianas reveladoras de sentidos e processos citadinos. Trata-se de pensar as estruturas mais abrangentes mediante o que poderia ser designado de “sociologia dos bairros”, entendendo que, a partir de espaços microssociais, é possível examinar perspectivas globais da cidade. **O bairro, como lugar expressivo de práticas sociais, permite ultrapassar a lógica linear de certas generalizações, atentando para situações mais densas e contraditórias vivenciadas no cotidiano da cidade.** Cotidiano permeado de ações insurgentes, rotinas e modos de apreender a cidade, nem sempre cabíveis nos modelos convencionais de observação da realidade. (Barreira, 2007: 165). (Grifos meus)

Nessa perspectiva, compreender como os moradores de bairros representados através do *estigma* da violência, como é o caso da Aerolândia, elaboram e significam suas apropriações, relações e circulações cotidianas no espaço urbano é uma tentativa de ultrapassar lógicas lineares e generalizações detectadas em algumas investigações sociais. Como lugar expressivo de práticas e sentidos, o bairro revelou situações densas e contraditórias vivenciadas no turbilhão incessante da vida na *urbe*. A “Cidade”, revelada através das narrativas e práticas de seus moradores exhibe difusos modos de apreciações e apropriações que escapam aos olhos de abordagens de caráter estrutural que não se deixam seduzir pela intensidade de cores e cheiros característicos das experiências urbanas.

Buscando compreender as *astuciosas* práticas elaboradas em climas de insegurança e medo, a cidade de Fortaleza foi revelada através de suas múltiplas apropriações, ou, como prefere Certeau (2005), *usanças* sociais. Convergi meu olhar para as maneiras como os contextos urbanos estavam sendo experimentados e para as formas que as relações de sociabilidade estavam assumindo em bairros marcados por práticas criminalizadas, tentando identificar distintas significações e sentimentos ali vivenciados. O espaço público urbano, enquanto esfera de ação estruturada através de elaborações simbólicas e práticas cotidianas, era representado como um ambiente onde as *navegações* individuais e/ou coletivas requerem cálculos e reflexões acerca das possibilidades de encontros com indivíduos potencialmente perigosos⁸.

Referindo-se às experiências contemporâneas nas cidades modernas, Simmel (1967) afirma que uma das tendências mentais típicas dos aspectos exteriores da vida na metrópole seria a formação de um *espírito calculista*. O *espírito moderno* tornou-se crescentemente calculista, buscando instalar nas relações entre os diferentes aspectos da vida, um grau de *precisão* e de *certeza* crescentes. Questionando “certezas” e “precisões” nas formas de representar e experimentar os diferentes contextos citadinos, em especial os ditos periféricos, violentos e pobres, debrucei meu olhar sobre o cotidiano e os percursos diários dos moradores da Aerolândia, onde ali pude observar formas, cores e cheiros ao mesmo tempo singulares e gerais.

As práticas sociais ordinárias forneceram importantes indícios da capacidade dos atores sociais enquanto *sujeitos ativos* que pensam e refletem sobre suas ações e trajetórias situacionais. As maneiras de vivenciar a *urbe* são atualizadas através de constantes jogos, até certo ponto racionais e “conscientes”, de negociações em torno das possibilidades de *usanças* dos espaços sociais.

⁸ Segundo reportagem do *Diário do Nordeste* de 04/03/2007 o bairro é “Conhecido como ponto crítico em relação a assaltos”. Já a reportagem de *O Povo* de 09/04/2007 diz que “A área também é vista como um problema sem solução a curto ou médio prazo pela Polícia Civil”.

1.2 Interfaces Metodológicas na compreensão da criminalidade e da violência

Concordo com Minayo (1994), quando afirma que podemos entender de uma maneira complexa o que seja *metodologia*, ao considerarmos a mesma como “*o caminho e o instrumental próprios das abordagens da realidade*”. Nessa perspectiva, a mesma ocuparia lugar de destaque no desenvolvimento das teorias sociais por fazer parte da visão de mundo veiculada em tais propostas. Entender a metodologia como o “*caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade*”, significa pensá-la não apenas em sua forma exterior, ou seja, enquanto técnicas e instrumentos de pesquisa. Como síntese da articulação entre conteúdos, pensamentos e experiências empíricas, a mesma incluiria: “*concepções teóricas de abordagem*”, ligando teoria e metodologia de maneira intrínseca; um “*conjunto de técnicas*”, que possibilitariam a construção da realidade, ou seja, um instrumental claro, coerente, elaborado e capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática; e o “*sopro divino*” do potencial criativo do pesquisar, que deve prescindir da ruptura e da inventividade no processamento da investigação social (Minayo, 1994).

Desenvolvendo um argumento semelhante, Bourdieu (2005) procura entender a metodologia colada ao referencial teórico que é incorporado na prática da pesquisa. Segundo o autor, “*não se pode reencontrar o concreto combinando duas abstrações*”, devendo o pesquisador não separar as opções técnicas mais “empíricas” das mais “teóricas” de construção do objeto nas investigações sociais. É em função de uma certa elaboração do objeto que os métodos de abordagem, as técnicas de recolha dos dados, e o tratamento posto em prática na análise social se impõe (Bourdieu, 2005). No rastro de tal proposta, devemos mobilizar todas as técnicas, que, dada a definição do objeto, possam parecer pertinentes, e que, dadas as condições práticas de recolha dos dados, sejam empiricamente utilizáveis. O autor ainda previne para que nas pesquisas sociais não se confunda a *rigidez* com o *rigor*, pois assim, poderíamos ficar privados dos recursos que podem ser oferecidos pelo conjunto das diferentes tradições intelectuais. Inspirado pelas reflexões de Minayo e Bourdieu, busquei trabalhar com abordagens qualitativas como ferramentas capazes de aprofundarem experiências e sentimentos acerca da violência e do medo enquanto fenômenos sociais complexos.

O objeto a ser investigado foi apreciado em sua dimensão *relacional*, ou seja, como elemento histórico e qualitativo inserido num conjunto de relações das quais retira o essencial de suas propriedades (Bourdieu, 2005). O *universo da violência*⁹ não pôde ser pensado de uma maneira exclusivamente factual, mas sob a ótica das relações de forças postas em jogo nas apropriações dos espaços urbanos representados através dos sentimentos de insegurança e medo. Compreender o *universo da violência* não é uma aventura fadada a construir-se pelo manuseio de um único método ou técnica de pesquisa, pois múltiplos são os caminhos que se podem tomar nas investigações sociais. Nesse processo, ora percorremos etapas solitárias e fatigantes, ora nos deleitamos com a riqueza de cores e sons das interações sociais, caminhos complementares que se articulam num “fazer pesquisa” atravessado por diferentes momentos e situações.

Tão numerosos quanto os métodos e as técnicas de pesquisa manejáveis nas investigações sociais, são as críticas elaboradas em torno da escolha e utilização dos mesmos. Compreendendo a *metodologia* como o *caminho* percorrido pelo pesquisador, juntamente com as *ferramentas* que o mesmo instrumentaliza no decorrer desse percurso mutante que é a pesquisa, realizei uma abordagem que utilizou métodos e técnicas qualitativas na compreensão da violência enquanto fenômeno social. Dados quantitativos e qualitativos interagem numa interface metodológica capaz de compreender a criminalidade, a violência e os medos urbanos de maneiras complexas. O *universo da violência* deve ser abordado de distintos lugares sociais e sob diferentes óticas para que possamos perceber toda sua complexidade significativa e processual.

Inicialmente, falarei sobre o complexo uso e manuseio dos dados estatísticos elaborados pelas instituições encarregadas de lidar com a violência e a criminalidade. Em seguida, destacaremos uma das chamadas *formas alternativas ou complementares* de abordagem de tais fenômenos, destacando a salutar multiplicidade de “acessos compreensivos” ao mesmo. Por fim, enfocarei o *universo da violência* sob uma perspectiva qualitativa, onde o mesmo, apreciado como experiência vivida e significada, coloca em evidência a complexidade de existir e relacionar-se em contextos marcados pelo *estigma* e pelo medo. Nesse momento, ganham visibilidade apenas algumas das técnicas manuseadas na

⁹ Falar de universos da violência significa compreender tal fenômeno em sua natureza social e não como categoria abstrata. Nesse sentido, fariam parte de tal conjunto: as práticas representadas como violentas; as ações enquadradas no âmbito da lei e definidas como crime; o medo socialmente construído; as respostas sociais ao mesmo; e os órgãos encarregados de sua prevenção e controle.

compreensão de tais fenômenos, não significando com isso, que essas sejam as únicas capazes de serem utilizadas nas abordagens dos mesmos.

1.2.1 Estatísticas Oficiais: tendências rastreadas

A utilização de dados estatísticos na compreensão da criminalidade e da violência é objeto de interessantes debates, seja quando elaboram-se críticas referentes ao fenômeno da *subnotificação*, seja quando destaca-se sua *super-representação*. Nesse momento do texto, farei uma reflexão acerca das utilizações das “estatísticas oficiais” como meio capaz de fornecer elementos para o entendimento desses fenômenos em diferentes contextos sociais. Refletir sobre suas “manipulações” e “usos” significa perceber as expressões numéricas em seus limites e possibilidades, colocando num lugar de destaque a complexidade das interações e relações sociais.

Edmundo Campos Coelho (2005), afirma que os tipos básicos de estatísticas oficiais referentes à criminalidade seriam os *crimes conhecidos pela polícia*, ou, nas palavras de Paixão (1983), as *queixas registradas* e as *prisões efetuadas*¹⁰. Ambos os autores defendem a adoção de uma postura crítica frente à utilização das estatísticas oficiais como único meio manuseável na compreensão social de tal fenômeno. Segundo Paixão, “*é ingenuidade tomar essas informações como um retrato fiel ou confiável da criminalidade real de uma comunidade*” (Paixão, 1983: 18). Trabalhando em contextos diferentes, Campos e Paixão enumeram alguns obstáculos comuns que devem ser conhecidos pelos pesquisadores quando decidem manejar estatísticas oficiais em suas investigações. Os autores não negam a importância e relevância dos dados quantitativos nas análises científicas, mas põe em destaque a complexidade de seus “problemas genéticos” e usos.

Uma primeira dificuldade relativa ao manejo das estatísticas oficiais e sua utilização como “retrato fiel” ou “confiável” da criminalidade e da violência em diferentes contextos sociais, diz respeito ao fenômeno que convencionou-se chamar de *subnotificação*. As críticas construídas em torno de tal situação afirmam que as estatísticas oficiais trabalham apenas com “*os crimes oficialmente detectáveis*” (Paixão 1983: 18). Estruturando nossa abordagem sobre

¹⁰ Tratam-se dos famosos Boletins de Ocorrências (BO) lavrados nas delegacias de polícias civis dos diferentes estados da federação.

a criminalidade através dos “crimes oficialmente detectáveis”, estaríamos deixando de lado uma grande extensão do que Coelho (2005) chama de “*violência encoberta*”. Uma gama variada de atos definidos legalmente como crimes não são conhecidos pelos órgãos competentes ou não chegam a ser denunciados por suas vítimas, fazendo da *subnotificação* uma situação recorrente e problemática na elaboração dos números oficiais. Vários fatores interagiriam nesse processo de “encobertamento”, cabendo destaque: a proximidade vicinal entre a vítima e o agressor; o “insignificante” valor do bem subtraído; e/ou a diferencial “gravidade moral” dos crimes cometidos. Nesse sentido, algumas críticas afirmam que os números cotejados pelas estatísticas oficiais subestimariam de maneira significativa a criminalidade praticada por determinados estratos sociais “*carregados de imunidades institucionais*”, fazendo com que se desenhe um mapa da violência que reserva rotineiramente lugares de destaque aos moradores de bairros socialmente marginalizados e estigmatizados, como a Aerolândia.

Um segundo obstáculo no manejo das estatísticas oficiais, refere-se ao fenômeno da *super-representação* dos dados compilados. Paixão, avisa que as “*estatísticas oficiais não apenas subestimam o volume da atividade criminosa como também distorcem a distribuição social desta atividade, no sentido da superrepresentação, na população criminosa, das classes subalternas*” (Paixão, 1983: 20). Um estudo baseado exclusivamente na “*distribuição ecológica do crime*” (Campos, 2005), ou seja, na distribuição social das atividades criminosas fornecidos pelas estatísticas oficiais, estaria comprometido em seus resultados ao perder de vista a complexa manifestação “não detectável” de tal fenômeno. O “manejador” de dados quantitativos deve abandonar uma postura “*ingênua*” quando toma as estatísticas oficiais como medidas (mesmo que de confiabilidade reduzida ou problemática) na compreensão da criminalidade e da violência em contextos sociais. Abandonar uma “postura ingênua” significa perceber as “*contingências organizacionais da produção das estatísticas e os diferenciais de poder envolvidos na aplicação de rótulos e estigmas pela organização às populações urbanas*” (Paixão, 1983: 21).

Utilizar e manusear dados fornecidos pelas organizações encarregadas da elaboração das estatísticas oficiais passaria, nessa ótica, de um enfoque *técnico* para um *teórico*, pois as:

estatísticas oficiais de criminalidade devem ser vistas não como indicadores do comportamento criminoso e de sua distribuição social, mas como produtos organizacionais, refletindo condições organizacionais, ideológicas e políticas da organização policial. (Paixão, 1983: 20)

Os números que “falam” sobre a criminalidade urbana são informações carregadas de contingências organizacionais”, onde:

mudanças nas rotinas organizacionais de coleta e classificação, sensibilidades variáveis das autoridades policiais em relação a certos crimes ou respostas policiais a ‘cruzadas morais’ e a pressões políticas geram distorção na contabilidade criminal que de forma alguma são negligenciáveis. (Paixão, 1983: 20)

Enquanto *produtos organizacionais*, as estatísticas oficiais refletem “taxas tendenciosas” de criminalidade ao pautarem-se em registros atravessados por representações e ações características de contextos sócio-históricos específicos.

Não exponho algumas das dificuldades encontradas na manipulação das estatísticas oficiais com o intuito de defender uma análise exclusivamente de caráter qualitativo, mas buscando não se deixar “enganar ingenuamente” pela transparência e objetivação dos números que se reportam à criminalidade e à violência na compreensão do social. As estatísticas oficiais, segundo Coelho (2005), participam da construção social dos “roteiros típicos”, onde estereótipos e ações policiais alimentam a opressão às massas urbanas marginalizadas. Os dados quantitativos, em especial aqueles que se referem à criminalidade, não pecam exclusivamente pelos erros que podem conter em seu processo de elaboração, mas principalmente por seus equívocos de interpretação. Compreender a violência e a criminalidade enquanto fenômenos sociais e sociológicos é uma tarefa que deve agrupar elementos de distintas fontes, onde aqueles fornecidos pelos órgãos encarregados em sua contabilidade somam-se aos considerados *secundários* (Coelho, 2005; Paixão, 1983). Como elementos “alternativos” e/ou “complementares” na compreensão do fenômeno da criminalidade e da violência, as *pesquisas de vitimização* não devem ser desconsideradas. Estatísticas apresentam números, tabelas e gráficos no lugar de sentimentos, cheiros, experiências, ritmos e inventividades processados diariamente.

1.2.2 As pesquisas de vitimização como fontes “alternativas” ou “complementares”

As pesquisas de *vitimização* surgiram nos Estados Unidos na década de 1960, mais especificamente no ano de 66. No Brasil, a pioneira foi realizada nos anos 90 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Zaluar, 2004). Tais enquetes, muitas vezes

consideradas “fontes alternativas” na compreensão do fenômeno da criminalidade e da violência, frente à utilização das estatísticas oficiais, ganharam espaço e voz nas investigações em contextos sociais representados como perigosos.

Como instrumento “alternativo” ou “complementar” na compreensão de tais fenômenos, as pesquisas de *vitimização* trariam à tona situações não rastreadas pelas estatísticas oficiais. Tendo na aplicação de *surveys* seu principal meio de sondagem, tais enquetes buscam levantar informações acerca do cruzamento de diferentes variáveis, geralmente ignoradas nos levantamentos “tradicionais”. Barreira (2006, *mimeo*), afirma que:

o conceito de *vitimização* tem sido trabalhado em pesquisas sociais que tentam coletar informações sobre os riscos sentidos pelos diversos grupos sociais; a sua experiência como vítimas de crimes; a sua disposição para dar queixas dos crimes sofridos nos órgãos competentes; a sua imagem sobre a violência e o crime; a sua visão do trabalho da polícia; a sua avaliação dos serviços de segurança pública, dentre outros dados que permitem aos cientistas sociais compreender a dinâmica de como a sociedade lida com o crime em determinado contexto. (Barreira, 2006: 15)

Além de tais informações, poderiam ser levantados em tais pesquisas: *dados sociais* referentes às pessoas vitimadas (escolaridade, renda, idade, sexo, residência, cor, etc), capazes de gerarem perfis e caracterizações de vítimas e grupos sociais vulneráveis aos fenômenos da criminalidade e da violência (Briceño-León, 2002); e *dados criminais*, referentes aos tipos de crimes que as pessoas acreditam serem propensos a ocorrer em determinado contexto social, ou seja, “*conhecer a quantidade de crimes a que está sujeita a sociedade, bem como se esta quantidade vem aumentando ou diminuindo no tempo, que tipos de crime são notificados ou não*”. (ILANUD, 2002)

Enquanto elementos “alternativos” ou “complementares”, os dados gerados pelas enquetes de *vitimização* seriam capazes de qualificar uma compreensão mais complexa do fenômeno da criminalidade e da violência em contextos sociais. Barreira (2006), afirma que “*as pesquisas de vitimização têm se caracterizado por tentar interpretar as expectativas das pessoas de um determinado lugar em relação à violência e à criminalidade pertinente ao seu espaço de vivência individual e coletiva*”, concluindo que:

esta forma de abordagem do fenômeno permite aos pesquisadores observar os efeitos da violência e da criminalidade na produção de sentimentos de insegurança e medo social, além de permitir um levantamento estatístico alternativo de crimes não computados pelos levantamentos oficiais das instituições governamentais de segurança. (Barreira, 2006, 20)

A aplicação de *surveys* de *vitimização* permitiria ao investigador social observar de um ponto de vista quantitativo “expectativas” e “efeitos” relacionados à violência e à criminalidade, além de fornecer dados “alternativos” e “complementares” aos levantados pelos órgãos oficiais. Buscando captar sentimentos, várias perspectivas poderiam ser abertas a partir dos dados cotejados, tal como a percepção do fenômeno da *vitimização* em suas vertentes *objetivas* e *subjetivas* (Barreira, 2006). Refletindo sobre o impacto das atividades criminosas na economia da região Nordeste do Brasil, Barreira identificou duas possibilidades de qualificação do fenômeno *vitimização*. A *vitimização objetiva*, que diria respeito aos relatos de eventos já ocorridos, e a *subjetiva*, relativa à mensuração das expectativas dos entrevistados de sofrerem algum tipo de crime. As modalidades subjetivas e objetivas da *vitimização* seriam perspectivas inerentes aos dados empíricos recolhidos através dos *surveys*, onde o medo e as práticas sociais poderiam ser observados como elementos integrantes dos *universos da violência*.

As enquetes de *vitimização* ultrapassariam algumas das limitações encontradas na utilização de dados fornecidos pelas estatísticas dos órgãos encarregados de lidar com a criminalidade e a violência, contribuindo de maneira decisiva para uma compreensão “multitécnica” e “multifocal” de tais fenômenos. “Complementando de forma alternativa” informações levantadas através dos dados oficiais “tendenciosos”, devido entre outras causas ao fenômenos da *subnotificação* dos relatos e ao da *superrepresentação* dos grupos criminosos, as pesquisas de *vitimização* podem ampliar e qualificar a compreensão do universo da criminalidade e da violência, como também de suas expectativas e efeitos em distintos contextos sociais.

Os fenômenos *criminalidade* e *violência* podem ser compreendidos a partir de diferentes pontos de vista e distintas técnicas que possibilitem acessos a informações variadas. A complexidade do mundo social deve ser buscada na intersecção de diferentes “olhares” e “caminhos” que nos levam ao aprofundamento de questões levantadas nas investigações propostas. Estatísticas oficiais e enquetes de *vitimização* podem ser manipuladas num esforço conjunto para apreciar de maneira complexa a criminalidade e a violência!

Entender a criminalidade e suas ressonâncias simbólicas em suas complexas significações e processamentos cotidianos é uma tarefa que deve amalgamar dados fornecidos

pelas estatísticas oficiais, por *surveys* de *vitimização* e por técnicas qualitativas de abordagem do social¹¹. A violência e a criminalidade apreciadas de um ponto de vista qualitativo aprofunda situações e enuncia sentimentos, elementos que perdem profundidade quando vistos sob o prisma de números e gráficos que falam debilmente como se processam as experiências e as significações de tais fenômenos no cotidiano dos moradores das grandes cidades brasileiras.

Partindo de uma perspectiva qualitativa, a presente comunicação buscou explorar a percepção dos entrevistados sobre: suas experiências como vítimas; os efeitos dessas expectativas em seus modos de “ser” e relacionar-se na cidade; as respostas frente ao clima de insegurança e medo; as formas de conceber o espaço público urbano; como os medos sociais são gerados e experimentados; e como se tecem as práticas e relações sociais em contextos “perigosos”. Com esse intuito, privilegiei uma abordagem qualitativa onde a experiência vivida e significada enunciou sentimentos que ganharam voz e vez.

1.2.3 Revelando experiências e sentidos

A realidade tem camadas e a grande tarefa do pesquisador é aprender além do visível, do morfológico e do ecológico outros níveis que interagem e tornam o social tão complexo. (Gurvitch, 1955)

Trabalhando com sentidos e significados, as metodologias qualitativas, através das técnicas da observação participante, rodas de conversa e histórias de vida, entre outras, se constituem como ferramentas interessantes para a compreensão da violência e da criminalidade enquanto fenômenos sociais. Centrando minha atenção em dois grupos de moradores da Aerolândia, os ditos “cidadãos comuns” e os “meninos da praça”¹², as questões aqui expostas puderam emergir.

¹¹ Nesse sentido, apresentei uma comunicação intitulada “*Vitimização e práticas sociais: um estudo sobre a complexa experiência de viver em contextos violentos*” no Seminário Temático “*Vitimização: riscos objetivos e percepções do risco ou novos dados, novos movimentos*” do 31º Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pesquisas e Pós-Graduação em Ciências Sociais) realizado em outubro de 2007 em Caxambu, Minas Gerais.

¹² Tais grupos foram circunscritos pelos próprios moradores da Aerolândia, que em suas relações diárias contrastavam as diferenças que demarcavam as fronteiras entre os mesmos. Os “cidadãos” se auto-definiam tendo por referência a clássica situação do “trabalhador” e os “meninos” por sua condição de ocupantes da praça.

As chamadas abordagens qualitativas em Ciências Sociais surgiram em um contexto de críticas a um “domínio” de orientação quantitativa nas pesquisas das décadas de 1940 e 50, favorecidas pelo desenvolvimento das técnicas de *surveys* na sociologia e da *experimentação* na psicologia social (Gondim, 1999; Haguette, 1990). No início de 1960, os chamados paradigmas “*positivistas*” e “*estruturais-funcionalistas*”, quase sempre associadas a modos quantitativos de análise, receberam severas críticas e o interesse pelas técnicas qualitativas de investigação se consolidou em fins dos anos 70.

Segundo Gondim (1999), os modelos dos métodos qualitativos advêm, principalmente, da antropologia, da sociologia urbana e da psicologia clínica. Na Antropologia, a partir do final do século XIX o contato direto com o universo das pessoas investigadas passara a predominar sobre os chamados “estudos de gabinete”, baseados em fontes de “segunda mão”. Um dos trabalhos referenciais em tal área do conhecimento é a obra *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* de Bronislaw Malinowski (1922). Na Sociologia Urbana, destaca-se a chamada *Escola de Chicago* que nas primeiras décadas do século XX reuniu um heterogêneo grupo de pesquisadores que realizaram investigações com grupos considerados “marginais” ou “desviantes” (prostitutas, *gangs* de jovens, jogadores, vagabundos, etc) através da utilização de técnicas qualitativas. Entre os investigadores de tal grupo, podemos citar os nomes de Robert Park, Louis Wirth, Ernest Burgess e William Foote-White. Na Psicologia Clínica, o estudo de W. I. Thomas e Florian Znaniecki intitulado *The Polish Peasant* (1918) baseado em histórias de vida, documentos pessoais (cartas e diários) e registros de igrejas, trás significativas inovações para a consolidação do caráter científico da perspectiva qualitativa como fonte de acesso ao conhecimento social.

Haguette (1990) pondera que o contexto de interesse pelas técnicas qualitativas a partir das décadas de 1960 e 70 não representa um repúdio cabal às macro-análises baseadas em dados quantitativos, mas um reconhecimento de que a sociedade também é constituída de micro-processos sociais. A violência e a criminalidade como fenômenos complexos que são, devem ser compreendidos através da manipulação de técnicas capazes de se mostrarem pertinentes nos diferentes momentos que compõem esse processo cambiante que é a investigação social. A maleabilidade no manuseio das técnicas de investigação acompanha o olhar que se constrói sobre o objeto.

Os “cidadãos” não se definiam como grupo coeso e em constantes encontros, ao contrário dos “meninos” que todos os dias se reuniam na praça pública do bairro.

Na presente pesquisa, o olhar investigativo foi direcionado para a observação dos distintos significados e sentimentos acionados nas representações e ações elaboradas pelos atores sociais. Nesse sentido, concordo com Minayo (1994) ao afirmar que a metodologia qualitativa responderia a questões muito particulares, pois:

ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 1994: 12)

Os adeptos das abordagens qualitativas em investigações sociais argumentam a pertinência de seus métodos e técnicas afirmando que os mesmos ofereceriam uma apreensão complexa dos fenômenos a serem analisados. Compreensão qualitativa capaz de dar maior relevância ao aspecto *subjetivo* da ação social face à configuração das estruturas sociais. Entender como as práticas e relações sociais são vivenciadas coloca os *significados* contextualmente atualizados como eixo central no desenvolvimento e realização das pesquisas sociais. Como elemento constitutivo do social e inerente à construção da objetividade nas Ciências Sociais, a subjetividade traz elementos instigantes para o entendimento da violência e da criminalidade enquanto *atos sociais* (Durkheim, 1999).

Compreender o *universo da violência* não é uma tarefa que possa ser realizada a partir da instrumentalização de uma única técnica de pesquisa em todo o processo investigativo, mas através de “manuseios situacionais” instigados pela natureza dos momentos que são envolvidos em tal aventura. Foi assim, que em determinados momentos as rodas de conversa se tornaram pertinentes frente à realização de entrevistas formais e individuais. Concordo com Howard Becker (1993), quando recomenda que desconfiemos do *proselitismo* dos metodólogos, ou de uma *metodologia proselitizante*, que diria:

aos sociólogos o que deveriam estar fazendo e que tipos de método deveriam estar usando, e sugere que eles ou estudem o que pode ser estudado por estes métodos ou se ocupem em imaginar como o que querem estudar pode ser transformado no que pode ser estudado por estes métodos. Chamo a metodologia de especialidade *proselitizante* por causa desta propensão muito forte dos metodólogos a apregoar uma “maneira certa” de fazer as coisas, por causa de seu desejo de converter os outros a estilos de trabalho apropriados, por causa de sua relativa intolerância com o ‘erro’. (Becker, 1993: 18)

Entender a diferença entre abordagens qualitativas e quantitativas passa pela percepção da natureza do olhar proposto e dos resultados desejados nas diferentes investigações, pois:

enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região ‘visível, ecológica, morfológica e concreta’, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. (Minayo, 1994: 20)

Diferentes por natureza, mas não opostos entre si, o conjunto dos dados quantitativos e qualitativos se complementam nas investigações sociais na medida que a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia. O conhecimento da realidade social deve ser observado tanto sob a ótica dos sujeitos, quanto através dos números capazes de revelar condições materiais de existência.

Segundo Demo (2001), o aspecto qualitativo deve ser uma característica básica a ser contemplada em qualquer investigação social, pois o objeto das Ciências Sociais é por excelência de tal natureza. Nosso objeto é *histórico*, significando isso que:

as sociedades humanas existem num determinado espaço, num determinado tempo, que os grupos sociais que as constituem são mutáveis e que tudo, instituições, leis, visões de mundo são provisórios, passageiros, estão em constante dinamismo e potencialmente tudo está para ser transformado. (Demo, 2001: 22)

O objeto das Ciências Sociais: possui uma *consciência histórica*, ou seja, indivíduos, grupos e pesquisadores são dialeticamente atores e frutos de seu tempo histórico; estabelece uma relação de *identidade entre sujeito e objeto* de investigação, ou seja, buscamos entender seres que embora muito diferentes por razões culturais, de classe ou de faixa etária, têm um substrato comum que os torna socialmente imbricados e comprometidos conosco; e é *essencialmente qualitativo*, ou seja:

a realidade social, que só se apreende por aproximação é, [...], mais rica do que qualquer teoria, qualquer pensamento que possamos ter sobre ela. Pois o pensamento tende a dividir, a separar, a fazer distinção sobre momentos e objetos que se nos apresentam. (Demo, 2001: 22)

Considerando que os “*indivíduos agem em função de escolhas racionais decididas em situações diferentes*”, Haguette (1990) busca restabelecer o “*trânsito entre o individual, o*

coletivo e o estrutural” ao afirmar que “tanto as estruturas quanto os microprocessos de ação social devem ser conhecidos, analisados e interpretados, cabendo a cada um a metodologia apropriada, a metodologia que melhor se adéqua ao problema que se deseja investigar.” (Haguette, 1990: 23). Existindo um substrato teórico, ou seja, uma visão de como a sociedade funciona por trás das escolhas das técnicas manuseadas nas investigações sociais, as metodologias qualitativas derivariam da convicção de que a ação social e seu sentido são fundamentais na compreensão da sociedade (Weber, 1999).

No presente fôlego, a *observação participante* possibilitou uma “ultrapassagem” das entrevistas individuais ao proporcionar uma compreensão do universo social investigado em seus processamentos cotidianos. Através dela, nos jogos de *futsal* das terças e quintas na quadra do bairro e nas constantes idas à Praça da Passarela, fui capaz de captar negociações, práticas corporais e discursos não perceptíveis através de contatos efêmeros que acabam por produzir números e variáveis ao invés de plasticidades e sentimentos. Recuperando trajetórias individuais, tive acesso a relatos sobre experiências que denotam toda a dinamicidade processual da violência e da criminalidade no cotidiano, trazendo à tona representações e vivências atravessadas por memórias de conflitos, tensões e angústias. Nas *rodas de conversa* onde classificações, diferenças e semelhanças eram atualizadas dinamicamente em diálogos e interações ordinárias, demarcavam-se as complexas barreiras sociais erguidas em contextos de violência, criminalidade e medo. Caracterizadas por diálogos informais, as mesmas serviram como ferramenta instigante para a apreensão das negociações situacionais das representações entre os atores em suas relações sociais.

Eleger os métodos e as técnicas de investigação a serem instrumentalizadas nas pesquisas sociais é uma tarefa que não pode se descolar do processo de construção do objeto a ser compreendido. Tomando a pesquisa como um processo *interacional* (Becker, 1977) onde se constroem *encontros de subjetividades* e como um exercício de constante reflexão acerca das múltiplas maneiras de captação da realidade, a escolha da metodologia a ser utilizada nos diferentes momentos da investigação não deve ser estruturada de uma maneira *a priori* e descontextualizada.

Como interações que envolvem diferentes situações e onde são mobilizados sentimentos e afinidades, o investigador social deve estar atento para a possibilidade de instrumentalizar as técnicas capazes de captar aquilo a que se propõe compreender nos contextos em questão. Nesse sentido, as escolhas dos métodos descontextualizados dos

espaços e das situações encontradas ao longo da pesquisa podem “engessar” o desenvolvimento da mesma, como também obscurecer elementos de outra maneira acessíveis e significativos.

Buscando compreender as diferentes representações e apropriações que dão cores e cheiros à Aerolândia, enquanto espaço socialmente construído e significativo, a *observação participante* constituiu-se como uma técnica de pesquisa capaz de superar estereótipos e revelar singularidades. Segundo Foote White (2005) em suas pesquisas no *North End* da cidade norte-americana de Boston, para que as ações dos atores possam ser entendidas para além dos eventos espetaculares e de estereótipos e pré-conceitos do senso comum destacados na mídia, os mesmos devem ser devolvidos aos seus contextos sociais e observados em suas atividades rotineiras. A compreensão das práticas e representações sociais deve ser buscada através da percepção do padrão da vida cotidiana dos atores que as executam.

A observação participante foi uma técnica referencial para o entendimento do contexto que investiguei. Através dela, pude evidenciar não apenas as representações que emergem através dos discursos, mas também a forma como são experimentadas e negociadas no cotidiano do bairro. Compreender as diferentes apropriações dos moradores da Aerolândia e as distintas estratégias envolvidas em tais tarefas necessitou um acompanhamento que não poderia ser alcançado sem a participação em experiências e atividades diárias de seus moradores. Estar com os “meninos” em seus encontros noturnos e com os “cidadãos” em suas “aventuras” diárias exigiu que meu olhar estivesse em constante movimento (Diógenes, 2008). Foi assim, que tentando construir um contato mais íntimo com esses grupos voltei a jogar *futsal* na quadra do Mercado após longos anos sem praticar tal atividade e a freqüentar a Igreja católica do bairro nos fins de semana. Na ânsia de estar com os investigados me vi envolto em uma série de atividades que há tempos havia abandonado.

Como pesquisador e morador da Aerolândia, o conhecimento “no” e “sobre” o bairro construiu-se como resultado de um contato diário que possibilitou captar elementos aparentemente imperceptíveis para pesquisadores que não estabelecem uma íntima relação de aproximação com os contextos empíricos ao qual se propõem investigar. Sair de casa poderia ser vivenciado como um “mergulho” no campo de investigação, onde o objeto, na forma de seus informantes, poderia, literalmente, “bater a minha porta”.

Em um processo diário de observação e participação “das” e “nas” práticas cotidianas dos moradores do bairro, procurei perceber como os mesmos estavam se apropriando de seus diferentes *micro-espacos sociais* (Wacquant, 2005). Tais apropriações dizem respeito não apenas às maneiras “externas” e “físicas” das *usanças* do espaço social (Certeau, 2005), mas também às simbólicas, que se estruturam em um jogo de conflitos e disputas referentes aos modos de perceber e apreciar o mundo social (Bourdieu, 1998). Entender as diferentes formas de relacionar-se com indivíduos e espaços, requer uma compreensão de como os contextos e pessoas são apreciados na *urbe*.

Captando as bases processuais da ação social o entendimento do contexto no qual a mesma se desenvolve se torna decisivo para a compreensão das relações sociais gestadas em espaços de violência e medo. A Aerolândia é apreciada no imaginário coletivo sob a ótica de práticas percebidas como violentas que se cristalizam através de narrativas sociais¹³, discursos midiáticos e estatísticas oficiais que acabam por informar os “sentidos” e “consensos” tecidos sobre o bairro, seus moradores e ações no contexto mais amplo da cidade.

Buscando perceber como a Aerolândia era representada por seus moradores, realizei 27 entrevistas *formais*¹⁴, caracterizadas por momentos de apresentações polidas, horários previamente acordados, aplicação de enquetes semi-estruturadas e utilização de gravadores, com a devida autorização dos mesmos. Tal procedimento se mostrou pertinente para aquele grupo que se auto-intitulava de “cidadãos”. Com os outros investigados fiz entrevistas *informais*, perpassadas por perguntas contextualmente elaboradas, situações de encontros inesperados e não utilização de instrumentos eletrônicos para a armazenagem das informações. O critério estabelecido para a escolha das pessoas a serem entrevistadas foi sua condição de morador do bairro, tanto para os “meninos da praça”, quanto para os ditos “cidadãos”. Nesse sentido, busquei mesclar informações de pessoas que morassem em diferentes *micro-espacos* do bairro para que não obtivesse uma visão unilateral de seu contexto, representações, valores e práticas.

As *rodas de conversas* informais se revelaram como interações investigativas e sociais de grande relevância para a compreensão das tramas da Aerolândia. Tal técnica deve aqui ser entendida como interações entre três ou mais indivíduos em situações planejadas de maneira

¹³ Concordo com Barreira (2007) quando define a narrativa como um conjunto de discursos, imagens e representações tecidas nos e sobre os contextos sociais.

¹⁴ O critério utilizado para a escolha dos entrevistados se referia a sua condição de morador.

prévia e também aquelas inusitadamente construídas. Caminhar pelo bairro, sentar-se a mesa de um bar, jogar bola as terças e quintas-feiras, ou a participação em qualquer outra atividade que envolvesse a presença no bairro, eram momentos experimentados como “mergulhos” inesperados e instigadores no objeto investigado. Quando o pesquisador se encontra na condição de morador, ou vise-versa, a investigação não escolhe hora nem dia para ser realizada. Tal técnica teve profunda importância nos contatos com os “meninos da praça”, pois através dela a dinâmica das diferenças e adesões pôde ser captada. Conversar com cinco ou seis garotos durante a “roda” tornou-se comum em um espaço onde qualquer “intera” era válida.

O discurso midiático se construiu como um elemento capaz de revelar diferentes e comuns maneiras de apreensão dos distintos contextos sociais. Como elemento social *produtor de sentidos e potencializador de questões* (Rondelli, 2005), o discurso elaborado pela mídia foi observado em suas produções alegóricas e discursivas, que informam o imaginário social dos moradores do bairro e do contexto mais amplo da cidade. Privilegiando o discurso escrito, nesse momento, realizei uma pesquisa documental nos arquivos dos dois principais jornais do Ceará, o *Diário do Nordeste* e *O Povo*, nas reportagens que se referiam ao bairro, seus habitantes e práticas.

Contrastando esse discurso midiático busquei, através das narrativas dos moradores, compreender como a Aerolândia, seus moradores e práticas eram construídos no imaginário local. Tal artifício se constituiu como importante momento no entendimento de como estavam se construindo as relações de apropriação e interação em tal espaço. O contexto social, com suas dimensões físicas e simbólicas, não poderia ser esquecido quando o que se pretende é captar e entender as formas que as relações de sociabilidade estão assumindo na *urbe*. O bairro não é construído apenas localmente e midiaticamente, pois faz parte de uma unidade municipal-administrativa que define legalmente os limites do mesmo. Pensando dessa maneira, pesquisei na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) ¹⁵ as definições administrativas que circunscreviam o bairro. A noção sócio-investigativa defendida no início do presente tópico, ou seja, que a metodologia deve ser corporificada através dos diferentes momentos que compõem a pesquisa social, é atualizada na busca por distintas fontes que se refiram ao contexto analisado.

¹⁵ Ver www.fortaleza.ce.gov.br.

Entender como a Aerolândia era legalmente demarcada complementava uma abordagem das diferentes elaborações colhidas nas interações diárias com os moradores que expunham suas *taxonomias próprias*. Uma investigação em torno das ações e relações sociais passa pela apreensão das delimitações administrativas e ordinárias referentes ao bairro, pois assim revelam-se seus limites localmente construídos. As formas de apropriação dos espaços e as sociabilidades devem ser pensadas tendo em mente o fato de que as interpretações da realidade são frutos tanto de discursos profissionalmente elaborados, quanto de indivíduos que através de suas interações e práticas cotidianas constroem as mesmas.

As diferentes *usanças* (Certeau, 1994), ou seja, os múltiplos consumos “do” e “no” espaço urbano, sinalizam que tal contexto é construído e apropriado de distintas maneiras expressivas da dimensão criativa e relacional das apropriações do espaço citadino. A cidade “*é múltipla, não obstante sua capacidade de se “impor” a seus moradores e visitantes, construindo-se em uma espécie de unidade imaginária*” (Barreira, 2007: 166). Para além de uma cidade e bairro percebidos como unidades imaginárias, o contexto urbano deve ser compreendido em sua dimensão plástica moldada por práticas e interações projetadas nas interações sociais. Observar e participar “das” e “nas” formas de apropriar-se e relacionar-se “no” e “com” os diferentes contextos, possibilita sair de uma idéia monofocal que entenda a sociedade e seus diferentes espaços como estáticos e “acabados”. O contexto urbano deve ser entendido em suas múltiplas possibilidades de representações e usos que transparecem o processo conflitivo dos atores sociais e suas visões de mundo acionadas cotidianamente.

Através de observações participantes, de entrevistas formais e informais, de rodas de conversas, de pesquisas documentais e eletrônicas, as relações sociais foram reveladas em um contexto socialmente marcado pela violência e pelo medo. As estratégias sociais de caráter *tático* (Certeau, 2005) incorporam uma gama de representações socialmente construídas que se atualizam no momento das interações situacionais. Enfrentar, evitar, ocultar, correr, agrupar-se, ou fechar vidros constituem-se como *táticas de usanças* capazes de proporcionarem uma apropriação do contexto urbano em espaços atravessados pelos sentimentos de medo e insegurança. Através de uma observação diária, o bairro e suas ruas revelaram-se por “inteiro”. Pensando os atores sociais como indivíduos capazes de agirem no mundo e de interpretarem suas ações, os mesmos foram observados em suas atividades práticas, onde pude comparar discursos formulados e atividades praticadas.

1.3 Experiências de investigações interativas

O quadro de eventos elaborados por alguém que é pessoalmente afetado por eles difere usualmente, de modo característico, daquele que se forma quando observados com a imparcialidade e o distanciamento de um pesquisador. É como uma máquina fotográfica, que pode ser focalizada em função de diferentes distâncias – *close up*, plano médio e grande distância. Algo semelhante ocorre com o ponto de vista de um pesquisador que também vivenciou os eventos que está estudando. (Elias, 2001: 15)

A problematização das *condições de produção* do conhecimento nas investigações sociais deve aqui ser destacada, pois como *morador e investigador* do bairro, ou seja, como pessoa que habita e busca compreender o mesmo contexto empírico e social no qual reside, não desvencilho o que “produzi” sobre ele das experiências ali vivenciadas e das redes de relações construídas ao longo de anos de contatos. Tal situação vem sendo trabalhada exemplarmente por alguns antropólogos, tais como Zaluar (1980) e Velho (2003), que buscam no processo de produção do conhecimento, relativizar a forma como o mesmo é “construído” e “adquirido” na dinâmica interacional em que se constitui a pesquisa. Em contextos onde o pesquisador é identificado como morador, ou inversamente, onde o morador passa a ser apreciado como pesquisador, a investigação social deve ser encarada como uma “*via de mão dupla*” (Velho, 2003) e como um “*encontro de subjetividades*” (Zaluar, 1980). *Encontro de subjetividades*, no sentido destacado por Zaluar, para quem o conhecimento “*resulta da interação social entre o pesquisador munido de conceitos e teorias tanto científicas quanto de senso-comum, e os sujeitos de sua pesquisa, igualmente munidos de conceitos e teorias que informam a sua ação*”; e *via de mão dupla*, pois os “*pesquisadores e pesquisados enfrentam momentos de maior empatia, desconfiança, solidariedade e reserva, em diferentes etapas da mesma pesquisa*”. A pesquisa social não deve ser pensada como um processo “mecânico”, onde o pesquisador se constituiria em “elemento ativo” e o pesquisado como ator “passivo”, mas como uma interação social, que como as demais, envolve uma série de variáveis que determinam o *tipo de acesso* ao universo investigado e o *tipo de conhecimento* que se produz sobre o mesmo.

Como parte substancial da investigação e produção do conhecimento social, devemos “*incorporar as condições de produção da pesquisa como parte do processo de construção do conhecimento*” (Velho, 2003). As condições de produção da pesquisa não seriam apenas um “detalhe” a ser considerado na construção do conhecimento, mas dispositivos capazes de desobscurecerem sua específica situação e tecitura particular.

Minha situação como *morador-pesquisador* na Aerolândia passou a ser alvo de constantes reflexões quando os distintos papéis assumidos ao longo da pesquisa, no sentido dramaturgico de Goffman (2005), passaram a ser fatores decisivos no processo de investigação social. As diferentes identificações e suas respectivas influências refletem o tipo de conhecimento acessado e produzido através das interações investigativas e contextuais.

Diversos cientistas sociais tiveram a experiência de estudar os espaços nos quais nasceram ou residiram. Dentre alguns deles, destacaria Elias (2001), Foote- Whyte (2005) e Velho (2003). Falando sobre experiências, sentimentos e angústias vivenciadas na aventura de investigar contextos onde se compartilham maneiras de perceber, valores e memórias, as pesquisas em cenários “próximos” trazem a possibilidade de uma reflexão acerca da profundidade e superficialidade dos conhecimentos sociais.

Falando sobre uma situação particular que o antropólogo enfrenta ao estudar seu próprio bairro, ou seja, a *imagem* ou representação prévia que possui de tal espaço, Velho (1981), buscando superar o que considera um problema inicial, fala da:

necessidade de um esforço de auto-definição do investigador não só no começo mas no decorrer de todo o seu trabalho, ou seja, não se trata apenas de manipular com maior ou menor habilidade técnicas de distanciamento, mas ter condições de estar permanentemente num processo de *autodimensionamento* paralelo e complementar ao seu trabalho com objeto de pesquisa de que, afinal, ele faz parte. (Velho, 1981: 07)

Em todos os momentos de investigações na Aerolândia, estive atento para não ser “*etnocêntrico, vigiar meus preconceitos e, muito marcadamente nesse caso, não ser paternalista.*” (Velho, 1981: 12.)

Não falei do bairro Aerolândia, local onde resido desde meu nascimento, tentando transmitir informações etnocêntricas ou paternalistas em relação a ele, passando imagens que não correspondam às experiências vividas, presenciadas e relatadas por seus moradores. Porém, não quero que aqui se esqueça que ao me referir a tal espaço, estou falando sobre um *pedaço* (Magnani, 1999) inseparável de minha existência e trajetória individual. Falando sobre a Aerolândia digo um pouco sobre mim mesmo. Nesse sentido, acredito ser importante, nesse momento, revelar minha íntima ligação afetiva e sentimental com o bairro, para que o

conhecimento que foi aqui produzido possa ser apreciado e compreendido à luz das condições em que foi construído.

Como *morador-pesquisador*, que compartilha alguns valores com os moradores da Aerolândia, pois pertencemos ao mesmo bairro, mas nem sempre aos mesmos círculos sociais e valorativos, é que o conhecimento deve ser analisado. O constante *autodimensionamento*, no sentido de por em prática uma reflexão ao mesmo tempo distante e próxima, coloca-se como elemento instrumentalizado na busca da produção de um conhecimento que “diga algo” sobre as experiências e as representações dos habitantes do bairro.

Tomando a pesquisa social como um processo interacional entre dois ou mais atores desencadeado a partir de diferentes situações e em diversificados contextos, é que a importância das múltiplas *identificações sociais* pode ser revelada. Refiro-me, ao importante papel que os *enquadramentos identificatórios*, ou seja, as distintas representações erigidas em torno da personalidade e caráter do pesquisador nos diferentes momentos da pesquisa social, adquirem no tipo de conhecimento socialmente produzido.

Dialogando com a *teoria da interação social* de Goffman (2005), que utiliza o teatro como metáfora e coloca o *controle das impressões* como uma situação básica a ser considerada nas relações inter-individuais, Berreman (1980) concebe a pesquisa etnográfica, ou “*as diversas situações nela ocorridas, como um sistema de interações simbólicas entre os etnógrafos individualmente ou enquanto equipe, com outras equipes ou grupos [...], levando em conta a posição específica de certos indivíduos nesses grupos e equipes.*” (Berreman, 1980: 28.) Constituindo-se como um *sistema de interações simbólicas*, segundo Berreman, a pesquisa social deve atentar para o decisivo papel que as diferentes *identificações individuais*, atualizadas e manipuladas ao longo das interações, adquirem no processo social de construção do conhecimento, ao passo em que se inserem como elementos que condicionam sua dinâmica e produção.

As diferentes *identificações pessoais* tecidas nos variados momentos da pesquisa apresentam uma série de problemas práticos no que diz respeito ao tipo de conhecimento que se torna “acessível” ao pesquisador. Ora, “encaixado” em representações tecidas a partir de sentimentos de familiaridade e proximidade, ora vivenciando momentos de estranhamento e repulsividade, a identificação social e pessoal do pesquisador se constrói a partir de uma série

de *multi-pertencimentos* relativos a valores e grupos socialmente objetivados e atualizados na interação social.

Em alguns momentos da investigação fui identificado através de minha rede familiar, ou seja, como “*filho do Seu Clodomir e da Dona Fátima*”, meus pais, como “*irmão do Cláudio do Mercantil*” ou, ainda, do “*louco do D’Lua*”, tendo sido na maioria das vezes acolhido de maneira calorosa e bombardeado por perguntas referentes as trajetórias individuais desses e de outros familiares que há muito não eram vistos pelos entrevistados. Em outros momentos, fui apreciado como *Boquinha*, alcunha que carrego desde os 12 anos de idade, através da qual alguns círculos sociais representados como “perigosos” ou *desviantes* foram sendo abertos para mim, mas não para o filho da “*Dona Fátima* ou do *Seu Clodomir*”. O acesso que tive a determinados círculos sociais e suas informações foi mediado pela identificação construída ao longo de relações anteriores que atualizavam um arcabouço memorativo comum capaz de evocar situações conjuntamente experimentadas com aqueles a que me propunha investigar.

A forma como me apresentava para os moradores foi repensada à medida que me via enquadrado em representações tecidas em torno de um histórico familiar que “fala” muito à respeito daquilo que somos e queremos em tais momentos investigativos. As representações individuais e sociais que acabam por agregar o pesquisador em determinadas instituições e grupos, como é o caso da família, trazem uma série de condicionamentos ao tipo de informações que se espera colher e coloca outras problemáticas enigmáticas que de outra maneira escapariam aos olhos do investigador social. As informações não estão disponíveis a qualquer pesquisador, mas aqueles que de alguma maneira constroem a empatia necessária para acessar-lhes nos diferentes momentos afetivos em que se constitui a investigação social.

Falando sobre uma particularidade metodológica dos pesquisadores brasileiros que realizam explorações nos contextos de suas cidades, ou seja, referindo-se à utilização de uma *rede de relações* previamente existente e anterior a investigação, Velho (2003) problematiza a entrada do pronome “*eu*” nas pesquisas sociais. Destaco aqui, a possibilidade de compreender o importante papel que o pesquisador adquire como *interlocutor* nos relatos referentes a eventos experimentados individualmente ou em grupo em contextos nos quais ele participa da própria história do bairro e de suas redes de relações. A participação em atividades com os grupos estudados redimensiona o pronome “*eu*” para uma esfera de interlocução capaz de

“confirmar” o que “foi dito” ou “feito” em um processo de rememoração de fatos e detalhes outrora vivenciados e esquecidos.

Chamo a atenção para o cuidado que o pesquisador social deve ter em seu papel de interlocução em contextos nos quais o mesmo é morador e investigador. Para além de confirmações ou refutações de situações, fatos, sentimentos e sentidos vivenciados em companhia dos sujeitos investigados, o pesquisador deve buscar captar a maneira peculiar pela qual o universo social é construído e apreciado por aqueles que resolveu investigar. A *arte da investigação* estaria inscrita nessa *sensibilidade perceptiva* sobre o papel que o pesquisador exerce no contexto que busca compreender e que condiciona o conhecimento que produz. Para além de direcionamentos memorativos que venham a orientar respostas e maneiras de perceber o bairro, seus moradores e práticas, devemos deixar nossos informantes revelarem seus modos de apreciação.

CAPÍTULO 2.

COMPREENDENDO A AEROLÂNDIA

Falar sobre o bairro Aerolândia é uma tarefa que se confunde com a narrativa de minhas experiências de vida. Dessa maneira, descrevê-lo traz uma carga de sentimentos e impressões talhados ao longo de um íntimo contato em vivências cotidianas.

Inicialmente, farei uma contextualização do espaço físico e social entendido como Aerolândia, tanto no que diz respeito as suas delimitações “oficiais”, quanto às tecidas localmente. Num segundo momento, farei referência à história do bairro, dando ênfase a peculiaridade de seu nome e ruas. E, por fim, destacarei as diferentes qualidades funcionais, de um ponto de vista subjetivo e objetivo, dos espaços físicos e simbólicos para o contexto mais amplo das cidades, especialmente Fortaleza.

Priorizando uma pesquisa *qualitativa* capaz de compreender as complexas experiências e sentimentos vivenciados em contextos socialmente condenados, os limites administrativos demarcados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) em relação ao local não serão os únicos aqui considerados, pois a “*cartografia local*”¹⁶ funciona como referencial decisivo para as “navegações” sociais dos moradores em tais bairros. De acordo com a demarcação oficial do perímetro urbano administrativo elaborado pela PMF¹⁷, o bairro Aerolândia situa-se na Zona Sul da cidade de Fortaleza, mais especificamente na Regional VI¹⁸. Inicia-se:

¹⁶ Penso que seja mais adequado referir-se a cartografias do que a mapas sociais. A idéia de mapa trás consigo uma noção de limitações fixas e acabadas, enquanto a de cartografia a de espaços e esferas de ações socialmente e contextualmente construídos.

¹⁷ Consulta feita à Internet em 07-06-2006 no *site* [HTTP://www.prefeiruramunicipaldefortaleza.gov.ce](http://www.prefeiruramunicipaldefortaleza.gov.ce).

¹⁸ A atual divisão administrativa municipal de Fortaleza é composta por seis Secretarias Executivas Regionais (SER). A Regional VI, a maior da cidade, é composta pelos bairros: Aerolândia, Alagadiço Novo, Alto da Balança, Ancuri, Barroso, Cajazeiras, Cambeba, Castelão, Cidade dos Funcionários, Coaçu, Curió, Dendê, Dias Macedo, Edson Queiroz, Guajeru, Jangurussu, Jardim das Oliveiras, Lagoa Redonda, Mata Galinha, Messejana, Passaré, Paupina, Pedras, Parque Dois Irmãos, Parque Iracema, Parque Manibura, Sabiaguaba e Sapiranga Coité.” Ver em www.prefeituramunicipaldefortaleza.gov.ce.

na confluência do Muro da Base Aérea com o prolongamento da R. Tenente Wilson segue por esse prolongamento, depois pela R. Tenente Wilson e depois em linha reta, no sentido leste, até encontrar a margem oeste do Rio Cocó, segue pela margem do Rio Cocó, no sentido sul, até encontrar a Rodovia BR 116, segue por essa rodovia, no sentido norte, até encontrar a R. Joaquim Barroso, segue por essa rua, no sentido oeste, até encontrar o muro da Base Aérea, segue margeando esse muro, no sentido norte, até o ponto inicial. (PMF, 2007)

Diferente da delimitação administrativa oficial, os moradores do bairro indicam e vivenciam limites distintos para o que seria a Aerolândia, circunscrevendo-a: ao norte, pelo bairro São João do Tauape (também conhecido como Pio XII); ao sul, pelo Conjunto Habitacional Tancredo Neves, ou simplesmente “Tancredo”; a leste, pelo Parque de Preservação Ecológica do Cocó¹⁹, maior concentração de área verde urbana de Fortaleza; e a oeste, pela Base Aérea de Fortaleza, instituição militar que possui uma íntima relação com a história do bairro. A Figura 1 apresenta os bairros integrantes da Regional 6 e seus limites administrativos.

¹⁹ O Parque Ecológico do Cocó é uma área de preservação ambiental. Parque estadual da vida natural, localiza-se na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará. Tem esse nome devido ao rio que forma o bioma de mangue, ou seja, o rio Cocó. O primeiro ponto do rio Cocó a ter sido protegido e aparelhado foi criado em 29 de março de 1977 e declarado de utilidade pública para desapropriação. Em 11 de novembro de 1983 o decreto municipal número 5.754 deu a denominação de *Parque Adhail Barreto*. Em 5 de setembro de 1989 o decreto estadual número 20.253 cria o *Parque Ecológico do Cocó*, o qual foi expandido em 8 de junho de 1993 e atualmente abrange uma área de 1.155,2 hectares. O Parque possui três áreas estruturadas para atividades de lazer, esporte e cultura. O Parque Ecológico do Cocó conta com anfiteatro, quadras esportivas, pista para caminhada e parques infantis onde acontecem shows, eventos, competições esportivas, educação ambiental e trilhas. A Área urbanizada do Tancredo Neves foi a última intervenção na área do parque. Após a remoção de famílias nas áreas do parque, o governo do estado implantou no local duas quadras esportivas, campos de futebol, pistas para caminhada, ciclovias e áreas infantis. O Parque Ecológico do Cocó está em processo de adequação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Lei Federal nº 9985, de 18 de julho de 2000, com proposta de denominação de Parque de Preservação Ambiental do Cocó. O parque é diferencialmente apropriado e preservado em sua extensão, possuindo a área que se localiza na Aerolândia pouca infra-estrutura para lazer, apenas um campo de futebol, e muitos espaços bastante degradados e não conservados.

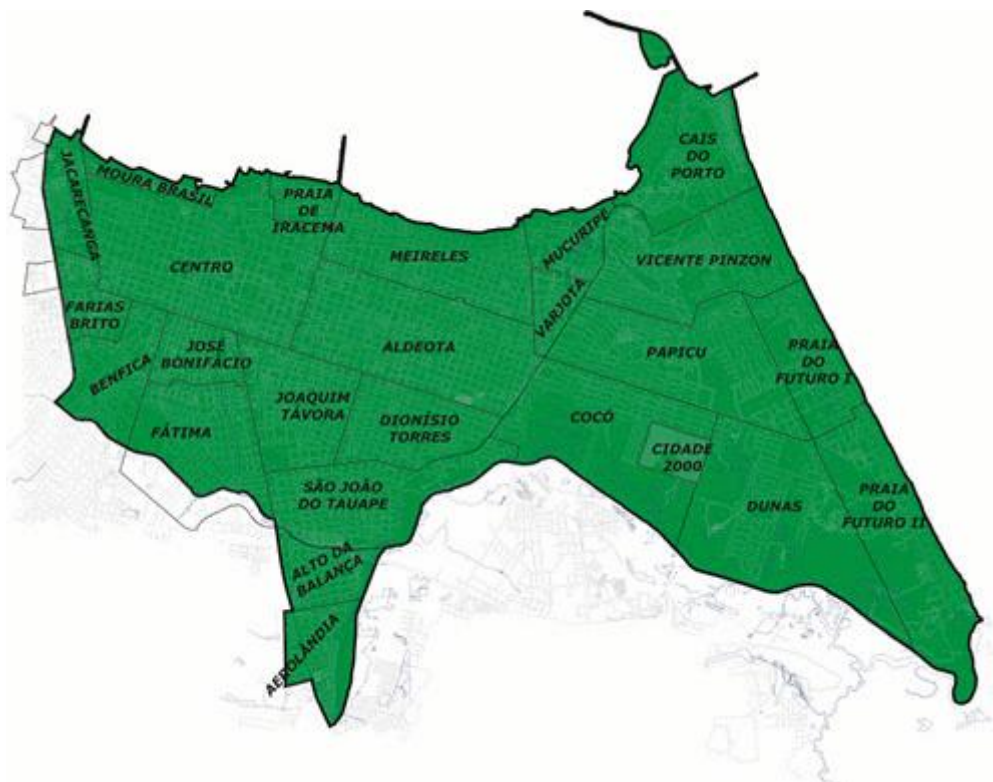


Figura 1: Mapa da Regional VI e seus respectivos limites. Ver em www.prefeituramunicipaldefortaleza.gov.br

Na Figura 2, observamos que os bairros Aerolândia e Alto da Balança são áreas consideradas *especiais* pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Controle Urbano de Fortaleza (SEMAN) devido os limites que fazem com uma importante área de preservação ambiental. Porém, os motivos para serem consideradas áreas especiais não é apenas esse, pois as práticas criminalizadas recolocam os mesmos como espaços onde devemos circular com “cautela” e “atenção”.

Penso ser importante destacar, nesse momento, as disparidades entre *cartografias oficiais* e aquelas localmente tecidas, pois as formas de apropriação dos espaços sociais não são pensadas apenas em relação aos seus lugares administrativamente delimitados, mas também através de óticas contextualmente estruturadas. Como me afirmou Seu Claudio, antigo morador do bairro, “*quem faz o bairro são as pessoas*”. Diferente das definições oficiais dos limites dos bairros da cidade de Fortaleza, disponíveis no *site* da PMF, a Aerolândia localmente reconhecida e experimentada é formada pelo espaço de dois bairros distintamente delimitados. Um deles tem por nome Aerolândia e o outro se chama Alto da

Balança²⁰. Essa situação gera certa imprecisão para os moradores, e não apenas para eles, segundo depoimento do carteiro que trabalha há mais de dez anos no bairro, no que se refere à definição “precisa” de seus limites e à nomenclatura do espaço que habitam, servindo de base para a elaboração de *infra-diferenças no plano local* (Wacquant, 2005; Alvito, 2006). Tal imprecisão acabava sendo utilizada como argumento discursivo estratégico em processos de *normalização* de indivíduos e espaços nos jogos das interações sociais (Elias, 2000; Misse, 2005).

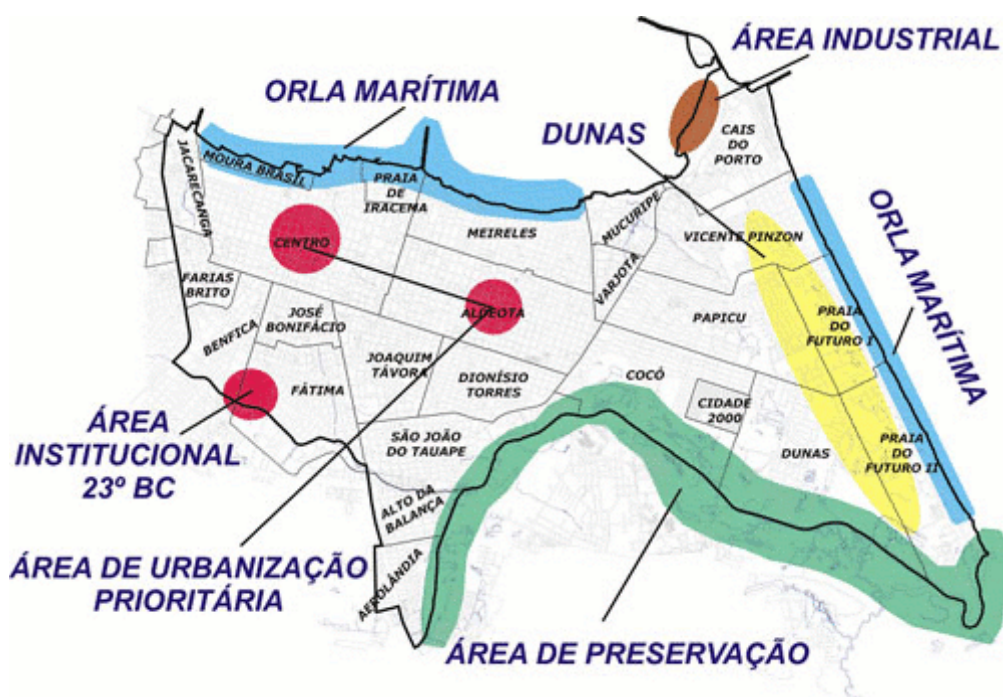


Figura 2. Áreas consideradas especiais pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Controle Urbano de Fortaleza (SEMAN). Ver <http://www.semam.fortaleza.ce.gov.br/>.

Buscando compreender o social em suas complexas possibilidades qualitativas, tentei perceber como os indivíduos se apropriavam diferencialmente dos distintos espaços do bairro, estruturando seus sentimentos de “pertença” em um esquadramento localmente reconhecido e compartilhado. Os moradores da Aerolândia não consideram o Alto da Balança

²⁰ Bairro esse que iniciaria “na confluência da Rodovia BR 116 com a Via Férrea Parangaba / Mucuripe, segue por essa via férrea, no sentido leste, até encontrar o Riacho Tauape, segue por esse riacho, no sentido leste, até encontrar o Rio Cocó, segue por esse rio, no sentido sul, até a confluência com a reta imaginária que é o prolongamento da Rua Tenente Wilson, segue por essa reta e depois pela Rua Tenente Wilson, no sentido oeste, até encontrar a Rodovia BR 116, segue por essa rodovia, no sentido norte, até o ponto inicial.” Bairro que oficialmente englobaria a parte do Lagamar que se encontra no São João do Tauape, Ver em www.prefeituramunicipaldefortaleza.gov.ce.

como “outro” bairro física e simbolicamente separado do primeiro, mas como parte constitutiva de seu espaço representado e objetivo. Localmente situado “*depois da BR*” (alusão à Rodovia Federal BR-116 que atravessa o bairro), o pertencimento ao Alto da Balança muitas vezes foi evocado como artifício capaz de evitar que o *estigma* construído em torno da Aerolândia não recaísse sobre seus moradores. Na demarcação oficial, o Alto da Balança tem seu limite final na Rua Tenente Wilson, já na representação local o mesmo é situado após a Rodovia Federal BR-116. Como os dados estatísticos relacionados aos contextos oficialmente demarcados são de extrema importância para a investigação sociológica, quando me referir aos mesmos, estarei considerando os bairros Aerolândia e Alto da Balança de maneira conjugada. Essa referência deve ser compreendida como uma tentativa de perceber algumas características estruturais significativas, tais como a densidade populacional, peculiares a tal espaço.

De acordo com os dados do censo demográfico realizado no ano 2000 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e organizados pela Secretária de Infra-Estrutura do Município de Fortaleza (SEINF)²¹, o contexto empírico na qual realizo minha investigação possui uma área de 153,1 hectares²², é composto por 7.229 unidades domiciliares e habitada por 25.053 residentes, dos quais 11.609 são do sexo masculino e 13.444 do feminino. Nesse universo, 19.741 deles seriam alfabetizados em diferentes níveis de escolaridade.

De acordo com pesquisa realizada em 2000 pelo setor censitário da SEMAN²³ (Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Controle Urbano), os dados referentes à renda domiciliar na cidade de Fortaleza estariam representados no gráfico que segue (Figura 3). Conforme os dados, os moradores da área investigada não possuem uma homogeneidade no que diz respeito aos seus rendimentos familiares. Os espaços socialmente condenados confundem-se com aqueles que possuem domicílios enquadrados na base hierárquica da pirâmide salarial e que “ocuparam” o bairro de uma maneira “ilegal”, “desorganizada” e em períodos posteriores aos de antigos moradores.

²¹ Conferir em www.seinf.fortaleza.ce.gov.br.

²² Lembro que tais informações referem-se à conjugação de dados referentes aos bairros Aerolândia e Alto da Balança.

²³ Pesquisa sobre indicadores sócio-econômicos dos moradores de Fortaleza. Ver em www.semam.fortaleza.ce.gov.br.

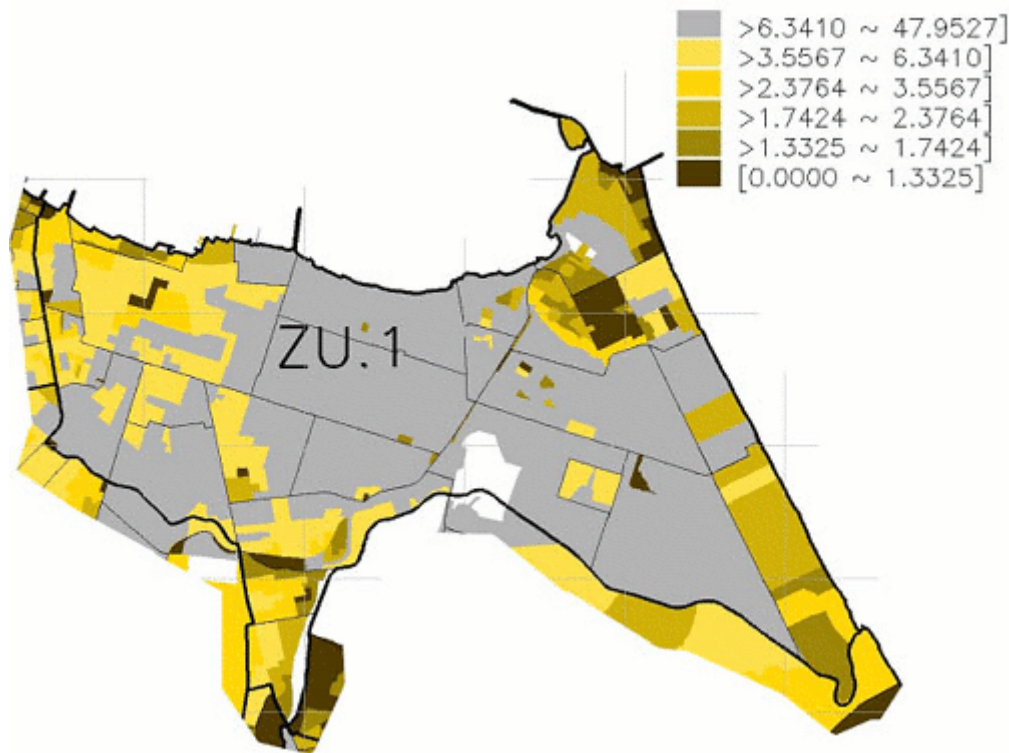


Figura 3. Mapa elaborado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Controle Urbano de Fortaleza (SEMAN) sobre os rendimentos domiciliares da cidade de Fortaleza.

Fazendo referência as características sócio-econômicas do bairro, gostaria de destacar como diferenças nos rendimentos econômicos se constituem como elementos demarcadores de *infra-diferenças* sociais, individuais e grupais localmente negociadas (Wacquant, 2005). A Aerolândia não se estruturou física e simbolicamente de maneira uniforme, mas ao longo de décadas de ocupações marcadas por posses “legais” e “ilegais” do solo urbano²⁴. Nesse processo dinâmico de constituição do espaço, marcado por procedimentos encaixados “dentro” e “fora” do âmbito da lei de ocupações da cidade, se constroem distinções sociais baseadas nos locais que se ocupam, nos rendimentos que se possui e no tempo de moradia ali perpassado (Elias, 2000).

Participando do cotidiano dos moradores do bairro em suas experiências e “problematizações” diárias, o espaço investigado foi revelado como uma multiplicidade de *micro-lugares* que não se reduzem a uma unidade imaginária coletivamente pensada. Nesse sentido, eram demarcadas fronteiras materiais e simbólicas atualizadas nos momentos das “navegações” sociais, circunscrevendo os limites entre o “permitido” e o “proibido”. A

²⁴ Algumas dessas ocupações confundem-se com as áreas localmente consideradas perigosas, como é o caso do Lagamar, do Piloto (Rua do Piloto e suas adjacências) e do Areal.

aparente homogeneidade do bairro, evocada em discursos caracterizados por uma *superficialidade descritiva*, esvai-se quando seus diferentes *micro-espços* são associados localmente a atributos socialmente reconhecidos como negativos. Falando sobre uma possível “homogeneidade representativa”, ou uma espécie de unidade imaginária, nas representações acerca do conjunto habitacional onde realizou parte de sua pesquisa etnográfica, Wacquant (2005) afirma que:

deve-se ressaltar, contudo, que não é assim que é visto por seus moradores o conjunto *Quatre Mille*. Eles lançam mão de *taxonomias próprias* para organizar o cotidiano, diferenciando diversas subunidades no interior de um todo que, com efeito, possui um significado apenas administrativo e simbólico - ainda que com conseqüências palpáveis. Aquilo que, do ponto de vista externo, parece ser um conjunto monolítico, da perspectiva de seus moradores é um emaranhado de “*micro-lugares*”. (Wacquant, 2005: 140) (Grifos meus)

Os *micro-lugares* são reconhecidos e identificados no “imaginário social local” dos moradores do bairro, ocupando zonas físicas e simbólicas que demarcam limites e possibilidades sociais. Os espaços são construídos prática e simbolicamente enquanto esferas de ações, elegendo o tipo de pessoas que ali podem ser encontradas e evitadas (Goffman, 1980). Segundo pesquisa relativa aos *Indicadores do Mercado de Trabalho*, realizada pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE)²⁵ nas seis Secretarias Executivas Regionais (SERs) e divulgada em 15 de março de 2007 pelo jornal Diário do Nordeste, a Aerolândia possui um índice de empregos formais na sua população economicamente ativa de 59,46%, enquanto o Alto da Balança ocupa a terceira colocação no *ranking* dos trabalhadores inativos, apresentando a taxa de 72,88% de sua população economicamente ativa sem trabalho. Como me disse Toinha, antiga moradora do bairro:

O problema aqui da Aerolândia é esse pessoal que vieram pra cá nessas invasões. Enquanto a gente teve que comprar nossa casa pagando bem caro, eles chegaram aqui e invadiram. Isso não pode! Sei que eles são pobres, mas a lei é igual para todo mundo. Antes de eles chegarem o negócio aqui era diferente. Toinha, Moradora do bairro há 42 anos.

O Lagamar, ocupação ilegal mais antiga do bairro que data dos anos de 1940; o Piloto, área que começou a ser invadida em 1975; o Areal, ocupado na metade da década de 80; e a favela do Padre Cícero, a mais recente, que data de 1999, são representados no imaginário local

²⁵ Ver em www.sde.fortaleza.ce.gov.br.

como as áreas onde se concentram os “pobres e marginais”, por isso, devendo ser evitadas ou atravessadas com “cuidado”.

2.1 No rastro da história

A Aerolândia, como a maioria dos bairros de Fortaleza, não foi ocupada de uma só vez tampouco de maneira homogênea, mas através de um variado fluxo que envolveu posses legais e ilegais do solo urbano. A história do bairro possui íntima ligação com o desenvolvimento da aviação em terras cearenses, especialmente através da implantação da Base Aérea de Fortaleza (BAFZ) em suas proximidades. Em 1933 foi criado, onde hoje se encontra a BAFZ, o *6º Regimento de Aviação* da antiga Aviação Militar do Exército na cidade. Sob influência desta corporação militar podemos encontrar a origem dos nomes peculiares que o bairro outrora possuiu, e ainda hoje possui, como também da nomenclatura de seus inúmeros logradouros.

Outrora, chamada de *Campo de Aviação e Cocorote*, em referência a já citada influência e proximidade com os embriões do que mais tarde se tornaria a BAFZ, a Aerolândia possui uma história singular no contexto da cidade de Fortaleza. Experiência interessante se constituiu a descoberta da origem do nome Cocorote para o pesquisador e morador que vos fala, pois ao saber que o bairro assim fora denominado, uma interessada residente logo prontificou-se a interpretar o fato como resquícios de “*influências indígenas*” em nossa cultura. Diferentemente dessa suposição inicialmente colhida, descobri que tal denominação originava-se da apropriação de uma expressão de origem inglesa (americana). O nome nos remonta a permanência de tropas militares dos Estados Unidos da América em solos cearenses²⁶ durante a 2ª Grande Guerra (1939-1945). Em suas decolagens os pilotos norte-americanos eram orientados a dirigirem-se pela “*Cocó-Routh*”, ou seja, pela “*Rota do*

²⁶ Fato atestado historicamente pela presença de tropas militares americanas em bases nordestinas durante o ano de 1942, período da 2ª Guerra mundial. Durante a 2ª Grande Guerra, temendo uma possível invasão por parte dos países do Eixo, a partir de Dakar no norte da África também, devido aos sucessivos ataques de submarinos alemães e italianos contra os navios da nossa Marinha Mercante, o governo brasileiro cedeu o uso de bases no Nordeste, aos Estados Unidos. Em contra-partida, nossas forças foram reequipadas com equipamentos modernos. Ver Wikipédia http://pt.wikipedia.org/wiki/Base_A%C3%A9rea_de_Fortaleza.

Cocó”. Apropriada na linguagem local, a “Cocó-Routh” (sentido que faz referência a posição geográfica do Rio Cocó), ou melhor o “Cocorote”, passou a fazer parte da representação simbólico e física do espaço que se encontrava na direção imaginária de tal rota. Após esses dois nomes, ou seja, Campo de Aviação e Cocorote, que sofreram influências da proximidade da instituição militar que tem por domínio os céus brasileiros, surgiu o nome Aerolândia (*aero* relativo ao ar, e *land* relativo a terra), cuja história revela-se entrelaçada com a construção e o início da aviação em solos tupiniquins.

Não foi apenas a nomenclatura do bairro, enquanto unidade administrativa, que sofreu influências da BAFZ. Suas ruas, quase que em sua totalidade, cerca de 90%, fazem referência a personalidades militares, principalmente aviadores, que tiveram no espaço físico e simbólico seus nomes imortalizados. Na Aerolândia desfilam nomes que variam desde a menor patente do oficialato militar, ou seja, aspirante, e chegam até o mais alto posto de comando, ou seja, brigadeiro. *Aspirantes* (Rua Aspirante Mendes), *tenentes* (Ruas: Tenente Roma, Tenente Wilson, Tenente Barbosa, Tenente João Albano, Tenente Aurélio Sampaio, Tenente Jaime Andrade, etc) *capitães* (Ruas: Capitão Olavo, Capitão Vasconcelos, Capitão Aragão, Capitão Clóvis Maia, Capitão Dakir, Capitão Uruguai, etc), *majores* (Ruas Major Gerardo Mendes e Major Vaz), *coronéis* (Ruas Coronel Gonçalo e Coronel Belo), *brigadeiros* (Rua Brigadeiro Vilela) e o anônimo *piloto* são nomes que constituem oficialmente e simbolicamente as definições espaciais e subjetivas do bairro, sendo apropriadas de maneiras diferenciadas por aqueles que ali residem. Importante não desconsiderar as ruas que prestam homenagem a antigos moradores do bairro (Ruas: José Busson, Dr. Pedro Rocha, Adolfo Quixadá, Teófilo Cordeiro) e as que se referem a ilustres personagens cearenses e brasileiros, como é o caso da Avenida Governador Raul Barbosa e da Rodovia Federal BR-116, recém batizada Rodovia Alberto Santos Dumont, em homenagem ao centenário de morte de tal personalidade.

Os moradores da Aerolândia fizeram referência em nossas conversas a duas situações que consideravam “desestabilizadoras” de uma antiga representação do bairro como lugar seguro e tranqüilo para se morar. A primeira diz respeito à saída de um grande contingente de militares do bairro com a construção da Vila dos Sargentos na Av. Borges de Melo na década de 80. A presença desses militares, segundo os residentes mais antigos, “dava ares de segurança e tranqüilidade” ao bairro e seu convívio. A segunda, refere-se à construção da Av. Governador Raul Barbosa e da reforma e alargamento da Rua Capitão Aragão na década de 90. Tais mudanças transformaram o bairro em um importante corredor de circulação

rodoviária de Fortaleza e, segundo os moradores, tiraram sua “tranqüilidade” e “paz”, pois agora a Aerolândia era “caminho pra todo tipo de gente”. A *funcionalidade* que a Aerolândia possui na circulação social dos moradores da cidade de Fortaleza é um elemento importante em sua qualificação como bairro periférico. A obrigatoriedade ou necessidade de ter que diariamente por suas ruas transitar instaura um cotidiano de apreensões e medos, onde as táticas sociais emergem como elementos indispensáveis de “*rotinas perigosas*”.

A Aerolândia, e os demais bairros periféricos, devem ser compreendidos em suas conexões com o contexto mais amplo da cidade nas quais se inserem, ou seja, percebidos nas redes de relações que estabelecem com outros espaços sociais que compõem a trama de Fortaleza. Pensar as periferias brasileiras como locais distantes, ermos, inóspitos ou impróprios, é uma generalização que não condiz com as diferentes realidades encontradas nos distintos contextos sociais urbanos. Nesse sentido, um dos objetivos do presente trabalho foi evidenciar e destacar as particularidades das periferias urbanas, tarefa empreendida através da clarificação de sua peculiar funcionalidade para a constituição do tecido social da Cidade. Falar de “Periferia” não significa remeter-se a lugares isolados e distantes. Para além de suas funções simbólicas e sociais como um dos muitos “locais perigosos” a serem evitados, o bairro possui importância fundamental como corredor rodoviário de inúmeros acessos e intensos fluxos. A Aerolândia faz parte de um dos *eixos estruturadores* da malha viária de Fortaleza localizados na Regional 6 (ver Figura 4), tendo uma importante função no que diz respeito ao processo de circulação no espaço citadino. Bairro periférico de constituição peculiar, o mesmo também ganha destaque devido englobar em seu perímetro os limites da maior área de preservação ambiental de Fortaleza, ou seja, o já citado Parque Ecológico do Cocó, e um ativo comércio de auto-peças estruturado às margens da Rodovia Federal BR-116. Tais estabelecimentos instalaram-se preferencialmente na Avenida Governador Raul Barbosa e na Rodovia Federal BR-116, corredores de trânsito intensos. Para dar uma dimensão da configuração dessas vias como pólos comerciais, observei que em um curto espaço físico da BR, cerca de duas quadras, aglomeram-se quatro das mais importantes lojas fornecedoras de peças para automóveis e caminhões que operam na cidade. Além desses estabelecimentos que comercializam peças automotivas, temos em seu entorno uma variedade difusa de oficinas mecânicas que se beneficiam da proximidade de tais comércios para facilitarem seus serviços.

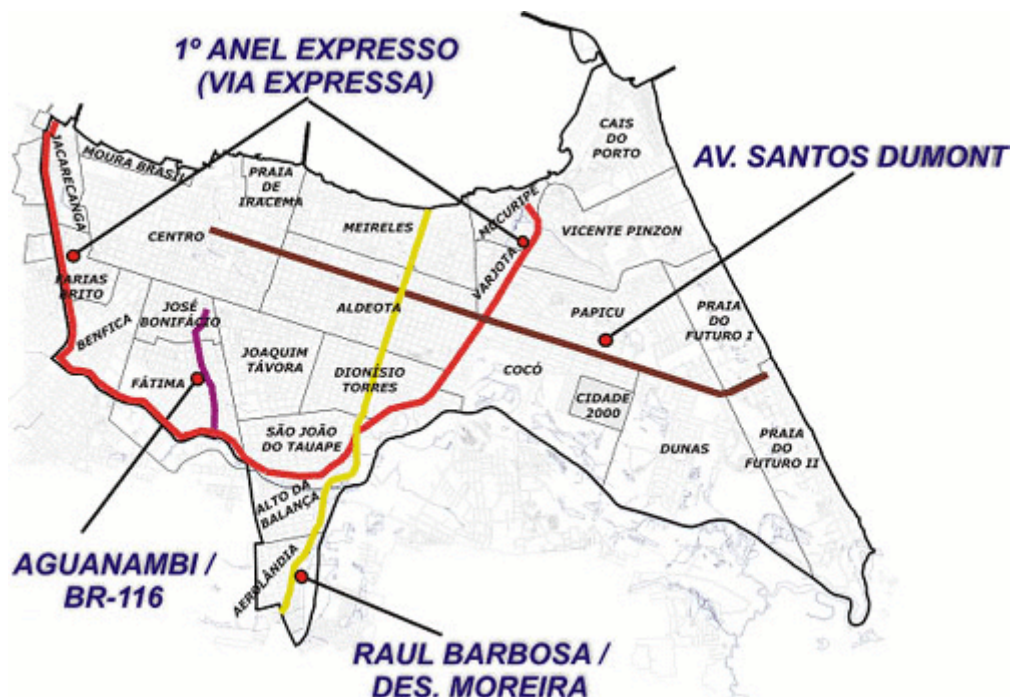


Figura 4. Mapa elaborado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Controle Urbano (SEMAN) em referência ao que chama de “zonas especiais”. Ver em <http://www.semam.fortaleza.ce.gov.br/mapadasregioesdefortaleza.htm>

Devemos pensar e entender as periferias das grandes cidades não de maneiras “unívocas” ou “exóticas”, mas através da ótica das redes de ligações funcionais que configuram a importância dessas áreas para o tecido urbano. Nesse sentido, concordo com Wacquant (2005) quando afirma que, para compreender contextos socialmente estigmatizados de maneira complexa, deve-se estar atento para: *“distinguir, pelo menos, entre a condição social característica de uma área de banimento, sua posição no sistema hierárquico de cada sociedade, e a função que exerce na organização social de cada metrópole”*. (Wacquant, 2005: 11) Os “isolamentos sociais”, suas vivências e intensidades não são as mesmas nos diferentes contextos urbanos.

Considerado “zona crítica” pelas instituições policiais, pela mídia televisiva e escrita, e pelos moradores da cidade e do bairro, o sinal do cruzamento das avenidas Governador Raul Barbosa e General Murilo Borges era conhecido como “sinal do medo”²⁷. Porém, percebendo as outras tramas que ali se desenvolvem, o mesmo também era espaço gerador de renda para

²⁷ Ver edições de *O Povo* de 27 e 30 de Abril de 2007.

vendedores ambulantes que por ali desfilavam diariamente com suas “telas” abarrotadas²⁸. Além de estar atento as funções simbólicas que territórios socialmente estigmatizados e *incriminados* em torno da violência possuem para a organização das navegações cotidianas dos moradores e das estratégias administrativas e repressivas do Estado, deve-se estar atento para a suas apropriações ordinárias heterogêneas. Na Aerolândia transitam cotidianamente e exaustivamente em suas atividades diárias uma massa difusa de moradores da cidade que em seus ritmos diferenciados se apropriam do mesmo de múltiplas maneiras.

Diferente de áreas urbanas periféricas e estigmatizadas que encontram “isoladas”, ou sem uma aparentes “funcionalidades”, no sentido em que não precisam ser atravessadas diariamente e não possuem equipamentos comerciais “atrativos”, o bairro insere-se como corredor de acesso importante na malha rodoviária de Fortaleza e possui um comércio de auto-peças referência no contexto citadino. A Aerolândia é cortada pela Rodovia Federal BR-116, um dos acessos de entrada e saída da capital cearense; pela Avenida Governador Raul Barbosa, corredor urbano de intenso fluxo que liga os moradores localizados no eixo Sul ao Norte da cidade; e, também, pela Avenida Capitão Aragão, um dos principais acessos para quem habita as áreas centrais e deseja dirigir-se rumo à maior universidade particular do Estado e ao maior *Shopping Center* da cidade, respectivamente Unifor (Universidade de Fortaleza) e Iguatemi.

Formado por corredores de acesso e circulação veicular intensos e por um ativo comércio, o bairro não se encontra “isolado” do contexto mais amplo da Cidade, pelo contrário, incorpora uma função vital no intenso cotidiano de Fortaleza. Entender as *práticas de reconhecimento*, as relações de sociabilidade e as estratégias de apropriação na Aerolândia foi uma tarefa que passou pela reflexão sobre como esses elementos “periféricos” inserem-se nas *rotinas funcionais* das cidades. Os bairros não são apropriados e experimentados apenas por aqueles que ali residem, mas por difusos usuários que a partir de diferentes interesses e objetivos transitam e circulam em seus perímetros, imprimindo ritmos e coloridos diversos.

²⁸ As telas são estruturas de ferro que servem de suporte para a exposição das mercadorias a serem comercializadas no dia.

CAPÍTULO 3.

MENINOS DA PRAÇA: NOMADISMOS E ACESSOS

Buscando entender as difusas elaborações dos medos e práticas sociais em espaços urbanos representados através da violência e da criminalidade, me aproximei de um grupo de *usuários* de drogas²⁹ que freqüentava uma das praças públicas da Aerolândia como local para seus encontros diários. O acesso a esse grupo, considerado *desviante*³⁰, possibilitou uma apreensão complexa da multiplicidade de ações e temores gestados e experimentados em contextos “inseguros”, pois agora, estávamos passando para o “lado de lá” do *universo da violência*. Investigar os “protagonistas” dos medos que assombram os “cidadãos”³¹, proporcionou uma reflexão sobre os tipos e qualidades de direitos que as massas urbanas acessam em sociedades ditas democráticas e sobre a necessidade de uma perspectiva *tática*³² das ações policiais que pretendem agir sobre grupos considerados *desviantes*.

Formado por 17 rapazes e 3 garotas, entre 16 e 36 anos de idade, que advinham de diferentes micro-espacos do bairro, os “*meninos da praça*”³³, como serão chamados daqui por diante, trouxeram elementos interessantes para pensarmos as experiências de existir em contextos de criminalidade atravessados por sentimentos de medo e insegurança. Acompanhando as práticas de tal grupo, os direitos civis, em uma perspectiva multidimensional da democracia³⁴, passaram a ser vistos em seus *acessos* situacionais, e o trabalho policial, como necessariamente *móvel e tático*. Vivenciando sentimentos de medo, e agindo, muitas vezes, como protagonistas dos mesmos, os usuários de drogas se constituem como grupo instigante para pensarmos a noção de moderna de cidadania e as efetivas

²⁹ Utilizo o termo *usuários*, pois é dessa maneira que os meninos preferem ser chamados ao demarcarem fronteiras com outros tipos de consumidores de drogas e praticantes de atos criminalizados. A alcunha *drogado* acaba por adquirir uma conotação negativa entre eles.

³⁰ Para uma discussão sobre os grupos considerados *desviantes* e sobre o *desvio social* ver: E. Goffman, *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980); H. Becker, *Outsiders* (Nova York: Free Press of Glencoe, 1963); e G. Velho, *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social* (Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979).

³¹ Termo bastante utilizado nas conversas diárias para qualificar indivíduos que possuem um trabalho remunerado formal e não se encontram na situação de desempregados. Ver *A máquina e a revolta* de Alba Zaluar (1985).

³² No sentido exposto por Certeau (2005), onde deve-se jogar com o lugar e a situação.

³³ Nomeação recorrente utilizada pelos moradores do bairro em relação aos usuários de drogas que freqüentavam a praça.

³⁴ Multidimensional, pois teríamos o exercício da cidadania enquanto prática social em diferentes dimensões. Na esfera política, social, civil e consumista. Ver Marshall (1967) e Canclini (1999).

garantias dos direitos em que a mesma se desdobra. Frente à ação de atores móveis e *nômades* (Diógenes, 2008) as investidas policiais devem incorporar ondas de movimento e fluidez. A cidadania revela, enquanto *práticas de reconhecimento*, toda a dinamicidade e inventividade dos atores em seus modos de estruturar diferenças e inserções na *urbe*. Na fluidez das experiências diárias, categorias concebidas de maneiras abstratas e estáticas podem ser entendidas enquanto acessos situacionais e praticados.

3.1 A praça dos meninos

O grupo de jovens que investiguei são conhecidos como *meninos da praça* por se apropriarem diariamente desse clássico espaço de sociabilidade da Aerolândia, localizado mais precisamente no quilômetro 3 da Rodovia Federal BR-116. O bairro possui outras praças públicas, porém, entre as quatro que lá existem, a que os meninos freqüentam é a maior em extensão e representada por seus moradores como a “Pracinha da Passarela da Aerolândia”, ou para os mais antigos, “da Feirinha”³⁵. Como espaço importante para as sociabilidades locais, “a praça” é freqüentada por indivíduos oriundos de várias partes do bairro com seus difusos objetivos. Enraizada em uma das principais vias rodoviárias de acesso à cidade de Fortaleza e apreciada como um marco arquitetônico da paisagem e da memória do bairro, pois na mesma se encontra a única passarela local para a travessia da BR-116, “a praça” é heterogeneamente apropriada ao longo de seus ciclos diários.

Fisicamente “a praça” possui medidas de 80x150m de extensão, onde se distribuem: uma pomposa banca de revistas localizada estrategicamente ao lado do ponto de ônibus local; uma banca de lanches voltada intencionalmente, segundo seu dono, para a saída de uma escola municipal; uma dúzia de bancos onde acomodam-se seus usuários; uma parada de ônibus situada nas margens da BR-116; e, quatro grandes árvores, entre elas duas mangueiras, que proporcionam enormes sombras em tardes de sol causticantes e deliciosos frutos em épocas de safra. O comércio em seu entorno é ativo e antigo, lá funcionam: uma churrascaria, especialista em pratos tipicamente nordestinos, tais como o “baião de dois”³⁶; uma loja de “miudezas”, palavra que evoca pequenos objetos, mas que na realidade negocia uma gama

³⁵ Referência de moradores mais antigos a uma época em que a praça era palco de encontros de jovens nos fins de semana e que segundo os mesmos, “rolava uma curtição saudável no bairro”.

³⁶ Mistura de arroz e feijão que geralmente é acrescida de queijo.

multivariada de mercadorias; um comércio de materiais para construção; um pequeno bar, freqüentemente palco de encontros noturnos; uma oficina mecânica especializada na manutenção de tratores; uma loja de produtos naturais, outrora o antigo “Bar do Seu César”, fechado, segundo o proprietário, devido aos constantes prejuízos decorrentes de brigas e confusões; uma pequena farmácia; uma casa automotiva que comercializa peças para tratores; e uma borracharia, que ocupa o lugar deixado por uma antiga farmácia que não alcançou êxito por muito tempo no bairro. Completando a paisagem do local, temos a Escola Municipal de Ensino Infantil e Médio Professora Edith Braga e a Rodovia Federal BR-116.

Como *espaço praticado* (Certeau, 2007), a praça possui uma apropriação heterogênea de pessoas que para lá se dirigem com distintas finalidades. A mesma é utilizada como espaço para lazer, mesmo que para tal finalidade só disponha de dois tabuleiros improvisados em seus bancos por seus moradores para jogos de dama ou xadrez, e como palco para *sociabilidades*, onde se podem rever amigos para encontros casuais ou longas conversas, e onde se iniciam inúmeros romances entre seus residentes. Enquanto espaço de *acessos*, “a praça” é local de parada de diversos transportes urbanos, em especial os ônibus, *moto-táxis* e *vans*, ou como comumente se chama em Fortaleza, *topics*. “A praça” possui um movimento intenso durante todo o dia, se beneficiando desse trânsito o dono da já citada banca de jornais, que esbanjava um largo sorriso ao mostrar a nova estrutura que havia adquirido recentemente. O vivo comércio em torno da praça, a presença do colégio e seus alunos e o acesso à transportes urbanos davam o tom da heterogeneidade das pessoas que por ali circulavam cotidianamente.

Como espaço de lazer, sociabilidades e acessos “a praça” era freqüentada por uma gama difusa de pessoas. Para ali convergiam: indivíduos interessados em praticar atividades físicas, sejam as caminhadas diárias, realizadas geralmente no início da manhã e no final da tarde, seja a *aeróbica*, que nesses mesmos horários durante as terças e quintas eram orientadas por uma instrutora local; pais e mães, que percebiam na “praça” diurna um espaço para passeios e brincadeiras com suas crianças; donos de animais domésticos, que para lá conduziam seus bichos para passeios e “evacuações”; casais de namorados que ali encontravam “um lugar legal” e tranquilo para trocar carícias e “ficar” sem contratemplos; idosos que se reuniam durante o período da tarde para encontros e conversas; trabalhadores que a utilizavam como local para descanso, aproveitando as imensas sombras projetadas por suas árvores; transeuntes que por ali passavam em seus itinerários rotineiros; e o grupo que

aqui nos interessa, ou seja, “os meninos”, que se apropriam “da praça” como espaço para sociabilidades, lazer e consumo de drogas ao cair da noite.

Os “meninos da praça” formam um grupo composto por 17 rapazes e 3 moças que se apropriam da praça, especialmente, mas não exclusivamente, no horário em que os estabelecimentos comerciais cessam seu funcionamento. Vários deles possuem profissões e trabalham durante o turno da manhã, não podendo, por isso, freqüentá-la em outros horários. Entre as ocupações dos rapazes e das moças temos: quatro mecânicos; quatro universitários; dois corretores de imóveis; dois taxistas; dois feirantes; dois frentistas; um atendente hospitalar; e um vendedor de assinaturas de revistas. Interessante notar que mais da metade dos meninos que freqüentam “a praça” para utilizar entorpecentes, em especial a maconha, entre outras atividades, trabalham, e aqueles que não se encontram nessa condição, afirmam que pretendem fazê-lo e que seu desemprego é uma situação momentânea.

Quando perguntados por que utilizavam a praça para seus encontros e consumo de drogas, os rapazes geralmente evocavam conflitos familiares para justificar sua presença no local. Convivendo com os “meninos”, o uso de drogas e as relações de sociabilidade não se mostraram como atividades desconectadas, pois as mesmas se interligavam na apropriação da praça enquanto *espaço praticado*. Falando sobre sua situação particular, Betinho disse que:

“Venho fumar aqui na praça porque prefiro evitar o stress lá em casa! Toda vida quando eu fumo em casa, parece uma coisa, minha mãe “se toca”. Ai já viu! É aquela “encheção de saco”! Passa a semana toda falando daquilo ali e “pegando no meu pé” pra tudo. Uma coisinha que tú fizer já joga na tua cara. Aí eu prefiro vir fumar aqui na praça mesmo, você não tem aquele stress da “encheção de saco”, tem uma galera pra poder tirar onda e conversar, além de interar o “bagulho”. Claro que tem o perigo da gente ser preso, mas é só ficar ligado que não tem bicho não! Aqui é “mó limpeza”.”
Betinho, 27 anos, morador do bairro desde que nasceu.

Proibidos de consumir drogas em suas casas, os rapazes encontram “na praça” um espaço “agradável” onde, além de poderem usar drogas, uma das muitas atividades desenvolvidas por eles, podem conversar, paquerar, interar o “bagulho” ou simplesmente “tirar onda” uns com os outros.

Como freqüentadores essencialmente noturnos, mas não exclusivamente, pois já presenciei vários deles ocupando a praça durante o período da manhã e da tarde, os “meninos” se constituem como um grupo referencial para a elaboração das representações da praça para aqueles que dela se apropriam ou por ali transitam. Espaço de consumos, lazeres, acessos ou sociabilidades, são algumas das muitas apreciações tecidas pelos moradores do bairro em relação à “Praça da Passarela”. Os “meninos” integram uma paisagem social multiforme e cambiante, onde o espaço pode ser apreciado sob várias óticas e pontos de vista. Com a noite, figuras sombrias e sinistras passam a espreitar os moradores locais, mudando a face dos ambientes outrora familiares e próximos. Foi sobre os “meninos da praça” e sobre suas experiências urbanas e significações simbólicas em contextos de violência que centrei minha atenção no presente momento da investigação.

3.2 Ficando *Entre a cruz e a espada*

Os “meninos da praça” constituem um grupo extremamente instigante para pensarmos as gerações *situacionais* e *relacionais* dos medos sociais urbanos. Emergindo em contextos sócio-históricos específicos, os temores sentidos por indivíduos considerados *desviantes* clarificam a experiência de vivenciar direitos civis em *urbes* democráticas. Oscilando entre *acessos* permitidos e/ou negados, os direitos civis para os “meninos” não são entendidos enquanto posses estáticas e definidas, mas como elementos exercidos em suas práticas sociais diárias.

Perguntado sobre os medos que sentia quando estava circulando pelo bairro, William deu exemplos da difícil situação em que se encontravam os “meninos” em suas experiências cotidianas na praça.

“Eu tenho medo da violência sim! Tenho medo de ser roubado, de levar umas “porradas” sem motivo nenhum. Mas eu dou “mó” valor vir aqui pra pracinha, mesmo correndo perigo. E aqui ainda é mais “foda” pra gente que é usuário. Além da gente ter medo de ser roubado nessa merda, a gente ainda tem que ficar ligado nos “canas”. Se eles levassem a gente tudo bem, mas eles gostam é de humilhar os outros, de fazer o “nêgo” passar vergonha! Outro dia pegaram o Maguim e o Igor e fizeram os caras nadar num monte de folhas secas que “tavam” espalhadas na “BR” e darem porrada um na cara do outro! A gente corre mais risco de ser pegue e levar umas porrada dos “gambé” do que ser roubado por algum pilantra. Até

mesmo porque se vierem roubar não tem nada prá levar! (risos do entrevistado) [...] E ainda tem mais, a gente passa por cada situação aqui! O “nêgo” tá entre a “cruz e a espada”, pois ao mesmo tempo que a gente tem medo de ser roubado, a gente não pode chamar a polícia porque tá fumando maconha. E a maioria das pessoas que passam por aqui pensam que a gente que é os pilantra do bairro! Tô cansado de ver os “homí” chegar aqui por causa de “cabuetação” de uns e outros que pensam que a gente quer roubar quem passa por aqui. Mal sabem eles que a gente é que às vezes não deixa os “pilantra” roubar aqui por que se não suja pra nós também. É “foda”! O pessoal passa perto de você e fica escondendo a bolsa, chega dá um negócio ruim!” William, morador do bairro desde que nasceu.

A fala de William é significativa para a compreensão da complexa relação vivenciada por usuários de drogas em contextos de violência e criminalidade. Considero complexa, pois na percepção do rapaz de 23 anos, ele e seus colegas ao se apropriarem diariamente da pracinha da Aerolândia, experimentariam situações que os colocariam “*entre a cruz e a espada*”. Dar atenção e visibilidade as situações vivenciadas por usuários de drogas em tais contextos, permite que visualizemos a particular relação que indivíduos considerados *desviantes* tecem com noções centrais das concepções democráticas de convivência. Apropriando-se astuciosamente dos espaços públicos, os usuários clarificam o caráter reflexivo de suas ações como também as acessibilidades de direitos que se produzem através das práticas sociais. Acompanhando os “meninos”, a emergência de ações *táticas* (Certeau, 2007) dos órgãos policiais em tais contextos urbanos e em relação a tal grupo mostrou-se significativa.

Os “meninos da praça” compartilhavam com os demais moradores da Aerolândia sentimentos, memórias e experiências acumuladas em longos anos de convivência e sociabilidades. Entre esses sentimentos, o medo de sofrerem “danos” contra sua integridade física e/ou contra seus patrimônios materiais, ou seja, o da violência dita *criminal* ou *delitiva*, ganhava destaque. Como palco de inúmeros eventos que envolveram práticas violentas, destacando-se assassinatos e roubos, “a praça” faz parte das *paisagens do medo*³⁷ espalhadas

³⁷ Segundo Tuan, “O medo existe na mente, mas exceto nos casos patológicos, tem origem em circunstâncias externas que são realmente ameaçadoras. [...] “Paisagens do medo” diz respeito tanto aos estados psicológicos como ao meio ambiente real. [...] São as quase infinitas manifestações da força do caos, naturais e humanas. Sendo as forças que produzem caos onipresentes, as tentativas humanas para controlá-las são também onipresentes. De certa forma, toda construção humana – mental ou material – é um componente na paisagem do medo, porque existe para controlar o caos.” (Tuan, 2005: 12)

pelo bairro, sendo por isso, um dos muitos locais a serem “evitados” ou freqüentados com “cautela”. Especialmente quando a noite cai. Expondo-se diariamente ali, os “meninos” sabiam do risco que corriam em relação à polícia e aos assaltantes, mas continuavam a se aventurar em horas de conversas e brincadeiras regradas a maconha e muitas risadas.

Enquanto sentimento construído em torno da representação do bairro Aerolândia, seus moradores e espaços, o medo da violência, especialmente aquela confundida com as práticas enquadradas no âmbito da lei, era compartilhado por distintos moradores, mesmo que com roupagens e intensidades diferentes. O medo da violência criminal é um quinhão comum agregado as representações acerca do bairro, onde tal sentimento se reproduz no imaginário social coletivo, produzindo distâncias e barreiras físicas e simbólicas.

Compartilhando o sentimento de insegurança e medo da criminalidade urbano violenta com os “cidadãos” do bairro, os usuários de drogas que freqüentavam a praça diversas vezes assumiam o papel de personagens, não apenas figurantes, mas protagonistas, dos temores de tais indivíduos. Segundo Gordinho, o problema era que as pessoas confundiam os “usuários de droga com ladrões”, não percebendo e não notando a diferença existente entre “quem é do bem” e “quem é do mal”³⁸. Falando-me sobre seus medos e a dificuldade de enfrentá-los, Rafaela afirmou que:

“O pior é quando eu tenho que ir pra escola de noite. Eu morro de medo, sabe? Quando chega ali naquela praça eu quase que não saio do canto. É “chei” de drogado nos “banco tudin”! Parece uma peste! E não são poucos não. Quando eu vou chegando perto que já sinto aquele cheiro, fico logo me tremendo toda, apresso o passo e não olho nem pro lado até entrar na escola. É “foda”, que todo o dia é a mesma coisa e todo dia tenho que passar por aquela praça, a qualquer hora a gente pode ser roubado ou morrer!” Rafaela, 23 anos, moradora do bairro há 15 anos.

Ao mesmo tempo que compartilhavam e reproduziam com os “cidadãos” o medo da *violência criminal*, os “meninos” eram protagonistas recorrentes daqueles sentidos por tais indivíduos. Tal sentimento tecido em relação aos “meninos” clarifica o processo de naturalização da associação nefasta entre violência e consumo de drogas em sociedades acossadas pela

³⁸ Os usuários de drogas, que também são afetados pelos medos urbanos, são confundidos constantemente com os praticantes do que poderia chamar-se de “criminalidade urbana violenta”. Constituindo-se como personagens materializados e próximos com os quais ainda se pode jogar diretamente na *urbe* contemporânea, os mesmos são indiscriminadamente associados à práticas violentas.

insegurança e pelo medo. Ser confundido com assaltantes, ou seja, com os “do mal”, causava indignação aos “meninos”, que afirmavam estar tanto quanto os ditos “cidadãos”, temerários em relação à sua integridade física e/ou material.

Pairando acima de críticas em pesquisas que buscam entender a criminalidade urbana, a associação entre consumo de drogas e violência deve ser destacada para que não se torne um obstáculo ao conhecimento do social. A pobreza como fator causal e explicativo do fenômeno da criminalidade e de seu aumento nas últimas décadas, foi alvo de severos debates e reflexões em trabalhos acadêmicos (Campos Coelho, 1978; Zaluar, 1985; 2004; Misse, 2006). Contudo, a associação entre consumo de drogas e violência segue como uma relação difusamente disseminada e tantas vezes não questionada quando se busca entender a atual configuração “violenta” das metrópoles brasileiras.

A dupla inserção dos usuários de drogas em contextos de criminalidade e medo, ora atores “afetados”, ora “protagonistas” visíveis, colocava sua existência nos cenários urbanos como uma tarefa complexa e, segundo Vênio, “difícil”. “Alvos” e ao mesmo tempo “potencializadores” dos medos sociais, os “meninos da praça” estabeleciam uma difícil convivência com a polícia, braço visível e imediato da lei. A experiência de viver “entre a cruz e a espada”, ou seja, algumas vezes desejar proteção policial e outras da mesma se esquivar, me levou a pensar a cidadania em sociedades democráticas enquanto práticas de “acessos” construídas através de reconhecimentos intersubjetivos, e as ações policiais como devendo incorporar necessariamente um caráter *tático* (Certeau, 2005).

3.3 Práticas policiais: estratégias táticas

As apropriações e circulações em espaços representados como violentos não se restringem àquelas elaboradas e postas em movimento pelos ditos “cidadãos comuns”. Conviver com os “meninos da praça” mostrou-me quão difusas e complexas são as práticas efetivadas por grupos socialmente criminalizados e considerados *desviantes* em suas apropriações “teimosas” e errantes dos espaços públicos urbanos. “Estar na praça” significava manter-se constantemente em estado de atenção quanto aos transeuntes e seus movimentos, pois “a qualquer instante” assaltantes ou policiais poderiam frustrar momentos que deveriam ser caracterizados por conversas e descontração. O medo da polícia e dos assaltantes inquietava os “meninos” em suas atividades e rotinas diárias.

A polícia, desejada como meio capaz de abrandar medos vivenciados em relação aos assaltantes, era evitada quando a “roda”³⁹ ia se configurando. Essa relação ambivalente, tecida em torno da presença policial, chamou minha atenção para os *caminhos* elaborados pelos “meninos” em suas apropriações dos espaços sociais. Ao mesmo tempo em que se constituíam como fonte inspiradora de segurança, os policiais eram protagonistas decisivos dos medos sentidos pelos “meninos”, pois a qualquer momento poderiam prendê-los, ou o que consideravam pior, “humilhá-los na frente de todo mundo”.

Temerosos quanto à presença policial, mesmo quando não estavam portando ou consumindo drogas, os “meninos” elaboravam complexos *circuitos*⁴⁰ de apropriação dos espaços públicos, pois a “roda” deveria ir onde naquele momento estava “limpeza”, ou seja, onde a polícia não se encontrava. Os lugares “limpezas” dependiam tanto das pessoas que neles estavam, quanto daquilo que se pretendia fazer na situação objetivada. O medo da polícia era constante entre os garotos que já haviam vivenciado ou presenciado inúmeras situações de *vitimização*. Escapar ileso de tais experiências era algo a ser comemorado entre eles, pois destacava a astúcia daqueles que se envolveram e souberam se safar de tais encontros “perigosos”. Perguntados sobre situações de *vitimização* praticadas por policiais, apenas dois dos “meninos” e as três moças que freqüentavam a praça afirmaram não haverem sido vítimas de agressões policiais.

Os espaços sociais são consumidos através de jogos situacionais que põem em cheque toda a capacidade astuciosa dos atores em seus momentos interativos. Acompanhando a apropriação nômade dos espaços do bairro pelos “meninos da praça” pude perceber toda a inventividade e criatividade de grupos socialmente criminalizados e considerados *desviantes* em suas atividades “teimosas” e ilícitas. Falando-me sobre a “aventura” de fumar um “baseado” na Aerolândia, mesmo temeroso quanto à presença policial ou à ação de assaltantes no bairro, William disse-me em tom de conselho:

³⁹ A *roda*, que nem sempre possui um formato circular, é uma configuração assumida pelos usuários no momento do consumo da droga para que possa estabelecer-se uma seqüência na circulação da mesma.

⁴⁰ Ver MAGNANI, Jose Guilherme Cantor . De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 49, p. 11-29, 2002.

“Você tem que ser esperto e se ligar! Não é toda hora que é “limpeza” fumar na praça não. Tem dia que vixeeee! Não dá nem pra sentar nos bancos, tú leva logo uma “geral”. Mas é “foda” que aqui é o ponto da “conexão”. Quando aqui tá “sujeira”, tem dois cantos que eu costumo ir. Os bancos lá da Marcosa⁴¹. A rua é pouco movimentada e dá pra fumar numa boa. É “foda” que às vezes chega uns “poita” mas não tem essa não, é da vida! (risos do entrevistado) Mas lá de vez em quando fica “sujeira” também. Já rolou umas “cabuetações” que uns três meninos acabaram sendo pegos lá! Outro canto que eu vou é o Campo do Itabaiana⁴², lá é mais aberto e dá pra “se ligar” quando têm alguém se aproximando. O ruim de lá é que é muito vento, o “beck” acaba num instante! É por isso que eu prefiro a praça, mas quando não dá tem que ir para outro lugar mesmo! Só não vou deixar é de fumar por causa dos “gambé”! Enquanto eles vêm com o milho “nóis” já “tamó” voltando com a canjica! (risos do entrevistado) William, 23anos, nasceu no bairro.

“Estar limpeza” significava que a polícia não estava presente, “estar sujeira” justamente a situação oposta. Na busca por lugares “limpezas” para suas atividades diárias, entre elas especialmente o consumo de drogas, os “meninos da praça” elaboravam um complexo itinerário que não se encontrava delimitado de maneira prévia, mas desenhava-se de forma errante e situacional em relação à presença de policiais e outros atores sociais. Importante perceber que os locais para o consumo de drogas eram alternados não apenas devido à presença policial, pois diversos fatores, tais como a proximidade da residência dos “meninos” e a presença de conhecidos “caretas” eram motivos para os nomadismos. A multidão, mesmo que gerando uma maior sensação de segurança quanto aos assaltos no bairro, poderia trazer em seu seio conhecidos, familiares, policiais disfarçados e eventuais “cabuetas”.

Falando sobre seus itinerários diários, Yang afirmou que aquilo que em última instância determinava o “nomadismo” cíclico dos lugares utilizados para o consumo de drogas era o medo do contato com a polícia. Referindo-se a sua situação particular, o mesmo disse:

“Minha mãe já sabe que eu fumo faz é tempo, meu pai e meus irmãos também. Eles sabem que eu não faço mal a ninguém, mas só não querem que eu fume dentro de casa. Eu respeito, fazer o que, né?”

⁴¹ Firma especializada na comercialização de tratores e veículos pesados localizada no Km 3 da Rodovia Federal BR-116.

⁴² Campo de futebol localizado na Avenida Governador Raul Barbosa.

“Pros” da rua eu não tô nem vendo! Eles não botam comida no meu prato nem me dão o que vestir. Se “os de casa” não tem esse papo, “os da rua” que se lixem! O negócio “mermo” é os “homí”, tem jeito não! Eu não quero ser preso por tá “dando umas bola” e nem descolar umas porrada de “laranja”. Então o “nêgo” tem que se mexer, se movimentar. Se ficar parado os “homí” pega!” Yang, 22 anos, morador do bairro há 8.

Nas palavras de Yang a mobilidade aparece como um artifício altamente valorizado nas elaborações e execuções das práticas sociais nos espaços urbanos. “Mover-se” significava não estar à *mercê* de possíveis abordagens policiais e atualizar de maneira *reflexiva*⁴³ e contínua o conhecimento e a navegação social. Circular e relacionar-se em contextos “violentos”, ainda mais quando se vivenciam rotineiramente em seus trajetos “situações de ilegalidade”, deve incorporar em suas execuções a presença atuante dos contingentes policiais mobilizados para agirem na Aerolândia e em Fortaleza.

A Aerolândia é assistida em seu entorno e interior por um amplo contingente policial não detectado em outros bairros considerados “os mais perigosos” da cidade de Fortaleza⁴⁴. Como parte integrante da paisagem física, simbólica e de segurança do bairro, temos a Companhia de Polícia Militar Ambiental – CPMA, sediada na Avenida Governador Raul Barbosa 6801, a famigerada “Avenida do medo”⁴⁵, e o Observatório da Polícia Militar, localizado no cruzamento das Avenidas General Murilo Borges com a mesma via. Idealmente móvel, mas encontrado rotineiramente em um posto de combustíveis localizado na Av. Gov. Raul Barbosa, temos os policiais do 6º Batalhão da Polícia Militar especializados no trabalho ostensivo com cães, a chamada ROCA (Ronda Ostensiva com Cães). No interior do bairro, temos patrulhas do recente implantado Ronda do Quarteirão⁴⁶; viaturas “comuns” da Polícia Militar, que circulam constantemente pelas ruas do bairro; policiais civis, que eventualmente realizam diligências ao mesmo; o Pelotão de Motos, que disponibiliza agentes

⁴³ *Reflexiva*, pois a vida social moderna seria caracterizada pela exacerbação do exame e reforma das práticas sociais à luz de informações produzidas sobre essas mesmas práticas. Ver A. Giddens, *As conseqüências da modernidade*, (São Paulo, Ed. UNESP: 1991

⁴⁴ Segundo ranking elaborado de forma independente pelo jornal *Diário do Nordeste* em sua edição de 20 de outubro de 2008, os dez bairros mais perigosos de Fortaleza e da região metropolitana na atualidade são Pajuçara, Messejana, Bom Jardim, Conjunto Jereissati, São Miguel, Pirambu, Vicente Pizón, Barroso, Barroso, Vila Velha, Palmeiras, Jangurussu, Barra do Ceará, Centro e Planalto Ayrton Senna.

⁴⁵ Alcinha presente na edição de 07 de dezembro de 2006 de *O Povo*.

⁴⁶ Projeto de segurança pública que visa colocar viaturas e policiais diferenciados nos bairros, a “Polícia da Boa Vizinhança”, e que funcionou como “carro-chefe” da campanha eleitoral do atual Governador do Ceará, Cid Gomes.

em locais considerados “críticos” pelas autoridades encarregadas e pelos moradores, como é o caso das Avenidas Capitão Aragão, BR-116 e Governador Raul Barbosa; policiais do pelotão de bicicletas, que fixavam ponto na Av. Gov. Raul Barbosa; eventualmente o Esquadrão de Polícia Montada, que em ocasiões “especiais” dá o ar da graça pelas ruas do bairro; e a Polícia Rodoviária Federal, que em sua vigilância das rodovias federais acaba por participar do policiamento no bairro. Tal contingente, não observado em outros bairros da cidade, encarregado de preservar e manter a segurança e a ordem, reforça e põe em destaque a importância funcional da Aerolândia no contexto mais amplo de Fortaleza. Porém, a presença dos mesmos não diminuía a sensação de insegurança experimentada pelos residentes do bairro, pois, segundo os mesmos, esse policiamento “era pras pessoas de fora, que passam por aqui!”.

Duas situações chamam nossa atenção para que pensemos de maneira crítica a maneira como se conduzem as ações policiais em contextos de criminalidade, colocando a *reflexividade* ordinária, atualizada dinamicamente, pelos indivíduos que se encontram em “situações de ilegalidade”, na agenda das atuações ostensivas do braço imediato da lei. O primeiro fato, refere-se à instalação do Observatório da Polícia Militar no cruzamento das Av. Gov. Raul Barbosa e Cor. Murilo Borges, o já citado “sinal do medo”. Os moradores da Aerolândia, e também de bairros vizinhos como Pio XXII e Luciano Cavalcante, afirmavam que após a instalação de tal equipamento, voltado para a promoção de uma sensação de segurança para aqueles que vivem em suas proximidades e que por ali necessitam transitar, os assaltantes passaram a agir em outros locais, tais como a confluência das avenidas Rogaciano Leite com Murilo Borges e no interior dos citados bairros. Com arquitetura imponente e modernos equipamentos, tais como câmeras capazes de captarem imagens a mais de 300 metros de distância, a “Torre”, como comumente é chamada pelos moradores locais, teria levado os assaltantes, a partir da ação policial e da instalação da mesma, a movimentarem-se e locomoverem-se em busca de novos espaços propícios às suas práticas. Muitos residentes questionavam-se sobre quem seriam os “verdadeiros” beneficiários com a implantação da “Torre” no bairro, indagando se a mesma havia sido planejado com o intuito de proteger os habitantes da Aerolândia ou as pessoas que por ali transitavam?

A segunda situação diz respeito a um evento ocorrido no bairro cujas vítimas foram dois policiais que realizavam suas rondas diárias sobre bicicletas ⁴⁷. Estabelecendo rotineiramente posto na Av. Gov. Raul Barbosa, mais especificamente entre as ruas Tenente Roma e Capitão Clóvis Maia, a dupla de policiais foi alvo de uma ação que teve como desfecho a morte de um e o roubo do equipamento de ambos. De acordo com o depoimento do sobrevivente, a fixidez agiu como “elemento negativo para suas integridades físicas”. O que busco destacar nesse momento da investigação é a possibilidade da incorporação de um caráter *reflexivo* nas apropriações *astuciosas* de indivíduos enquadrados em “situações de ilegalidade”. Usuários de drogas, e uma gama difusa de praticantes de ações criminalizadas, elaboram práticas nômades que jogam com a “situação” no consumo dos espaços urbanos para suas distintas finalidades. As ações *estratégicas*⁴⁸ das polícias, pautadas em incidentes considerados criminosos em determinadas zonas da cidade, ou seja, em uma *ecologia do crime*, muitas vezes não captam o movimento impactante de suas ações e o exame e reforma que impulsionam no comportamento dos indivíduos que se encontram em “situações de ilegalidade”.

Apropriar-se dos espaços públicos urbanos em *momentos de ilegalidade*⁴⁹ requer ações de tipo *táticas* e *reflexivas* daqueles que se propõem a tal feito. Circular por espaços considerados violentos simbolicamente representados através de categorias do “possível” e do “proibido”, requer tanto um conhecimento do tipo e dos locais rotineiramente freqüentados por policiais, quanto apropriações cercadas de “constantes atenções”, capaz de ao menor sinal desencadear nomadismos astuciosos.

No bojo do caráter *reflexivo*, *tático* e nômade apresentado pelos “meninos da praça” na apropriação dos espaços públicos, as ações policiais devem, além de serem pautadas *estrategicamente* em números estatísticos que constroem e apontam “zonas críticas” da cidade marcadas por incidentes violentos, darem atenção especial a *reflexividade* incorporada por grupos *desviantes* em seus circuitos apropriativos errantes. O “agir policial”, nesse sentido, deve agregar a análise dos números que “falam” sobre as *tendências criminosas* nos diversos bairros da cidade, tanto quanto o *impacto reflexivo* causado pelas operações policiais em tais contextos e nos comportamentos de seus residentes. A inventividade e astúcia dos praticantes

⁴⁷ Fato reportado no jornal *Diário do Nordeste* de 12 de Agosto de 2007.

⁴⁸ Pensando-se a definição de Certeau (2005) quanto a estratégias e táticas.

⁴⁹ Refiro-me a *situações ou momentos de ilegalidade*, pois os indivíduos não vivenciam a experiência de “desobedecer” a lei todo momento.

dos espaços muitas vezes são esquecidas no planejamento e execução de ações policiais. As *estratégias* militares devem ser capazes de captarem em suas elaborações as astúcias reflexivas e calculistas das práticas cotidianas apropriativas de grupos considerados *desviantes*. Esquecer ou negligenciar tal movimento pode prejudicar de maneira decisiva um planejamento operacional contextualizado.

A dinâmica astuciosa, característica da vivência diária e elemento significativo da inventividade das práticas e itinerários dos grupamentos sociais considerados *desviantes*, não deve ser interpretada apenas através de gráficos e números, pois deixaria de captar grande parte dos *deslocamentos* sociais dos crimes e de seus praticantes. Tendências que deslizam não apenas intra ou entre-bairros, mas também, como percebemos ao avaliar os perfis atuais das taxas de criminalidade em cidades do interior e os impactos da mesma nas respectivas economias locais, entre distintas cidades e estados. As *estratégias* policiais não podem ser pensadas e elaboradas de maneiras estáticas, mas sim levando em consideração as *táticas* cotidianas de caráter astucioso que, a partir de uma calculabilidade interacional e contextual, traçam itinerários errantes não captáveis e identificáveis de maneira *à priori*.

3.4 Direitos “acessíveis”: cidadanias na encruzilhada

A palavra *cidadania* representa um marco nos esforços empreendidos na reconstrução, ou como alguns preferem construção, de uma democracia brasileira após o fim da ditadura militar⁵⁰. Segundo Carvalho (2008), “*tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais*” na interpretação das democracias em diversos contextos sociais específicos. Costume esse, que Caldeira (2000) afirma ser originário da definição que considera “clássica” de T. H Marshall (1967), e que ela e Carvalho, adotam no desenvolvimento de seus argumentos. De acordo com o tratamento dado pelos autores à noção de cidadania, baseados nos argumentos de Marshall, a mesma possui várias “dimensões inclusivas” que poderiam caracterizar a que passo se anda na consolidação de uma democracia idealmente acessível e possível a todos.

⁵⁰ Podemos definir a Ditadura Militar como o período da política brasileira em que os militares governaram o Brasil. Esta época vai de 1964 a 1985 e foi caracterizada pela supressão dos direitos constitucionais, pela censura, pela perseguição política e pela repressão daqueles que estavam contra o regime militar.

Como fenômeno historicamente definido e composto por múltiplas dimensões, a cidadania brasileira, segundo Caldeira (2000) e Carvalho (2008), apresenta sérios problemas em seu processo de consolidação multidimensional. Os obstáculos aumentam quando passamos a pensar a questão da cidadania, enquanto *acessos*⁵¹ aos direitos sociais, políticos, civis e consumistas⁵², dos grupamentos socialmente incriminados e considerados *desviantes*.

Através da observação e participação nas práticas cotidianas e da captação das narrativas discursivas dos “meninos da praça”, compreendi como a cidadania é experimentada através de *acessos situacionais* aos direitos, mas nunca sob a ótica da posse dos mesmos. Os acessos aos direitos civis, mesmo aqueles vivenciados no contato com o aparato policial encarregado de agir no bairro, se constroem em jogos complexos onde são tecidos os limites do “possível” e do “proibido”. Vivenciar “situações de ilegalidade” circunscreve e limita o campo do “permitido”, onde “acessos” à direitos civis, políticos, sociais e consumistas dão o tom do tipo e da qualidade da cidadania experimentada por indivíduos considerados *desviantes*.

Desdobradas em três dimensões, “as cidadanias” em sociedades democráticas apresentariam suas especificidades e particularidades nos trajetos que percorreram na consolidação dos seus direitos civis, políticos e sociais. Segundo Carvalho (2008):

direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal e regular. São direitos cuja garantia se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos. São eles que garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo. Sua pedra de toque é a liberdade individual. (Carvalho, 2008: 9)

Os políticos:

se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é ilimitado a parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado. Em geral, quando se fala de

⁵¹ Prefiro referir-me a *acessos* pois dessa maneira podemos perceber a cidadania enquanto práticas sociais e não como relações estáticas e *formalizadas* de maneira definitiva.

⁵² À dimensão do consumo, enunciada por Canclini, agregam-se as políticas, sociais e civis descritas por Marshall. Ver Canclini, Nestor Garcia. Consumidores e cidadãos. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

direitos políticos, é do direito do voto que se está falando. [...] os direitos políticos tem como instituição principal os partidos e um parlamento livre e representativo. São eles que conferem legitimidade à organização política da sociedade. Sua essência é a idéia de autogoverno. Finalmente, há os direitos sociais. Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo. [...] Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdades produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A idéia central em que se baseiam é a da justiça social. (Carvalho, 2008: 9-10)

Compreendendo as particularidades da construção e consolidação de uma democracia à brasileira a partir das normatizações e efetivas garantias dos direitos políticos, civis e sociais, Caldeira (2000) e Carvalho (2008) apontam problemas em tal processo. Caldeira (2000) considera que a democracia brasileira adquiriu um caráter *disjuntivo* no caminho que percorreu, e Carvalho (2008) afirma que nossa cidadania encontra-se em uma *encruzilhada*⁵³, devido à falta de equilíbrio no acesso aos tipos de direitos construídos em nossa trajetória. Os autores evidenciaram problemas significativos no caminho de consolidação de nossa democracia, desenvolvendo posições críticas semelhantes quanto ao seu atual momento, considerado “frágil”, de respeito aos direitos civis no Brasil.

Entendendo o atual caráter da democracia brasileira como *disjuntivo*, Caldeira (2000) quer com isso chamar atenção para:

seus processos contraditórios de simultânea expansão e desrespeito aos direitos da cidadania, processos que de fato marcam muitas das democracias do mundo atual [...]. A cidadania brasileira é disjuntiva porque, embora o Brasil seja uma democracia política e embora os direitos sociais sejam razoavelmente legitimados, os aspectos civis da cidadania são continuamente violados. (Caldeira, 2000: 343)

Percebendo um avanço significativo nas esferas políticas e sociais dos direitos da cidadania e um “débil” avanço no que diz respeito aos seus aspectos civis, Carvalho (2008) afirma que os

⁵³ Encruzilhada, devido aos desenvolvimentos desiguais dos direitos da cidadania, onde os civis se encontram como “retardatários” nessa caminhada rumo à democracia. Ver CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

últimos seriam “retardatários”, devido, entre outros fatores, a seqüência percorrida pelo Brasil na construção de sua democracia. Segundo o autor:

Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peças decorativas do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, (a base da seqüência de Marshall), continuam inacessíveis a maioria da população. (Carvalho, 2008: 220)

Apresentando um percurso distinto ao destacado por Marshall em sua consolidação democrática, o caso brasileiro demonstraria todo seu caráter *disjuntivo*. Os direitos civis seriam “retardatários” nesse trajeto percorrido pela democracia brasileira, pois, segundo Carvalho (2008), “*o ponto de chegada, o ideal da cidadania plena, pode ser semelhante, pelo menos na tradição ocidental dentro da qual nos movemos. Mas os caminhos são distintos e nem sempre seguem linha reta*” (Carvalho, 2008:12).

Como são vivenciados e acessados esses “direitos civis retardatários” por grupos socialmente incriminados e considerados *desviantes*? Minha intenção, nesse momento, foi perceber como a cidadania, enquanto acessos situacionais, são complexamente vivenciadas em bairros percebidos como “perigosos” na cidade de Fortaleza, em especial pelos “meninos da praça” da Aerolândia. Pensando a cidadania como síntese de situações contextuais fluidas, podemos apreciar os complexos *acessos* e limites com que indivíduos considerados *desviantes* têm que jogar na circulação e apropriação dos espaços citadinos representados através da ótica da criminalidade e da violência.

3.4.1 Meninos da praça: *acessos cambiantes*

Percebendo o caráter *disjuntivo* da democracia brasileira (Caldeira, 2000), as faltas de garantias dos direitos civis poderiam ser exemplarmente verificadas nas: carências de segurança das integridades individuais; ameaças aos patrimônios materiais; e *acessos* diferenciais à justiça experimentados pelos diferentes grupos sociais. Nesse sentido, compreender a situação vivenciada por indivíduos considerados *desviantes* em suas interações

com o braço visível e imediato da lei, ou seja, com a polícia, nos leva a problematizar uma posse “estranque” da cidadania, especialmente em sua dimensão civil.

Trabalhando com uma categoria desenvolvida por Nilo Batista, Vera Malaguti (2003) fala da complexa experiência que as *massas marginais urbanas* tecem com noções tais como cidadania e direitos. Percebendo uma articulação histórica no Brasil, entre direito penal público e direito penal privado, Malagutti afirma que uma grande parte da população vivencia a cidadania de uma maneira *negativa*, pois tal experiência:

se restringe ao conhecimento e exercício dos limites formais à intervenção coercitiva do Estado. Esses setores vulneráveis, ontem escravos, hoje massas marginais urbanas, só conhecem a cidadania pelo avesso, na “trincheira auto-defensiva” da opressão dos organismos do sistema penal. (Malaguti, 2003: 102)

As *massas marginais urbanas* estudadas por Malaguti, ou os *elementos* do jargão policial, na linguagem de Carvalho (2008), experimentariam a cidadania, no que se refere aos direitos civis, pelo *avesso*, ou seja, “na opressão dos organismos do sistema penal.” Que pensar dos acessos dinamicamente construídos por grupos considerados *desviantes*, tais como os usuários de drogas, em uma democracia marcadamente *disjuntiva*?

Com os “meninos da praça”, pude perceber que até mesmo uma cidadania “vivenciada *às avessas*” não possui uma forma ou fórmula a ser seguida em contextos de criminalidade e violência. A polícia, braço visível e operante da lei e da justiça para as *massas marginais urbanas*, ora era repelida e repudiada, ora solicitada e desejada quando *situações de ilegalidade* eram superadas.

Do ponto de vista da garantia dos direitos civis, os “meninos da praça” vivenciam uma complexa relação com a presença policial. Temendo serem roubados, eles desejavam a presença policial como meio capaz de mitigar tal sentimento, porém, quando em *situações de ilegalidade*, procuravam se afastar dos agentes da lei, seja devido às experiências anteriores que lhes ensinaram que tal contato sempre acabava de maneira negativa, seja porque estavam portando ou consumindo drogas e corriam, por isso, o perigo de serem presos. Dessa forma, a maneira de vivenciar a cidadania às avessas, não se dava por um único caminho, mas através de um complexo jogo de *acessos* aos direitos civis, onde o braço acessível da lei e da ordem ora é rejeitado, ora desejado.

Os “meninos” procuravam evitar a proximidade da polícia somente quando estavam em *situações de ilegalidade*, podendo, devido a tal situação, sofrerem uma série de procedimentos dos quais ou já ouviram falar ou experimentaram em suas trajetórias individuais. Quando não se encontravam em tais situações, eles faziam questão de estarem próximos aos policiais que segundo eles “só deveriam prender bandidos”. Nesse sentido, a relação dos usuários de drogas com a polícia, ou seja, a cidadania vivenciada na “*trincheira auto-defensiva da opressão dos organismos dos sistemas penais*”, vistas inicialmente como negativas, não são apenas de evitações e violações, no sentido em que ao entrarem em contato com os mesmos terão seus direitos civis constantemente desrespeitados. A polícia é buscada quando o que se pretende é a manutenção de uma integridade física e patrimonial dos “meninos”. Oscilando entre situações de “evitação” e “presenças”, os “meninos da praça” mostraram a complexa relação estabelecida entre grupos *desviantes* e polícia, onde a mesma nem sempre é repudiada e odiada. Desnaturalizando uma associação entre consumo de drogas e criminalidade urbana violenta, a cidadania, pensada em sua dimensão civil, pode ser pensada a partir de uma perspectiva de *acessos possíveis*, onde movimentos e situações contextuais circunscrevem as possibilidades de vivência de tais direitos.

A cidadania pensada enquanto prática social revela-se não como categoria concebida de maneira abstrata, mas como direitos situacionalmente experimentados e acessados. Direitos e cidadanias não são posses materiais e estáticas que podemos carregar conosco para onde quer que rumemos, mas situações vivenciadas e acionadas em interações que denotam toda a complexidade e plasticidade do convívio social.

CAPÍTULO 4.

CONVERSANDO SOBRE O CORPO, ENTENDENDO A VIOLÊNCIA

Poderíamos nos indagar qual a importância do “corpo” para a compreensão das relações e práticas em contextos marcados pela criminalidade e pelo medo, e do por que de sua escolha na presente investigação? Quando iniciei minha pesquisa na Aerolândia não estava certo do caminho que ia percorrer para entender a complexidade de “existir” cotidianamente em tal espaço. Nesse sentido, fui “desarmado ao campo”, ou seja, munido de muitas inquietações e hipóteses e aberto a situações que pudessem indiciar algumas das complexidades do viver social. Dessa maneira, o corpo, enquanto elemento *indiciário*⁵⁴ das experiências urbanas veio a ser problematizado, passando a ser alvo de observações e reflexões mais atentas.

Mas por que o corpo? O que ele nos ensina, se é que “diz” alguma coisa ou apenas “falam” por e sobre ele? Qual a importância do mesmo na compreensão das formas de existir e relacionar-se em contextos marcados pela criminalidade e pelo medo? A escolha do corpo como elemento instigante para a compreensão do social será esclarecida a partir da exposição de duas situações que trazem o mesmo para o palco central das complexas formas de se apropriar da *urbe*.

A primeira, diz respeito à sua *qualidade ôntica*, ou seja, o corpo é o primeiro elemento a ser preservado e mantido em integridade nas aventuras urbanas. Em sua conservação estariam em xeque a manutenção da própria personalidade, da individualidade e da essência do “ser” humano. Assim, preservar ou proteger “a si mesmo” não significa apenas cuidar de uma faculdade mental possivelmente autônoma, mas do complexo *físio-psico-sociológico* que compõem as individualidades encarnadas em tipos individuais únicos e singulares.

O corpo, como primeiro elemento a ser preservado nas experiências urbanas e meio expressivo e afirmativo de individualidades, diferenças, singularidades e autonomias nas interações no espaço público (Kofes, 1986; Diógenes, 2008), adquire papel central na

⁵⁴ Para um aprofundamento sobre o *paradigma indiciário* ver Ginzburg, Carlo. Mitos, emblemas, sinais – Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

aventura de compreender as complexas *táticas* elaboradas pelos atores em suas apropriações na *urbe*. Quando procuramos nos preservar e se defender dos possíveis protagonistas da criminalidade urbana violenta, não podemos separar o componente físico do mental, pois a conservação de ambos é necessária na manutenção das integridades individuais.

Dessa *qualidade ôntica* apontada na salvaguarda do corpo, decorre a segunda situação que põe em relevo a importância do mesmo para o presente estudo. O corpo é o primeiro *meio* e *objeto técnico* a ser manipulado pelos indivíduos em suas buscas frenéticas por segurança. Segundo Mauss (2003), o corpo:

não obstante universal e colocado à disposição de cada um [...] é o primeiro e o mais natural instrumento do homem. Ou, mais exatamente, sem falar de instrumento: o primeiro e o mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico, do homem é seu corpo. [...] Antes das técnicas de instrumentos, há o conjunto das técnicas do corpo. (Mauss, 2003: 408)

Como elemento *universal* à condição humana, ao passo que todos seríamos idealmente dotados de um, o corpo é um dos primeiros *objetos* e *meios técnicos* a serem manipulados na busca por segurança em contextos de criminalidade e medo.

Quando evitamos transitar por determinadas ruas, estamos manipulando nosso corpo. Ao “apressarmos o passo” em trechos que consideramos perigosos, estamos envolvidos por sensações corpóreas e sentimentos apreensivos que nos afetam difusamente. Resolver não ostentar objetos de valor, subvertendo uma lógica de marcação de diferenças e individualidades em uma sociedade *imagética* e consumista (Canclini, 1995; Diógenes, 2008), significa não apenas uma atitude subjetiva, mas manipulações que envolvem toda uma reestruturação das estéticas corporais. Temermos figuras estereotipadas em determinados espaços do bairro, significa não apenas atualizar *esquemas apreciativos* previamente concebidos (Bourdieu, 1999), mas reconhecer estilos de roupas e retóricas corporais socialmente estruturadas e associadas à criminalidade. Tais situações me despertaram para a significância que o corpo adquire nas experiências urbanas em contextos de violência. Seja como “símbolo” sociológico, expressivo de valores, idéias, individualidades, diferenças e autonomias na *urbe*, seja como elemento *performático* (Turner, 1987), capaz de “pronunciar-se” através de estilos e retóricas corporais incorporadas socialmente.

Em minha investigação na Aerolândia o corpo ganhou destaque, seja de um ponto de vista estético-expressivo, seja em uma perspectiva performativa, como elemento significativo das experiências em contextos marcados pelo *estigma* da violência. Em suas buscas por *reconhecimentos*, os atores sociais valem-se de sua dimensão corporal na estruturação de diferenças e demarcações diárias. Falando sobre o que seria o *fato social total*, Mauss (2003) afirma que devemos compreender a sociedade de uma perspectiva *tridimensional*, ou seja, devemos “*fazer coincidir a dimensão propriamente sociológica, com seus múltiplos aspectos sincrônicos; a dimensão histórica ou diacrônica; e , enfim, a dimensão fisio-psicológica*” (Mauss, 2003: 24). Nesse sentido, o corpo deve ser contemplado e destacado quando o que se objetiva é uma compreensão *total*, ou complexa, do social.

Inicialmente, refletirei sobre o que poderia ser considerada uma abordagem do corpo enquanto “entidade cultural” expressiva, arrolando algumas críticas relativas a um processo de “sublimação do corpo” em tais análises; e, posteriormente, discorrerei sobre a possibilidade de uma perspectiva performática, que salienta sua qualidade enquanto elemento manifestante de “retóricas corporais” socialmente aprendidas e estruturadas.

4.2 O corpo enquanto entidade cultural

O interesse pelo corpo em investigações científicas manifesta uma frutífera pluralidade de “olhares” tecidos na busca de compreensão do social. Contextualizando alguns enfoques que destacam a importância do corpo como elemento para o entendimento dos processos sociais, tentarei evidenciar como o mesmo se insere nas experiências de indivíduos em contextos representados através da ótica da violência e do medo. Com esse objetivo, arrolarei alguns trabalhos que o contemplaram, de maneira explícita ou implícita, trazendo significativas contribuições para a visibilidade desse elemento na interpretação do cotidiano de indivíduos e grupos sociais.

O trabalho de Marcel Mauss (1926) sobre as *Técnicas do corpo* é um estudo pioneiro na abordagem do corpo enquanto objeto das Ciências Sociais. Segundo Lévi-Strauss (1950), em sua *Introdução à obra de Marcel Mauss*, o interesse pelo corpo na obra do autor estaria relacionado ao que se poderia chamar de sua “*grande preocupação*” na compreensão do social. Preocupação essa que se refere aos tipos de relações que são tecidas entre indivíduos e

grupos sociais nos diferentes contextos sócio-históricos. Relacionar o *fisiológico* com o *social*, ou seja, perceber o corpo como elemento central na estruturação de um “ser sociável e socializado”, trouxe significativas mudanças nas maneiras de compreender as particularidades de suas difusas “utilizações”.

Percebendo as *técnicas do corpo* como “*as maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, sabem servir-se de seu corpo*”, Mauss (2003) concebe as idiosincrasias comportamentais não como maneiras “naturais” de se portar, mas “adquiridas” socialmente através de suas distintas inserções grupais. Ligando o biológico, o sociológico e o psicológico na compreensão do social, o autor aprecia o corpo como elemento capaz de “incorporar” e de “ser ensinado” a partir de diferentes experiências acumuladas em distintos contextos sociais. Ao “ensinar o corpo”, a sociedade nele se expressaria, marcando diferenças e similitudes que reconhece e estabelece. Nessa complexa relação entre indivíduo e grupo, cristalizada em um corpo socializável capaz de aprender, a sociedade se manifestaria e se reproduziria em seus membros.

O texto de Pierre Clastres (2003), intitulado *Da tortura nas sociedades primitivas* contempla o corpo no conjunto de suas reflexões acerca do que considera as “sociedades sem Estado”. Segundo o autor, “*o corpo mediatiza a aquisição de um saber, e esse saber é inscrito no corpo*” (Clastres, 2003: 198). Uma *tríplice aliança*, estabelecida entre corpo, escrita e lei, seria manifestada nas sociedades ditas “sem escrita”, pois nelas, o corpo se constituiria em espaço de memórias talhadas através de marcas. Numa pedagogia que vai do grupo ao indivíduo, pois pertencimentos “irrevogáveis” são marcados através de cicatrizes nos iniciados, o corpo como lugar da memória seria um obstáculo ao esquecimento das afiliações grupais. Como memória viva, “marcada” e em movimento, o corpo seria um elemento mediatizador onde se inscreveriam pertencimentos sociais “inesquecíveis”.

Falando sobre a constituição de um “*corpo dócil*” em várias esferas da sociedade, Michel Foucault (2006) aprecia o mesmo como elemento passível de ser “*alvo de poderes*”. O corpo estaria inserido numa teia de relações de poderes e saberes complexos que o investiriam e o submetiriam enquanto objeto de saber. Dessa forma, Foucault refere-se a um corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, “*se torna hábil*” e/ou cujas forças se multiplicam. Segundo o autor, a noção de “docilidade” uniria um “*corpo analisável*” a um “*manipulável*”, onde, seria “*dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado*” (Foucault, 1987: 118). Nessa ótica, o corpo como

objeto passível de investimentos em relações de docilidade e utilidade, proporcionaria a fabricação de dispositivos submissos e exercitados, recompostos de maneira a tornarem-se úteis e dóceis.

Outro autor que dá destaque a dimensão corporal como objeto das Ciências Sociais é Paul Connerton. Em seu livro intitulado *Como as sociedades recordam* (1993), o mesmo preocupa-se em compreender como imagens e conhecimentos do passado, ou seja, as memórias sociais são conservadas e transmitidas ao longo das gerações. Com esse objetivo, Connerton aprecia a significativa relevância do corpo nesses processos de transmissões das memórias sociais. Segundo o autor, para compreender de maneira complexa os processos das *permanências sociais*, a memória também deve ser apreciada enquanto elemento sedimentável no corpo. Em sua abordagem, o corpo ganha destaque como “*instrumento mnemônico*” relevante quando passamos a observar as “*memórias sociais corporais*”, ou “*memórias-hábito*”, manifestas em *performances* mais ou menos rituais.

Com esse curto apanhado de algumas abordagens que contemplaram o corpo enquanto objeto instigante para a compreensão do social, meu objetivo foi destacar as múltiplas possibilidades de inserção do mesmo em investigações científicas. Em minha pesquisa na Aerolândia procurei dialogar com autores que de alguma maneira contribuíram para a clarificação da importância do corpo em contextos marcados por práticas criminalizadas e pelo medo.

O corpo de Mauss, onde a sociedade se manifesta ao ensinar-lhe; o de Clastres, elemento mediatizador e espaço de memórias; o de Foucault, instrumento manipulável e utilitário; e o de Connerton, enquanto dispositivo *mnemônico* e *performativo*; contribuem, cada qual a sua maneira, para o desenvolvimento de meu olhar acerca da importância do corpo na experiência de vivenciar medos socialmente construídos em torno da chamada violência urbana.

Buscando captar e compreender as tecituras dos medos sociais na Aerolândia, participei das atividades e trajetos de seus moradores, complementadas por entrevistas e rodas de conversas com os mesmos. A amalgama de tais técnicas permitiu apreciar a vivência daquilo que era “dito”, colocando em evidência indícios outrora encobertos quando se privilegiam apenas aspectos discursivos na interpretação do social. No processo de construção de um “outro” potencialmente perigoso, ou seja, na objetivação corporificada dos medos em

indivíduos próximos e imediatos, a “leitura” dos corpos, confundidos com indicadores fidedignos de intenções e personalidades, são elementos essenciais na identificação de “elementos” socialmente perigosos. Portadores de estilos, roupas e adereços que marcam diferenças, definem individualidades e autonomias em uma *sociedade imagética de consumo* (Canclini, 1996), os protagonistas dos medos são monocromaticamente concebidos através de suas composições estéticas e possibilidades performativas.

Quando perguntados sobre seus medos, os “cidadãos” da Aerolândia revelavam seus protagonistas através de estereótipos que enquadravam indiscriminadamente os indivíduos em categorias consideradas como potencialmente perigosas. No bairro, usar boné ou andar com cordões de prata poderia ser um indício capaz de revelar a periculosidade e as intenções nefastas de seus portadores. A fala de Luciana ilustra de maneira exemplar os discursos corriqueiros sobre criminosos aparentemente “sem rostos”, mas portadores de trajes e adereços visíveis e identificáveis.

Olha, você sabe, não é? Eu tenho medo daqueles meninos que você já vê de longe vindo na sua direção. Tão sempre de boné, de bermuda e aqueles chinelos de marca. Qual é a marca mesmo hein?[...] Há, já sei! As Kenner. Sempre são os mesmos, esses meninos de cordão de prata até o umbigo, de anel em quase todos os dedos. Quando eu vejo, vixiii, passo logo a rua! Luciana, 35 anos, moradora desde que nasceu.

A construção simbólica e visível do “outro” a ser evitado, passa, de acordo com o relato de Luciana, por uma apreensão do corpo enquanto entidade cultural expressiva de autonomias, personalidades e individualidades em uma sociedade imagética e consumista. Segundo a moradora a identificação de um “possível agressor” envolve a percepção de diferentes elementos e adereços que compõem seu aspecto visual. Na aventura de transitar e apropriar-se de espaços sociais marcados pelo medo e pela insegurança não se distinguem rostos, nomes ou trajetórias individuais, apenas *impressões*, sejam elas *transmitidas* ou *emitidas*⁵⁵ (Goffman, 2005). Sob a ótica expressiva do corpo (Diógenes, 2008), roupas, tipos de corte de cabelos e

⁵⁵ Segundo E. Goffman, a expressividade do indivíduo, ou seja, sua capacidade de dar impressões, poderia ser dividida em dois tipos de atividades significativas. As expressões que *transmite*, ou seja, os símbolos verbais, ou seus substitutos, que ele usa propositadamente e tão-só para veicular a informação que ele e os outros sabem estar ligada a esses símbolos; e, as que *emite*, ou seja, uma ampla gama de ações que os outros podem considerar sintomáticas do ator, deduzindo-se que a ação foi levada a efeito por outras razões diferentes da informação assim transmitida. Ver E. Goffman, *A representação do eu na vida cotidiana*, Petrópolis, Ed. Vozes, 2005.

adereços pessoais, tais como cordões, pingentes ou tatuagens, são vistos como indícios significativos da personalidade e das intenções daqueles que as exibem.

Em contextos de criminalidade e medo, o corpo é entendido como uma entidade cultural expressiva e “confiável”, que, ao mesmo tempo em que afirma individualidades, diferenças e autonomias, expressa pertencimentos e filiações a grupos e camadas sociais potencialmente perigosas. Nos processos de corporificação dos medos sociais, o corpo é “lido” como espaço racional de expressão de individualidades e autonomias ao demarcar diferenças e estilos (Kofes, 1986). Manifestar determinadas *impressões* revela pertencimentos sociais e intencionalidades identificadas como potencialmente ameaçadoras.

Os “outros” potencialmente perigosos, apreciados monocromaticamente sob a rubrica de estereótipos socialmente construídos, estariam encarnados em indivíduos que *sobrecodificam* ou *simbolizam* seu corpo de forma a encaixarem-se em tais representações. As *expressões transmitidas* pelos indivíduos informam à platéia, através de suas composições diferenciais, personalidades, autonomias, valores, intenções e pertencimentos grupais em sociedades imagéticas. Testemunhas de processos de fragmentações e integrações sociais, as relações de sociabilidades, agora exacerbando um caráter seletivo em torno de comunidades de interesses, colocam a identificação imagética de “elementos potencialmente perigosos” como uma das *táticas* centrais na circulação e apropriação em contextos de criminalidade e medo. Vangloriando-se por nunca haver sido vítima de assaltos no interior do bairro em que reside, ou seja, na Aerolândia, André falou-me com “ares” de perito.

Tá que pra me pegar é difícil viu! Tô sempre ligado, faço meu caminho toda vida por ruas diferentes. Vou mais pelas que eu conheço bem e sempre evito aqueles tipinhos suspeitos. Mas aqui na Aerolândia ainda tem um agravante, é que todo mundo aqui anda de boné, de cordão de prata, de bermudão. Você tem que andar ligado em todo mundo. Qualquer um pode ser um suspeito! A maioria desses meninos de 15 anos andam tudo com as mesmas roupas de marca. André, 25 anos, estudante, morador no bairro desde que nasceu.

As *impressões transmitidas* pelos “meninos da praça”, mas não só por eles, cristalizavam estereótipos associados às *classes perigosas*⁵⁶, onde jovens moradores das periferias urbanas brasileiras quando exibem produtos valorizados na sociedade de consumo são os principais reprodutores e portadores dos sinais da periculosidade da *urbe*. O vestuário e adereços, percebidos como escolhas racionais e manifestações corporificadas e visíveis de personalidades, autonomies e individualidades em sociedades de imagens, exteriorizariam maneiras de “ser”, pensar e agir. Ligado a um conjunto contextual de significados, o corpo é apreciado como meio de afirmação individual, filiação grupal e demarcador de intencionalidades, pois em nossa sociedade também escrevemos nele os costumes através de processos de simbolizações e sobrecodificações.

Confiantes de que os “outros” oferecem indícios “verídicos” de suas reais intenções através das impressões que transmitem, os moradores da Aerolândia, e não apenas eles, colocam a leitura dessas sobrecodificações como *táticas* altamente valorizadas na apropriação dos espaços do bairro⁵⁷. O corpo, enquanto símbolo individual e coletivo, ao mesmo tempo espaço de escolhas singulares e filiações grupais, é um importante instrumento no controle das *situações* em contextos de violência e medo (Goffman, 2005). Quando se resolve assumir o “papel de vítima”, identificar espaços e indivíduos potencialmente perigosos consiste numa lição básica a ser aprendida e reproduzida com habilidade e destreza.

Mudando um pouco nosso olhar, o corpo socialmente estruturado, capaz de expressar individualidades, personalidades e filiações individuais e coletivas na identificação de pessoas potencialmente perigosas, é um elemento decisivo na escolha das “vítimas” dos assaltos praticados no bairro. Explicando-me o procedimento de escolha de suas vítimas nas ruas da Aerolândia, Dudu falou-me:

Rapaz, primeiro de tudo, eu vejo se eu não conheço a pessoa. Claro que eu não vou roubar quem eu conheço, vai que depois ele me entrega pros “homí”. De preferência eu escolho mulher, mas não tem essa não, pois sempre roubo com arma! Não sou nem “laranja” pra ir atrás de roubar com merda de faca. Mas o principal pra mim escolher quem eu vou roubar é a aparência da pessoa, as coisas que

⁵⁶ Ver Chesnais, Jean-Claude. *Historie de La Violence em Occident de 1800 à nos Jours*. Paris: Pluriel, 1981; e PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁵⁷ A quebra de tal expectativa gerava certa confusão e surpresa quando ocorria. Assaltada por um rapaz “bem arrumado”, Lúcia falou-me da experiência de tal situação desconcertante que acabou por gerar um prejuízo de 500 reais para seu estabelecimento comercial.

eu vejo que eu posso pegar, muito volume, de preferência as que são mais fáceis de vender ou fazer “jogo”. É um negócio complicado, mas eu na maioria das vezes vou pela aparência da pessoa. Se estiver com medo é “caixão em vela preta”, eu chego logo junto. Dudu, morador da Aerolândia desde que nasceu.

De acordo com Dudu, suas “vítimas” não são escolhidas aleatoriamente, mas através de uma hierarquização das possibilidades de lucro e sucesso de sua ação. *Saber “ler” as impressões individuais e sociais é um aprendizado significativo em contextos de criminalidade, tanto para aqueles que querem escapar de possíveis assaltantes, como para os que buscam escolher a “melhor vítima” para seus assaltos.*

Nesse momento da investigação é importante perceber o papel central do corpo, enquanto elemento expressivo e indiciário de intenções, individualidades, autonomias e pertencimentos, como dispositivo a ser reconhecido e “lido” na “aventura” de viver e relacionar-se em contextos marcados pela criminalidade e pelo medo. *Apresentar-se* diante dos “outros”, no sentido dramaturgico de Goffman (2005), buscando definir situações interativas através das impressões transmitidas de “si” pode, em contextos de violência, funcionar de maneira ambígua. O corpo não é um elemento “neutro” na aventura, mas um veículo altamente adaptável a expressões de diferenças, individualidades, valores, posturas e sentimentos que podem informar aqueles que se propõem a realizar uma “leitura do social”.

Da importância do corpo como elemento identificável na complexa experiência de relacionar-se em contextos socialmente considerados como violentos, resulta uma prática de caráter *tático* extremamente utilizada e reproduzida na Aerolândia. Falo da *manipulação* do aspecto visual do corpo em espaços públicos apreciados sob ótica do estigma da violência. Tais experiências adquirem uma carga simbólica altamente negativa ao serem vivenciadas como impossibilidades de expressões de acessos a uma *cidadania consumista* (Canclini, 1996) e como restrições a uma manifestação “verdadeira” e autônoma do “eu” na esfera pública. As *manipulações das impressões* são técnicas ensinadas, transmitidas e, de certa maneira, “tacitamente aceitas”, quando o que se busca é a manutenção da integridade física, psicológica e patrimonial dos moradores do bairro.

4.2.1 Manipulando impressões: evitando enquadramentos

O corpo, reduzido ao estatuto de símbolo, transmitiria significado dado ser um veículo altamente adaptável à expressão de categorias mentais. (Connerton, 2003: 114)

Constituindo-se como primeiro *meio* e *objeto* técnico a ser manipulado na busca por segurança no cotidiano, o corpo passa por um complexo processo de aprendizagem das maneiras de agir e se “apresentar” nos distintos contextos sociais. Buscando controlar as *impressões* que *transmitem* e *emitem* (Goffman, 2005) em espaços marcados por práticas criminalizadas, os moradores da Aerolândia tentam escapar a enquadramentos capazes de rotularem-nos como “boas vítimas”. Não “*chamar a atenção*” constitui-se como uma importante ferramenta nas apropriações ordinárias quando os indivíduos incorporam “papéis de vítima”⁵⁸. Evitar exibir produtos capazes de representarem inserções em sociedades de consumo, ou seja, evitar marcar diferenças e particularidades em um espaço público marcadamente imagético e material, são práticas que se generalizam em contextos atravessados pelo estigma da violência e pelo medo da criminalidade urbana violenta. Na mesma proporção em que se disseminam meios materiais e palpáveis de segregação social na paisagem das grandes cidades, ou seja, ao mesmo tempo em que se multiplicam *enclaves fortificados* na paisagem da *urbe* (Caldeira, 2000)⁵⁹, no cotidiano propagam-se, valorizam-se e reproduzem-se práticas *ocultivas*⁶⁰. Apreciado sob a ótica dos medos urbanos, o espaço público não é percebido como lugar para ostentações materiais e manifestações “descontraídas” de personalidades através de objetos de consumo com altos valores comerciais.

⁵⁸ Falo de “papéis de vítimas”, pois não são todos os moradores pobres de periferias que aceitam sua condição econômica e social de maneira passiva. Quem não tem “dom pra vítima” costuma, segundo Dudu, “reagir e não rastejar!”

⁵⁹ Ver CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime e segregação e cidadania. São Paulo: EDUSP, 2000.

⁶⁰ Chamo de *ocultivas*, pois optam por marcar diferenças, através da ostentação de bens, não da maneira como desejavam.

Acompanhando os percursos diários dos moradores da Aerolândia em suas atividades rotineiras, principalmente aqueles que se auto-definiam como “cidadãos”, observei a existência de uma *pedagogia informal* que ensinava maneiras “corretas” de se *apresentar* em contextos de insegurança e medo (Goffman, 2005). Se em casa os indivíduos podem proteger-se atrás de muros altos, grandes portões, cercas elétricas e todo o tipo de parafernálias oferecidas pelo que convencionou-se chamar de *indústria do medo*⁶¹, na rua, um elemento básico a ser manipulado, especialmente para aqueles que não dispõem de tais instrumentos, é o corpo em seu substrato visual, expressivo e demarcador de personalidades, individualidades, autonomias, filiações, *status* e intencionalidades.

Indagada sobre sua rotineira prática de esconder o aparelho celular no sutiã, Glaubete falou-me que:

Eu acho que aqui é mais seguro, porque na hora que a gente é pegue, “eles” mandam logo a gente dar a bolsa, relógio, celular, tudo que tiver “na vista”. Uma das vezes que eu fui assaltada eu tava sem bolsa, “eles” mandaram logo esvaziar os bolsos, aí eu tive que dar tudo que eu tinha! (Cara de chateação da informante) Agora eu quero é ver! Ou eu coloco na calcinha ou no sutiã mesmo, ou deixo em casa. Mas o celular é “foda”! Não dá pra deixar em casa pois todos os contatos estão ali! Então eu ponho no sutiã. Glaubete, 23 anos, moradora do bairro desde que nasceu.

O relato de Glaubete ilustra algumas experiências e sentimentos vivenciados pelos moradores da Aerolândia. Ter sido vítima, presenciado ou ouvido falar de crimes contra a pessoa e/ou patrimônio no bairro, possibilitava aos residentes a incorporação de novos comportamentos em seus percursos diários. As práticas sociais, principalmente as de caráter *tático*, de apropriação ou circulação em contextos de criminalidade e medo, são reproduzidas e legitimadas através de micro-poderes situacionalmente conferidos a determinados indivíduos nos conflitivos jogos sociais (Bourdieu, 1999). Ensinadas e disseminadas informalmente, ou não, as práticas de *manipulação* das imagens do “eu”, colocam a lógica da demarcação de diferenças, autonomias e individualidades, produzidas através da ostentação de produtos em sociedades imagéticas e de consumo, como um procedimento a ser manuseado “com cautela” e em locais específicos. O espaço público visto sob a ótica dos medos sociais, ou seja, a rua

⁶¹ Ver GLASSNER, Barry. Cultura do medo. São Paulo: Francis, 2003

representada por sentimentos de medo e insegurança generalizada, não se constitui como local “apropriado” para marcações de inserções consumistas ou *impressões* “verdadeiras” de si mediadas por produtos de alto valor comercial. Afirmções de individualidades e personalidades que em sociedades imagéticas passam pela *transmissão de informações* sociais visuais são repensadas e resignificadas quando a rua é apreciada como *locus* de “perigos” e “armadilhas”. Manifestar “descontraidamente” diferenças e estilos são atividades remanejadas para espaços onde tal procedimento possa ser realizado com “segurança” pelos distintos atores sociais.

Acompanhando Glaubete e outros moradores do bairro em suas atividades diárias, as micro-relações de poderes emergiram como fruto de práticas sociais microbianas. A “concessão” de legitimidades e autoridades a indivíduos e ações no jogo social urbano mostrou-se como produto de relações interacionalmente tecidas, e não de normatizações abstratamente estruturadas. As interações microbianas produzem e reproduzem jogos e relações de poderes não planejados e detectados por teorias de caráter macro-estruturais. “Enfrentar a rua” incluía todo um procedimento ritualizado que colocava a manipulação dos aspectos visuais, ou seja, do corpo enquanto entidade cultural imagética e expressiva, como alvo de extrema atenção e reflexão. Não se devem transmitir impressões “inadequadas” quando se considera o espaço da rua como *locus* do perigo e do “mal”.

Sentado ao lado de Glaubete na sala de sua casa, conversava com uma moça extremamente vaidosa, que no auge de seus 21 anos carregava orgulhosamente em seu pescoço um espesso cordão de ouro, e no punho, um extravagante relógio, segundo ela de “marca famosa”, como indícios expressivos de sua independência econômica e distintivos de sua autonomia, personalidade e individualidade. Vivenciando a *urbe* através de ciclos diários de percursos por espaços apreciados como “perigosos” e “tranquilos”, os moradores da Aerolândia reproduziam e legitimavam maneiras “corretas” de “ser” e se “apresentar” na rua. Considerada como *região de fundo* para as encenações no espaço público (Goffman, 2005), a casa era um lugar onde se elaboravam e gestavam tais práticas, não existindo, dessa maneira, demarcações rígidas entre estas duas esferas de ações nos enfrentamentos dos medos sociais.

Aprontando-se para o trabalho, Glaubete já não usava mais o cordão e o relógio de que tanto gostava de exibir em seus momentos de descontração, quanto a seu celular, o mesmo já se encontrava devidamente acomodado em seu “amigo do peito”, ou seja, seu sutiã. Acompanhando-a até o trabalho, ambiente o qual considerava relativamente “seguro”, assim

como sua casa, Glaubete recolocava em seu pescoço e braço os adornos de que tanto afirmou gostar, e retirava de seu sutiã o tão estimado celular, pondo-o no bolso, onde, segundo ela, “era seu devido lugar”. Como sentimento que muda as formas e os ritmos de “ser” e “existir” em contextos sociais, o medo da violência criminal produz representações do espaço público marcadas por desejos de evitações e afastamentos.

Viver e relacionar-se em contextos apreciados através de representações tecidas em torno da violência dita *criminal*, coloca a ritualização de procedimentos manipuladores dos aspectos visuais, confundidos com manifestações racionais e individuais de um pretense “eu”, como prática altamente valorizada, disseminada e tantas vezes aceita de forma “tácita” pelos moradores da Aerolândia. Evitar um auto-enquadramento no “papel de vítima” ou uma possível incriminação social ligadas a artefatos visuais são “lições básicas” aprendidas em contextos de criminalidade e medo.

As manipulações dos aspectos visuais em contextos de criminalidade são técnicas socialmente introjetadas enquanto se aprende a cultura, ou seja, constituía-se como um componente cultural ligado as atividades diárias dos grupos sociais do bairro. Como uma pedagogia que vai do grupo ao indivíduo, as práticas manipulativas e seus modos e tipos específicos de transmissões são aprendidos em múltiplos contatos informais processados através do advento da oralidade e das práticas corporais.

Perguntada sobre suas rotinas diárias de ocultação de objetos e sobre como havia aprendido tal procedimento, Glaubete relatou-me:

Olha, pra falar a verdade eu comecei a fazer isso depois dos assaltos. Eu faço porque acho que é o jeito mais fácil de evitar de ser “ganhada”(roubada). Já tentei de tudo um pouco! Quem me deu esse “toque” do sutiã foi o Paulinho e a Márcia. Sabe, eles já foram assaltados uma “ruma” de vezes e já estão craques em serem roubados e nesses toques para evitar. Ora, se pra eles que já foram roubados um monte de vezes, o negócio ta dando certo, imagina pra mim que sou mais precavida e nem tenho tanto dinheiro assim?
Glaubete, 23 anos, moradora do bairro desde que nasceu.

No bojo dos argumentos expostos nas páginas precedentes, gostaria de destacar duas questões instigantes para se pensar as experiências urbanas em contextos marcados pela criminalidade e pelo medo social. Refiro-me, ao que pode ser considerado como um caráter *pedagógico* dos

procedimentos e comportamentos elaborados nos “enfrentamentos” cotidianos de espaços públicos “perigosos”.

As práticas sociais têm um caráter *pedagógico*. Comportamentos são socialmente incorporados e aprendidos através de um longo processo de socialização jogado entre distintos atores em seus *campos sociais* específicos (Bourdieu, 2000). Estruturando-se de inúmeras maneiras, as práticas sociais “adequadas” encontram, entre outras, duas formas peculiares de reprodução em contextos de violência. Uma primeira diz respeito ao envolvimento prévio em experiências consideradas violentas, ou seja, uma lógica processual de “tentativas e erros” traria elementos significativos para a configuração de novos padrões comportamentais em tais espaços. Situações anteriores, que de uma perspectiva racional não foram bem sucedidas, “ensinam” aos moradores que os mesmos devem fazer outras escolhas para que tenham sucesso em ocasiões similares. Poderíamos falar de uma *pedagogia fenomenológica*, onde “viver e aprender” torna-se a máxima na estruturação de práticas manipuladoras de uma imagem do “eu” para o “enfrentamento” de uma sociedade atravessada pelos sentimentos de medo e insegurança.

Porém, os comportamentos “adequados” ou os rituais diários de preparação para o convívio público, não são incorporados apenas através de experiências diretas, muitas das quais lembradas somente em suas qualidades traumáticas. A oralidade acaba por assumir papel importante nesse complexo processo de aprendizagens, como demonstrado por Caldeira (2000) ao falar sobre a *fala do crime*. A estruturação e reprodução das práticas sociais envolvem momentos de educação orais, onde o que se transmite, acima de tudo, são apreciações e classificações acerca dos espaços e seus atores. Numa pedagogia que vai do grupo ao indivíduo, conhecer os modos “corretos” de conduta nos distintos espaços sociais, envolve o advento da oralidade enquanto ferramenta essencial na transmissão de visões de mundo e práticas situacionais. Falando sobre como aprendeu a esconder o celular em seu sutiã, Glaubete afirmou que um casal de amigos havia lhe “dado o toque” de tal procedimento. Falaríamos, então, de uma *pedagogia oral*, em contraste com aquela que denominamos fenomenológica.

Nessas “pedagogias informais” de transmissão das práticas consideradas “adequadas” nas apropriações e circulações em contextos de medo da violência criminal, um segundo ponto a ser destacado diz respeito a perceber “quem” é socialmente autorizado e legitimado para tal tarefa. Não se delegava a qualquer pessoa do bairro a incumbência de ensinar como se

portar em contextos violentos, tal autoridade envolvia o reconhecimento dos “lugares de fala” construídos e legitimados socialmente nas interações sociais (Bourdieu, 2000) ⁶². Nesse sentido, detectei dois tipos de situações que a partir de diferentes ângulos conferiam legitimidade aos indivíduos e seus ensinamentos, capitalizando-os simbolicamente de maneira positiva.

Um primeiro tipo de residente que adquiria legitimidade social para ensinar práticas situacionais “adequadas”, era aquele que nunca havia sido vitimado em situações consideradas violentas. Exaltados por suas agudas astúcias, os “safos” eram revestidos de uma aura social produzida pelos olhares daqueles que não tiveram a mesma sorte. Betinho encarnava bem esse tipo, que cheio de conselhos e dizeres, ensinava suas “artimanhas” àqueles dispostos a aprender e “não se darem mal”.

Olha “rapá”, primeiro de tudo, não anda com nada de valor mostrando não. Tira brinco, colar, anéis, relógio, celular, o que tiver! Se mesmo assim tiver que levar alguma dessas coisas, leva nos bolsos ou na calcinha ou sutiã. Se for levar dinheiro, leva na calcinha ou no sutiã também, porque se levarem tua carteira não vão levar tua grana né!? Dos males os menores! (risos do informante) Betinho, 26 anos, nasceu no bairro.

Aqueles indivíduos que nunca foram vitimados em suas andanças cotidianas eram envoltos por uma esfera de admiração, ou seja, eram capitalizados simbolicamente de maneira positiva em seus respectivos campos, adquirindo legitimidade social na produção e reprodução de práticas que envolvem e cristalizam toda uma maneira particular de apreciar e se portar no mundo. Porém, essa aura não revestia somente aqueles que de alguma maneira nunca vivenciaram ou souberam se esquivar de situações tidas como violentas. Nesse momento, inspiro-me em Foucault (2006) para quem, ao referir-se a *punição*, os fenômenos sociais devem ser compreendidos em suas *funções sociais complexas*. O autor adverte-nos para:

Não centrar os estudos dos mecanismos punitivos unicamente em seus efeitos ‘repressivos’, só em seu aspecto de ‘sanção’, mas recolocá-los na série completa dos efeitos positivos que eles podem induzir, mesmo se à primeira vista são marginais. Conseqüentemente, tomar a punição como uma *função social complexa*. (Foucault, 2006: 24)

⁶² Não trato aqui, do papel da mídia ou dos agentes encarregados de combater a violência na criação e disseminação de práticas contextuais a serem efetuadas para evitar situações de *vitimização*, mas de como os ditos “cidadãos comuns” são revestidos de *micro-poderes* na criação e disseminação das mesmas.

A experiência de ser vitimizado, que em um primeiro momento pode ser apreciada de uma perspectiva negativa pelo indivíduo que dela participou e por aqueles com quem o mesmo se relaciona, deve ser compreendida em sua complexidade processual e situacional. Recolocar os diversos efeitos, sejam eles negativos ou positivos, que as vivências em situações de *vitimização* trazem para os indivíduos, é tentar perceber a *função social complexa* de tais experiências em sociedades acoissadas pelo medo e frenéticas por sensações de segurança.

Ter sido assaltado, em algumas ocasiões por diversas vezes, é uma experiência percebida inicialmente como negativa, entre outros motivos devido a seu caráter dramático-traumático. Porém, de tal vivência se “tiram lições” que acabam por envolver os indivíduos que nela participaram em uma esfera de legitimidade quanto à produção de práticas socialmente legitimadas e aceitas. A “legitimação dos lugares de fala” em contextos de criminalidade e medo também é produzida através das trajetórias individuais dos distintos atores sociais envolvidos em situações de violência. Nesse sentido, perceber a *função social complexa dos fenômenos*, de que fala Foucault (2006), significa não compreender as experiências em situações de violência apenas através de suas perspectivas negativas, mas sob a ótica da processualística social que em cada situação reveste de sentimentos e valores diferentes o saber oriundo das vivências práticas. Experiências urbanas e o processo de legitimação de posições e “lugares de fala” caminham de mãos atadas quando se acredita que “viver é saber”. A autoridade social conferida aos indivíduos e suas práticas estruturam-se através de processos microbianos que acabam por legitimar formas de sociabilidades “possíveis” em contextos de criminalidade e medo. De um lado, adquirem legitimidade social aqueles que souberam evitar situações perigosas, de outro, aqueles que foram autorizados por suas experiências vividas e sentidas.

4.3 O corpo em movimento

Uma outra maneira de apreciar o corpo enquanto elemento instigante na compreensão das experiências em contextos urbanos marcados pelo estigma da violência é percebê-lo como dispositivo *performático* (Turner, 1987). Desenvolvi meu argumento referente à dimensão corporal em dois momentos aparentemente distintos, ou seja, como dispositivos imagéticos e

performáticos, buscando construir uma narrativa de caráter didático, pois na realidade tais elementos apresentam-se de forma imbricada e amalgamada. Considerar o *corpo* em pesquisas sobre violência, criminalidade e medo significa entendê-lo como um elemento pleno de significados, seja quando o apreciamos de uma perspectiva expressiva imagética, seja quando o percebemos enunciando práticas sociais e grupais incorporadas. Teresa Caldeira (2000) entende o surgimento dos *enclaves fortificados* como a materialização visível de mudanças de comportamentos e ritmos sociais advindos, entre outras causas, do medo da violência criminal. *Em minha pesquisa, busquei destacar tais câmbios e re-arranjos no nível das experiências individuais e relacionais vivenciadas em distintas situações interativas.* O corpo, enquanto *entidade cultural* individual e coletiva, expressivo de diferenças, personalidades, valores e pertenças através das impressões que transmite, sobretudo através de sua elaboração estética em sociedades da imagem (Canclini, 1996), não pode ser compreendido isolado de sua qualidade *performática* e *performativa*, reveladora de estilos e ritmos de apropriação. Mauss recomenda que o social seja verificado em fatos onde “*a natureza social conflui muito diretamente com a natureza biológica do homem*” (Mauss, 2003: 15), nesse sentido, o corpo como elemento performático ganha visibilidade e relevância.

Perceber a importância do corpo enquanto elemento performático-performativo, pois ao locomover-se o mesmo se enuncia, é compreendê-lo para além de uma apreciação unilateral que o entenda apenas em sua qualidade expressiva- imagética. De acordo com Connerton (1993), as abordagens sociais referentes ao corpo sofrem de um *imperialismo cognitivo* ao interpretarem as práticas habituais do mesmo com base no modelo da significação lingüística.

A sociedade, concebida à imagem e semelhança da linguagem, assumiria o papel de dotar de significados os corpos físicos e os comportamentos dos indivíduos. O corpo, reduzido ao estatuto de símbolo, transmitiria significado dado ser um veículo altamente adaptável à expressão de categorias mentais. (Connerton, 1993: 115)

O autor afirma que reduzir “*o corpo ao estatuto de símbolo*” corresponde a ver o entendimento como um processo em que um dado dos sentidos está subsumido a uma idéia, e a ver o mesmo como um objeto que transporta significados de uma maneira arbitrária. Segundo ele, “*uma prática com significado não coincide com um símbolo. O significado não pode ser reduzido a um símbolo que existe num ‘nível’ separado, exterior a esfera imediata*

das ações do corpo” (Connerton, 1993: 115). Quando passamos a considerar a linguagem como “a” característica definidora da espécie humana, o corpo pode ser “legível” como um texto ou um código, e apreciado como contentor arbitrário de significados.

Estudando o que consideram as características distintivas da espécie humana, ou seja, primeiro a consciência e depois a linguagem, a *hermenêutica tradicional* entende as práticas sociais e os comportamentos como assimilados a modelos cognitivos. Nas trajetórias e navegações individuais em contextos marcados pelo estigma da violência, o “outro”, o potencialmente perigoso, não é identificado apenas através das “roupas de marca” que exhibe ou dos anéis e cordões de prata que utiliza, mas também a partir de retóricas corporais, ou *habitus* socialmente incorporados⁶³, que exhibe em suas circulações e apropriações diárias (Bourdieu, 1998). Falando sobre suas andanças pelo bairro e os medos sentidos nesses percursos, Rafael indagou-me:

*Você já viu o andado daqueles caras? Rapaz, não é só a bermuda não, nem o boné e nem aqueles “negócio” de prata não. [...] Eles tem um “andado invocado”! Tu já viu? (O entrevistado dá uma boa gargalhada e passa a imitar o andado, segundo ele, característico e emblemático dos potenciais perigosos). É uns “braço” aberto, um peito estufado, parece que tem é uma **placa** no meio dos peitos! (Novo momento de descontração do entrevistado). Esses “aí” pode ter certeza que coisa boa não quer! Se você vir pela rua, tome cuidado! Os **placa** não dispensa não! Rafael, 27 anos, corretor de imóveis, morador do bairro desde que nasceu.*

O “andado invocado” e “estiloso”, ao qual se referia Rafael, fez-me perceber, juntamente com Connerton, que “o significado não pode ser reduzido a um símbolo que existe num ‘nível’ separado, exterior à esfera imediata das ações do corpo.” (Connerton, 1993: 115). As representações e objetivações visíveis de um “outro” potencialmente perigoso não passavam apenas pela identificação de produtos comercializados em sociedades consumistas e associados ao estereótipo do criminoso, mas também por um complexo reconhecimento de *habitus corporais* socialmente estruturados. O corpo, enquanto elemento cotidianamente

⁶³ Refiro-me ao que Bourdieu denomina de *hexis*. Percebendo o *habitus* como uma forma pré-reflexiva do corpo introjetar padrões culturais, a experiência do mundo transmutaria-se em “política corporificada”. Desvendando o mecanismo desses processos, o autor demonstra como nas formas de socialização mais cotidianas ocorre a incorporação das estruturas objetivas na construção da subjetividade, consolidando-se tanto nas categorias mentais quanto nas posturas corporais. Posturas essas que Bourdieu denomina *hexis*, a exemplo do *habitus* corporais. Ver Bourdieu em *A dominação masculina*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

socializável e capaz de “aprender” (Mauss, 2003), se enunciaria não apenas através de sobrecodificações imagéticas, mas em suas manifestações e *habitus corporais* contextualmente adquiridos.

Falar sobre *habitus corporais*, como afirma Mauss (2003), não significa referir-se a hábitos metafísicos, mas a movimentos e comportamentos “montados” através de toda uma complexa incorporação de razões práticas coletivas e individuais. Nesse sentido, “*a performatividade não pode ser pensada sem um conceito de hábito. E o hábito não pode ser pensado sem uma noção de automatismos corporais*” (Connerton, 1993: 42). O reconhecimento de indivíduos “potencialmente perigosos”, técnica altamente valorizada na busca pelo *controle das situações* em contextos marcados pelo medo da criminalidade urbana violenta (Goffman, 2005), passa, na Aerolândia, pela identificação de *habitus corporais* socialmente incorporados e reproduzidos em tais espaços.

Deslocando a perspectiva da compreensão do corpo em contextos de violência do “conteúdo” para a “forma”, busco evidenciar sua instigante significância para as “aventuras” do navegar social. O corpo, entendido como veículo adaptável a significados ou conteúdos imagéticos, também deve ser apreciado enquanto elemento expressivo de *performances* e retóricas performativas. A linguagem performativa pronuncia-se não como *ato elocutivo*, que ganha forma através da enunciação de certas palavras prescritas, mas como uma retórica codificada nas atitudes, posturas, gestos e movimentos do corpo (Connerton, 1993: 72). Os *habitus corporais* são maneiras substancializadas e inequívocas de “dizer” algo não apenas em contextos marcados pelo medo da criminalidade. Preservar individualidades, integridades físicas e materiais e mitigar o sentimento de insegurança na Aerolândia, passava pelo evitamento de indivíduos que exibiam não apenas produtos estereotipados de uma sociedade de consumo global, mas também que marcavam suas diferenças através de posturas, estilos e “andados invocados”. O corpo enuncia-se!

Os *habitus*, enquanto maneiras de expressar a inculcação de estruturas subjetivas e objetivas dos campos nos quais os indivíduos se inserem e como práticas socialmente reconhecíveis e “legitimadoras”, são elementos decisivos no complexo quebra-cabeça das apropriações dos espaços públicos urbanos. Enquanto *impressão transmitida e emitida* em sociedades imagéticas, a *hexis* corporal é um forte indício para reconhecer-se “situações de perigo” e possíveis perigosos. *Habitus corporais* revelam não apenas inculcações corporificadas de pertencimentos grupais e sociais, mas também a forma como o espaço

público está sendo concebido em metrópoles brasileiras acoissadas pelo medo da famigerada violência urbana. Nesse sentido, os corpos dos moradores, especialmente os ditos “cidadãos”, *oscilavam* em seus percursos cambiantes pelas ruas do bairro. Transitar de espaços considerados “seguros” para “perigosos”, significava não apenas mudar rotas ou traçados, mas toda uma complexa gama de sensibilidades e ritmos corporais. A cadência dos passos de Carol cambiava quando a jovem ultrapassava os limites de seu quarteirão e partia para espaços onde o “perigo” estaria, segundo ela, “à espreita”, passando sua respiração a ganhar novos ritmos, sempre que cruzava a “temida” Rua do Piloto para chegar ao ponto de ônibus que rotineiramente freqüentava na Av. Gov. Raul Barbosa.

Buscando *conhecer em profundidade* o social (Geertz, 1989), percebi a necessidade de uma compreensão *total* dos fatos em suas complexas conectividades relacionais (Mauss, 2003). Participando das atividades e dos percursos diários dos moradores da Aerolândia pude perceber que o medo da violência criminal não era expresso apenas em linguagens verbalizadas, mas também através das *oscilações dos corpos* que expressavam sentimentos indizíveis de outras maneiras.

As investigações sociais pecam quando abdicam de uma proposta metodológica capaz de conduzir o pesquisador a convívios assíduos com aqueles ao qual se dispõe entender. Não me refiro, aos poucos momentos que se estabelecem na aplicação de entrevistas e/ou questionários, mas as vivências, participações e observações das atividades diárias, que a meu ver, levantam questionamentos e fornecem indícios instigantes para pensar as experiências urbanas.

Aprendendo o social em sua complexa totalidade, o corpo passou a ser visto não como um elemento “constante” e “permanente” nas distintas apropriações dos espaços do bairro, mas como um componente oscilante nesse processo fluído que são as relações e incursões sociais. Acompanhando os moradores da Aerolândia em suas atividades diárias, pude observar quais os lugares e percursos a serem “evitados” na busca pela manutenção da integridade física e/ou material em contextos marcados pelo estigma da violência. Quando tais espaços considerados “perigosos” não podem ser evitados, suas vivências são marcadas por oscilações, capazes de revelarem como tais contextos são apreciados. Circulando com os moradores do bairro por “lugares proibidos”, que por razões diversas não podiam ser evitados, os corpos expressaram toda sua capacidade oscilante e adaptativa.

CAPÍTULO 5

O UNIVERSO DA VIOLÊNCIA

Entender o fenômeno *violência* enquanto elemento estruturador de um “universo”, significa compreendê-lo não apenas em suas manifestações empíricas contabilizáveis, mas em seus múltiplos processamentos sociais cotidianos. O *universo da violência*, confundido e reduzido recorrentemente ao fenômeno da criminalidade, se compõe tanto das práticas classificadas como violentas, daquelas criminalizadas e inscritas na letra da lei, de suas ressonâncias simbólicas tais como os medos sociais que a mesma engendra, dos comportamentos apreensivos que estimula, das entidades encarregadas de seu controle, de sua fala corriqueira⁶⁴, etc. Investigar os processamentos sociais e individuais da violência é entender a mesma como um fenômeno complexo que espirala por várias dimensões do cotidiano dos moradores das grandes cidades brasileiras.

Buscando desvendar algumas facetas desse *universo*, inicialmente dei atenção ao que vem sendo entendido como violência entre os moradores da Aerolândia, e não apenas entre eles, e em algumas investigações científicas. Num segundo momento, reflito sobre o que são e como são gestados os medos sociais, dando destaque aos vivenciados no bojo de tal fenômeno. Por fim, trato do cotidiano e suas práticas com o intuito de compreender as complexas experiências urbanas em contextos representados através do *estigma* da violência e do medo.

5.1 Falando de violências

Falar sobre o fenômeno violência em contextos urbanos tem sido uma tarefa empreendida por diferentes cientistas sociais em seus respectivos campos de investigação. Mas o que se entende por tal fenômeno quando se fala, escutam e reproduzem apreciações, relatos e pesquisas referentes ao mesmo? Promover uma reflexão acerca do que socialmente é

⁶⁴ Ver a *fala do crime* em Caldeia, Teresa Pires do Rio. Cidades de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2000.

percebido, experimentado e reproduzido como sendo violência a partir da pesquisa que desenvolvi, foi minha preocupação nesse momento. Privilegio uma discussão nessa perspectiva, pois acredito que a mesma possa “desconstruir” visões e categorias tecidas de maneira *a priori* dos processos de investigação social.

Segundo Zaluar (2004):

Violência vem do latim *violentia*, que remete a *vis* (força, vigor, emprego da força física, ou recursos do corpo para exercer a sua força vital). Essa força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo assim carga negativa ou maléfica. Portanto é a **percepção do limite e da perturbação** (e do sofrimento causado) que vai caracterizar um ato como violento, **percepção que varia cultural e historicamente**. (Zaluar, 2004: 228-9) (Grifos meus)

De acordo com a autora, é na percepção dos limites e das perturbações de acordos tácitos e de regras que ordenam relações, que os atos poderiam ser caracterizados como violentos, ou não, em diferentes contextos sócio-históricos. Desenvolvendo seu argumento de maneira semelhante, Yves Michaud (1989) afirma que tais perturbações não dizem respeito apenas a referenciais empíricos, ou em outras palavras, ao emprego da força física. Segundo ele:

há violência quando, numa **situação de interação**, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em **graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais**. (Michaud, 1989, 10) (Grifos meus)

Compreendendo a violência, em suas diferentes possibilidades e potencialidades, como fruto de relações sociais contextualizadas no espaço e no tempo e não restritas a um componente empírico, algo que, segundo Velho (1981), seria bastante comum no Brasil, o fenômeno ganha complexidade. Segundo Michaud (1989), a violência deve ser entendida de uma maneira complexa nos danos que acarreta às esferas física, moral, material, simbólica e cultural dos diferentes indivíduos.

A violência como fenômeno social deve ser entendida enquanto fruto de relações contextualmente tecidas, onde significados são produzidos, negociados, atualizados e relativizados. Nesse sentido, a violência pode ser definida desde o “evidente”, o “fatural”, onde ações ou condutas que se ajustem ao perfil de perturbação de limites podem ser consideradas

como violentas, e desde seu “significado”, onde tenderíamos a qualificá-la a partir do tipo de relações de onde emergem, como interpessoais, individuais, *intra-familiares*, étnicas, políticas, estruturais, institucionais, simbólicas, etc.

Articulando às noções de *espaço* e *tempo* na compreensão da violência, Freitas (2003) entende que a mesma é um fenômeno de *noções ambíguas* e de *percepções ambivalentes*. Noções ambíguas, pois não existe em relação a seus componentes empíricos e subjetivos, uma única percepção do que seja violência. Ambivalente, no que diz respeito as suas representações, onde ora seriam apreciadas como positivas, ora como negativas. Nesse turbilhão de possibilidades interpretativas, concordo com Barreira (1998) quando afirma que “*uma definição sociológica da violência supõe a negação de classificações apriorísticas. A violência é gerada e reproduzida dentro de um contexto social*” (Barreira, 1998: 10). O fenômeno violência deve ser analisado e compreendido levando em consideração os pontos de vista sob os quais ela é percebida e engendrada, a partir de normas, condições e contextos sociais que variam no tempo e no espaço (Freitas, 2003).

Refletindo sobre o que considera *violência simbólica*, Bourdieu (1998) colabora de maneira propícia para o diálogo ao qual venho apontando no presente momento. Em seu livro *Meditações Pascalianas* (1998), o autor entende que a mesma seria:

essa coerção que só se institui através da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando não dispõe, para o pensar e se pensar ou, melhor, para pensar a sua relação com ele, senão de instrumentos de conhecimento que tem em comum com ele e que, não sendo mais que a forma incorporada da estrutura da relação de dominação, fazem aparecer essa relação como o natural; ou, noutros termos, quando os esquemas que aplica para se perceber e se apreciar ou para perceber e apreciar os dominantes (alto/baixo), maculino/feminino, branco/negro, etc.) são o produto da incorporação das classificações, assim naturalizadas, das quais o seu ser social é o produto. (Bourdieu, 1998: 151)

Compreendendo a *violência simbólica* como uma relação de poder quase imperceptível de classificar e arbitrar sentidos ao mundo social e suas práticas, me inspiro a pensar de forma relativizada o próprio entendimento do fenômeno *violência*. Coloco em evidência algumas maneiras como o termo foi apreciado em abordagens que investigam “o” e “no” social como etapa importante no processo de construção, “desconstrução” e manejo de conceitos e categorias sociológicas em pesquisas científicas. Perceber as maneiras como o fenômeno violência é apreciado e significado em diferentes contextos explicativos é um passo interessante na compreensão dos seus processamentos nas experiências urbanas. Como

fenômeno apreciado desde seu “evidente” ou “significado”, a violência é definida através das representações tecidas por quem as vivencia a partir de *espaços relacionais*, ou *campos*, de onde esta emerge e se particulariza. As construções teóricas com as quais o pesquisador trabalha não devem ser produzidas de maneiras descontextualizadas do processo interacional em que se constituem as investigações sociais. O fenômeno violência deve ser compreendido através de elementos capazes de revelarem ao pesquisador, o que nos mais diferentes espaços sociais é apreciado, representado e vivenciado como tal.

Admirados com a capacidade argumentativa e persuasiva de alguns autores, muitos investigadores sociais trazem para o desenvolvimento de suas pesquisas, categorias “desconectadas” do contexto dos indivíduos pesquisados e do objeto que buscam compreender. Entender o que seja violência se constitui como um importante ponto de chegada de abordagens “do” e “no” social que buscam problematizar práticas, representações e significados localmente tecidos em torno da criminalidade, da insegurança e dos medos urbanos.

Resgatando a noção de conflito para a análise das práticas sociais, Bourdieu (1998) pensa a sociedade como uma pluralidade que se constrói não através de processos harmônicos, mas de constantes disputas em torno de classificações e apreciações hierarquizantes que buscam e disputam legitimidade no social. As práticas sociais apreciadas e significadas como violentas, inseridas nesses contextos conflituos referentes a classificações hierarquizantes que buscam legitimação nos diversos espaços, devem também ser problematizadas. Aquilo que corriqueiramente vem sendo apreciado e significado como violência em suas modalidades urbanas está associado a práticas socialmente criminalizadas, não devendo, no entanto, obscurecer a complexidade das múltiplas manifestações e apreensões do fenômeno que se inscrevem na própria constituição dos diferentes campos sociais.

Nesse momento, destacarei abordagens de investigadores sociais que em seus estudos contemplaram e perceberam o fenômeno violência. A escolha de tais autores é um *ato interessado* (Bourdieu, 1999) do investigador que vos fala no intuito de proporcionar um panorama explicativo do que convencionou-se entender por *violência urbana*, especialmente em sua modalidade criminal. A percepção da violência emerge de relações que acabam por dar-lhe especificidades próprias e significações consensuais, mas que não devem obliterar a complexidade de tal fenômeno.

5.1.1 Max Weber e um *continuum* entre violência e poder

Interessado em compreender as particularidades e o funcionamento do Estado Moderno, Max Weber (1992) define sociologicamente o mesmo através da posse de um meio específico que lhe seria próprio, ou seja, a *coação física*. Segundo o autor:

o Estado Moderno é uma associação de dominação institucional, que dentro de determinado território **pretendeu com êxito monopolizar a coação física legítima** como meio de dominação e reuniu para este fim, nas mãos de seus dirigentes, os meios materiais de organização, depois de desapropriar todos os funcionários estamentais autônomos. (Weber, 1992: 529) (Grifos meus)

O Estado seria a síntese da “*relação de dominação de homens sobre homens apoiada no meio da coação legítima (quer dizer, considerada legítima)*” (Weber, 1992: 529). Nesse sentido, a violência é percebida como mantendo uma íntima relação com o surgimento e manutenção do Estado-nação, pois seria através do monopólio da mesma, ou de sua pretensão, que ele e o capitalismo moderno poderiam florescer e prosperar. Dialogando com Weber, Elias (1993) afirma que a monopolização da força poderia ser descrita como uma *invenção sociotécnica* da espécie humana, o que implicaria vivermos “*numa forma de organização social onde os governantes têm a sua disposição grupos de especialistas que estão autorizados a usar a força física em emergências e também a impedir outros cidadãos de fazerem o mesmo.*” (Elias, 1993:162)

De acordo com os argumentos de Weber, percebemos a existência de um *continuum* entre poder e violência à medida que se entenda o poder como a probabilidade de impor uma vontade, de fazer com que os outros façam o que se deseja. O monopólio da violência legítima, idéia alvo de sérias problematizações, aliado a um “funcionamento especializado” e um “direito racional” propiciariam a afirmação de um Estado onde para “*as demais associações ou pessoas individuais somente se atribui o direito de exercer coação física na medida em que o Estado o permita.*” (Weber, 1992:526)

Interessante observar o “olhar” que Weber lança na compreensão do fenômeno violência, pois o mesmo será desenvolvido por uma série de estudiosos em seus trabalhos posteriores. Buscando compreender o Estado Moderno, o autor aprecia a violência em sua íntima relação com o mesmo, onde a partir dessa perspectiva existiria um *continuum* entre o

florescimento de tal fenômeno e as relações de poder. A reivindicação do monopólio da violência se configura, na perspectiva de Weber, como um dos meios externos nos quais se apóia a dominação social. Sob a ótica do monopólio da violência legítima exercida pelo Estado, as “perturbações dos limites” e das “regras” manifestas por aqueles a quem é vedado, ou a quem não foi permitido o exercício da coação física, seriam percebidas como “a violência” característica de nossos tempos, ou seja, a *violência criminal*. Um débil monopólio por parte do Estado Moderno, seu “autêntico” e “legítimo” detentor, promoveria o clima propício para a difusão dos atores e das práticas consideradas violentas em nossos contextos urbanos. Como categoria tecida pelo investigador social a violência vai se revelando mais próxima da maneira como é significada e vivenciada na *urbe* contemporânea.

5.1.2 Desigualdades Sociais e Violência Estrutural

Outra proposta de compreensão do fenômeno violência, distinta da argumentada por Weber (1992), mas que também mantém como referência uma relação com o Estado, é desenvolvida por Elizabeth Leeds (2006) ao tecer considerações sobre as *ameaças à redemocratização e a governança* no Brasil. Atenta aos percalços das transições democráticas e econômicas em seu texto intitulado *Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local*, Leeds aprecia a violência a partir das *presenças e ausências* do Estado-nação. Nesse jogo de “presenças” e “ausências”, as classes populares seriam as vítimas preferenciais daquilo que a autora chama de *violência estrutural* ou *institucionalizada*. Segundo a proposta de Leeds:

Entende-se aqui por **violência estrutural** ou **violência institucionalizada** as condições que causam ou conduzem a uma **distribuição extremamente desigual** de recursos básicos, como serviços de saúde precários ou inexistentes, educação pública e transporte de massa deficiente, e serviços urbanos que resultam em elevados índices de subnutrição, mortalidade infantil, evasão escolar, alcoolismo e outras características de uma população urbana carente. (Leeds, 2006: 235) (Grifos meus)

Apreciada através de um jogo de *presenças e ausências* das ações do Estado, no que se refere às distribuições diferenciadas de seus recursos e serviços, principalmente aqueles referentes aos sociais, a violência é resignificada e ganha outro enfoque. A violência dita “estrutural” se faria presente através das desigualdades distributivas de recursos e serviços

entre as diversas camadas sociais da população, onde sairiam prejudicados nesse processo, rotineiramente, as classes populares. As “presenças” e “ausências” seletivas do Estado democrático brasileiro constituiriam a base de uma “violência estrutural”, onde acessos desiguais a bens e serviços somados a repressões contínuas a que estão sujeitas as camadas populares, poderiam ser entendidas como uma forma de manifestação da violência. Falaríamos, então, de *estados de violência* ao referirmo-nos a essa violência “vinda de cima”, e não de *atos de violência*, que diriam respeito a manifestações empíricas dramatizadas (Menezes, 1982) ⁶⁵.

Levando a compreensão do fenômeno violência para um nível estrutural, institucional e latente, Leeds (2006) nos brinda com a possibilidade de outras percepções sobre o mesmo. O Estado, detentor do monopólio “legítimo” da violência, surge como o protagonista de uma violência “invisível”, não manifesta em atos violentos, mas através de ausências historicamente produzidas, orientadas e seletivas.

5.1.3 A Violência Simbólica de Bourdieu

Falando sobre a manifestação de uma *violência simbólica*, relativa a coerções exercidas sobre *esquemas de percepções e apreciações* dos quais os seres sociais são os produtos, Pierre Bourdieu (1998) projeta a compreensão do fenômeno violência para outra dimensão. Agindo sobre “esquemas de apreciações” que dizem respeito, segundo o autor, às formas simbólicas que se atualizam nas maneiras de pensar a própria existência, os “outros”, sua relação com eles e as práticas sociais, o entendimento da violência recebe um olhar diferente.

Compreendida sob a ótica de um componente simbólico, tal violência cristalizasse através dos constantes conflitos e negociações microbianas em torno dos esquemas perceptivos e apreciativos tecidos nos diferentes campos sociais. O “poder” de classificar hierarquicamente as práticas, agregando valores que em “si” elas não possuem, seria uma das importantes contribuições deixadas pelo autor para se pensar as relações de dominação nos

⁶⁵ Segundo Menezes, “os atos de violência são muito mais chocantes do que os estados ou situações de violência – estes últimos quase nunca perceptíveis e quase sempre sem responsáveis direta ou claramente identificáveis”. (Menezes, 1982: 15)

espaços sociais. Entender a *violência simbólica*, na perspectiva de Bourdieu, passa pela compreensão das noções de *campo* e *habitus*, geneticamente relacionadas à mesma. Segundo o autor, o *campo*, ou espaço social, seria:

o lugar, relativamente estável, da coexistência dos pontos de vista, no duplo sentido de posições na estrutura da distribuição do capital (econômico, informacional, social) e dos poderes correspondentes, mas também de reações práticas a esse espaço ou de representações desse espaço, produzidas a partir destes pontos de vista através dos *habitus* estruturados, e informados duplamente, pela estrutura do espaço e pela estrutura dos esquemas de percepção que lhe são aplicados. (Bourdieu,1998:163)

Como espaço relacional o *campo* informaria aqueles que nele se inserem de uma dupla maneira, ou seja, através de sua *estrutura física* e dos *esquemas de percepções* que se estruturam em seus jogos contextuais. Percebendo a existência de múltiplos campos em concorrência no jogo social, seria possível observar nesse processo de disputas cotidianas hierarquizantes, a presença de diferentes investidores e interesses. Investidores múltiplos remetem a esquemas de apreciações e percepções diversificados que entram em concorrência nesse jogo conflituoso de nomeações, rotulações, valorizações, legitimações e reproduções da realidade social.

Clarificando o entendimento da noção de *campo*, acredito que a categoria *habitus* possa trazer elementos significativos na apreciação dos diferentes discursos e seus respectivos “lugares de fala” que estão em concorrência no jogo social. O *habitus* é um:

produto da incorporação de uma estrutura social sob a forma de uma disposição quase natural, muitas vezes dotada de todas as aparências do inato, o *habitus* é a *vis ínsita*, a energia potencial, a força adormecida, donde a violência simbólica, e em particular a que se exerce através dos performativos, extrai a sua misteriosa eficácia. (ibid.: 150)

Bourdieu complementa seu argumento afirmando que:

Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas, mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretencioso para outro e vulgar para um terceiro. (Bourdieu,1994: 22)

Os *habitus* são esquemas de percepções, divisões e disposições práticas que possibilitariam formas diferenciadas de apreciação e atuação no mundo social. Essa *segunda natureza*, ou seja, essa *natureza social incorporada* seria um dos elementos diferenciadores das formas de representar, entender e perceber os componentes sociais. Os *habitus* podem ser vistos, nessa perspectiva, como uma “natureza social” introjetada através de processos de socialização característicos de diferentes espaços nos quais os indivíduos estão inscritos e inseridos. Esquemas de apreciações e percepções “docemente” introjetados através da incorporação dos *habitus* distintamente tecidos nos múltiplos *campos sociais*, constituem-se como elementos de uma violência simbolicamente e subjetivamente vivenciada. Deslocando a compreensão da violência para o campo do simbólico, Bourdieu nos dá pistas interessantes para a percepção de tal fenômeno em suas múltiplas significações presentes no jogo conflitivo das hierarquizações sociais. A violência não se encerra nos atos ditos violentos, mas espirala em um turbilhão de sentimentos e práticas que acabam por construir seu universo complexo de manifestações.

5.1.4 A violência contemporânea sob a ótica das práticas criminalizadas

Buscando compreender a violência no rastro das recentes configurações sociais em *tempos de globalização*, Tavares dos Santos (1999) afirma que somente após a queda das ditaduras militares é que as problemáticas relacionadas a tal fenômeno passam a ter novas visibilidades e a incorporar diferentes sensibilidades. O autor afirma que, se nos anos 60 e 70 algumas manifestações de violência poderiam ser interpretadas a partir das noções de crise, conflito social ou questionamento político, hoje, a mesma seria explicada como fazendo parte das carências do Estado. A violência, apreciada sob a ótica de um *novo paradigma da violência* (Wieviorka, 1997), deve ser entendida como um processo simultaneamente “global” e “localizado”, onde devemos dar atenção especial à situação política e histórica dos diferentes contextos sociais.

Quando se fala de violência na Aerolândia, palco das problemáticas aqui desenvolvidas, constatei que rotineiramente as pessoas se referiam as ações ou comportamentos enquadrados no âmbito da lei, ou seja, uma violência que poderia ser denominada de *criminal ou delitiva*

(Briceño-León, 2002; Hernández, 2002; Malaguti Batista, 2003). Segundo Briceño-León (2002), refletindo sobre o atual caráter da violência na América Latina, estaríamos tratando “*de uma violencia distinta. Una violencia que podemos calificar de social, por expresar conflictos sociales y económicos; pero no de política, pues no tiene una vocación de poder.*” (Briceño-León, 2002: 14). Entendida como uma violência *social*, em contraste as ditas *políticas*, características de períodos tais como os regimes militares ditatoriais, a “nova violência urbana” seria característica, segundo Barreira (1998), de:

uma sociedade moderna que, entretanto, deixa sinais visíveis da ausência de uma violência legítima monopolizada e que continua mantendo um convite aberto a violência vinda de variados lugares sociais. É possível, então, falar de um desordenado monopólio da violência exercido por diferentes interesses que buscam reafirmar seus lugares ou resolver problemas litigiosos. (Barreira, 1998:17)

Na ausência de um monopólio efetivo da violência “legítima”, o “novo” cenário social urbano seria caracterizado por uma *difusão* de atores e práticas consideradas violentas, e tantas vezes criminalizadas. Não sendo monopolizada por uma única autoridade legitimada, se é que um dia tal situação ocorreu, atualmente estaríamos presenciando cenas de uma *violência difusa*, instrumentalizada por diferentes atores na resolução de seus conflitos fora dos limites institucionalizados de mediação legal.

A violência *urbana*, confundida com as práticas típico-idealmente e legalmente classificadas como crime, impregnam o imaginário social coletivo constituindo-se como um referencial para o entendimento do que seja tal fenômeno. “Novas sensibilidades” pós-ditadura acabam por associar o fenômeno violência a práticas socialmente criminalizadas, colaborando para uma visão “petrificada” de seu componente empírico, ou seja, sua manifestação factual enquanto ato, no imaginário social. Dessa maneira, a percepção de suas possibilidades subjetivas e simbólicas podem ser dimensionadas para um “segundo plano”.

Como fenômeno social, histórico, contextual e relacionalmente significado, as práticas de violência devem ser entendidas para além de seu enquadramento no âmbito da lei. Tal enquadramento funciona como um referencial para a construção do imaginário coletivo, mas não esgota as múltiplas possibilidades de manifestações das “violências” em contextos sociais. O fenômeno violência não se reduz a sua apreciação enquanto crime, apenas com ela confunde-se. A *violência criminal* ou *delitiva*, gestada no bojo de um monopólio legítimo deficiente, de uma ausência estrutural seletiva do Estado e de uma difusão de atores que dela

se utilizam na resolução de seus conflitos pessoais, serve como pano de fundo para o entendimento do que seja violência em sua modalidade urbana. Reduzir a compreensão de tal fenômeno a um referencial empírico ou a práticas socialmente criminalizadas contribui de maneira decisiva para o processamento da *sujeição criminal* (Misse, 2006) e de *estigmas territoriais* (Wacquant, 2005) em torno das massas urbanas marginalizadas. Localizar contextos de violência na *urbe* moderna significaria, então, identificar bairros que apresentem altos índices de ocorrências criminais. Nesse sentido, concordo com Hernández, para quem “*es importante tomar en cuenta que la ‘violencia’ no sólo significa en los ‘hechos’ que podemos ver, cuantificar, ubicar en contextos y determinar actores, sino también en lo que acarrea en cuanto a juicio, dolor, sufrimiento, tragedia, angustia, odio, miedo.*” (Hernández, 2002: 59)

Na convivência com os moradores da Aerolândia o fenômeno violência revelou-se não apenas nos fatos quantificáveis, mas também naquilo que potencializa na forma de sentimentos, dores, sofrimentos, angústias, ódios, medos, esperanças, retraimentos, enfrentamentos, astúcias, estilos, inventividades, reações individuais e/ou coletivas. Compreender a violência enquanto *fato social* (Durkheim, 1999), significa entendê-la como peça estruturante de um universo, onde sentimentos e reações são apreciados como elementos constituintes de seu processamento enquanto fenômeno altamente complexo. Nesse sentido, perceber os medos e algumas das respostas individuais e coletivas geradas em torno da violência, quando confundida com a criminalidade, é parte importante da compreensão social de tal fenômeno, pois o mesmo se apresenta como uma miríade de espirais que se entrecruzam nas experiências e práticas urbanas cotidianas.

5.2 Medos Sociais

No presente momento da investigação gostaria de deter minha atenção sobre os distintos medos vivenciados nas difusas experiências microbianas dos moradores do bairro Aerolândia. Considero esse um momento importante, por trazer elementos necessários para a compreensão do que seja o *medo*, o *medo social* e as distintas respostas individuais e/ou coletivas elaboradas e legitimadas no enfrentamento do mesmo.

Que sentimento é esse, que faz o sangue pulsar de forma mais intensa em nossas veias? Que ocupa os assuntos de nossas conversas diárias, noticiários midiáticos e debates acadêmicos? Que se torna uma maneira de representar e experimentar o viver e o relacionar-se urbano? Buscando compreender o medo enquanto elemento integrante do *universo da violência* e das maneiras de apreciar a vida na *urbe*, é interessante identificar o que nos dizem alguns estudiosos sobre tal *sentimento*. Baierl (2004) e Tuan (2005) fornecem pistas interessantes para entendermos o que sejam os medos sociais de maneira complexa. Investigando a violência na cidade de Santo André, São Paulo, Luzia Fátima Baierl afirma que o medo:

Como sentimento, relaciona-se com os sentidos, com a faculdade ou habilidade que os sujeitos possuem de perceber, analisar e classificar as coisas no mundo real. Ou seja, um conjunto de cenas, imagens, situações e fatos cotidianos despertam sentimentos de alegria, felicidade, ira, paixão, medo, raiva, tristeza, amor, compaixão, esperança, etc. Alerta para sentimentos prazerosos ou de espreita e de medo. Diz respeito às formas como as pessoas são afetadas em relação a cenas, situações e acontecimentos. (Baierl, 2004: 38)

Tuan (2005), considera o mesmo como um sentimento e afirma que mesmo gerando reações neuro-fisiológicas, ele é:

um sentimento complexo, no qual se distinguem claramente dois componentes: sinal de alarme e ansiedade. O sinal de alarme é detonado por um evento inesperado no meio ambiente. [...] Por outro lado, a ansiedade é um pressentimento de perigo quando nada existe nas proximidades que justifique o medo. A necessidade de agir é refreada pela ausência de qualquer ameaça. (Tuan, 2005: 10)

Enquanto *sinal de alerta*, que nos previne dos perigos, e elemento gerador de *ansiedades*, o medo seria um sentimento humano compartilhado com muitas outras espécies de animais. No homem, a imaginação daria o diferencial do escopo, extensões, intensidades e variações dos tipos de medos capazes de nos afetarem, potencializando suas potencialidades de maneira imensurável. Segundo Tuan (2005), nossas mentes férteis são uma abençoada mistura, conhecer é arriscar-se a sentir mais medo. Na capacidade imaginativa do homem enquanto ser social, que aumentaria o escopo e a variedade dos medos sentidos, é que vislumbramos a gestação do que poderia ser considerado *medos sociais* ou *coletivos*.

Como sentimento individual, o medo é “*uma emoção de choque, freqüentemente precedida de surpresa, provocada pela tomada de consciência de um perigo presente e*

urgente que ameaça, cremos nós, nossa conservação” (Delumeau, 1996: 23). Pensando-o em relação a uma coletividade, não podemos apreciá-lo apenas enquanto sentimentos ou sensações neuro-fisiológicas de indivíduos isoladamente concebidos, mas como elementos gestados a partir daquilo que Delumeau (1996) chamou de *singular-coletivo*. Segundo o autor, falar de medos sociais significa referir-se a *sentimentos coletivos* que têm sua gênese não apenas em experiências individuais, mas em complexos campos sociais atravessados por noções de espaço e tempo. Os medos *sociais* ou *coletivos* condensariam-se através das experiências de temor à ameaças comuns, sejam essas reais ou imaginadas. Baierl (2004) contempla os medos sociais como um tipo de *“medo construído socialmente, [...] que tem sua gênese na própria dinâmica da sociedade. Medo produzido e construído em determinados contextos sociais e individuais, por determinados grupos ou pessoas”*. E argumenta que, *“estudar o medo é avaliar como ele é produzido de maneira singular-coletiva em contextos sociais e individuais historicamente situados”* (Baierl, 2004:48).

Vinculando a noção de *medo social*, ou seja, um medo coletiva e socialmente construído e processado de maneira singular por diferentes indivíduos, à idéia de espaço e tempo, entendemos que falar sobre tal sentimento é uma tarefa que deve contemplar sua multiplicidade difusa de manifestações e afetações. Os medos dos ditos “cidadãos comuns” da Aerolândia não podem obscurecer a multiplicidade dos tipos e intensidades de sentimentos experimentados e vivenciados no espaço urbano por outros grupamentos sociais.

Falando sobre os medos que afetavam os ocidentais no ano 1000 e aqueles que nos afligem na aurora do 2000, ou seja, vinculando passado e presente no entendimento dos medos sociais, o historiador Georges Duby (1999) afirma que os sentimentos sentidos ontem e hoje são distintos, devido, entre outros fatores, aos diferentes progressos materiais e as “evoluções” das mentalidades experimentadas. Tuan (2005) aprofunda uma discussão referente às distintas constituições e ao caráter mutável dos medos sociais em diferentes contextos sócio-históricos, ao falar sobre os processos de mudanças ocorridos nas relações históricas entre o homem e a natureza.

À medida que o homem aumenta o seu poder sobre a natureza, diminui o medo que sente dela. As construções do mundo moderno suportam bem as flutuações normais da natureza. Um evento excepcional, como uma enchente, por exemplo, pode arrasar uma cidade, mas a sensação de medo difere daquela conhecida no passado porque as forças naturais não são mais vistas como marginais - isto é, possuídas pelo desejo de destruição (Tuan, 2005: 16)

A diferença nas intensidades dos medos sentidos em relação aos fenômenos naturais no passado e hoje, dá uma dimensão dos processos de mudanças aos quais estão sujeitos os medos sociais. “Afetações” de distintas intensidades e escopos são vivenciadas nos diferentes contextos sócio-históricos, pois cambiam não apenas ao longo das gerações, mas também ao longo das trajetórias individuais. Nesse sentido, Tuan (2005) afirma que:

o medo pode mudar durante a vida de um animal, certas ansiedades e sinais de alarme são aprendidos [...] Entre os seres humanos não há dúvida que os medos aparecem ou desaparecem nas diferentes etapas da vida. Tendemos a simplificar nossas experiências com o medo, suprimindo lembranças desagradáveis. Um adulto, enquanto vive rotineiramente os anos de meia-idade, mal pode lembrar as ansiedades da juventude e muito menos as noites de terror da infância (Tuan, 2005: 10)

No bojo dos argumentos expostos acima, os medos sociais não podem ser apreciados como categorias estáticas, mas sim enquanto sentimentos relacionados às noções de espaço e tempo que apresentam diferentes escopos e matrizes geradoras.

Por se tratar de um sentimento, de uma emoção, os efeitos e as reações que o medo provoca são distintos. Interagem nisso as singularidades de cada pessoa, sua história, seu repertório, suas experiências, bem como as circunstâncias e os contextos individuais nos quais o medo é desencadeado. (Baierl, 2004:40)

Gestados a partir de diferentes situações, elementos e cenas as distintas afetações dos medos sobre os indivíduos podem revelar-se. Segundo Baierl:

uma coisa pode afetar de forma diversa diferentes pessoas, e a própria pessoa, em momentos temporais e espaciais diferenciados, pode ser afetada por uma mesma coisa de forma diferente. Uma pessoa pode odiar alguma coisa que a outra ama; algumas podem ter medos que outros não tem e, ao longo de sua existência podem ter medos que nunca tiveram, segundo a forma como são afetadas pelas coisas. (Baierl, 2004:40)

Os medos diferencialmente construídos, suas distintas individuais e coletivas e sua qualidade sentimental nos levaram a percepção de que os mesmos não podem ser confundidos com suas reações sociais. As reações, tanto quanto os tipos de medos e as intensidade de suas afetações, variam no tempo e no espaço, fazendo parte dos *universos da violência* diferencialmente estruturados. As respostas aos medos sociais podem ser condicionadas e reproduzíveis, mas não uniformemente postas em prática. Falando sobre a distinção entre medos, como sentimentos, e reações, enquanto escolhas individuais e coletivas elaboradas em contextos sociais específicos, Baierl (2004), afirma que:

o medo não provoca acidentes, mortes e prejuízos as pessoas, pois é sentimento – sensação que afeta as pessoas de diferentes formas e cada uma delas reage a sua maneira, ou seja, tem uma determinada conduta frente à sensação do perigo. O que provoca acidentes e mortes é exatamente a forma de reação ao medo, que vem sendo construída socialmente e pode se constituir numa resposta coletiva às formas de uso feitas através do medo. (Baierl, 2004: 39)

As reações elaboradas frente aos medos não podem ser confundidas com os sentimentos socialmente construídos. O medo da violência criminal não determina as respostas individuais e coletivas socialmente condicionadas e elaboradas em torno desse sentimento. As distintas “afetações” geram reações difusas que dependem tanto do contexto no qual o medo é gerado, quanto do arcabouço material e simbólico dos indivíduos que optam entre as possibilidades “disponíveis” nos distintos campos sociais.

5.2.1 Processos desestabilizadores e insegurança generalizada

Entender os medos sociais, especialmente aqueles que se constroem em torno da chamada violência *criminal* ou *delitiva*, é uma tarefa que deve estar conectada a outros processos de caráter macro-estruturais que vêm transformando a sociedade brasileira nas últimas décadas. Trata-se, então, de perceber a gestação e “sedimentação” desses sentimentos no imaginário coletivo no bojo dos processos de transformações da *morfologia social* da qual fazemos parte (Tavares dos Santos, 2000: 13).

Giddens (1991), afirma que “*o mundo em que vivemos hoje é um mundo carregado e perigoso*” no qual a perda da crença no “progresso” seria um dos fatores que fundamentariam a dissolução de “narrativas da história” orientadoras de sentidos existenciais tradicionais. Globalização no Brasil, *mondialisation* na França, *globalización* na América Latina, *globalisierung* na Alemanha, ou *era global*, como prefere Tavares dos Santos (2000), são nomes dados a processos sociais que estão modificando de maneira profunda nossa existência, seja na área econômica, política, tecnológica, cultural ou social.

Esses vários processos, embora obviamente interligados e dialogando entre si, não tiveram significados coincidentes. Alguns foram restritivos e resultaram em perda e deterioração (inflação alta, crise econômica, desemprego e violência). Outros, no entanto, especialmente a democratização política, foram expansivos e geraram liberdade e respeito a direitos. (Caldeira, 2000: 44)

Tais transformações, novas em seus ritmos e escopos, levaram o Brasil a passar por diferentes *processos desestabilizadores* (Caldeira, 2000), dos quais o crime seria uma de suas manifestações mais visibilizadas. Como um conjunto complexo de processos que emergem de maneira desordenada e fortuita, a globalização, ou a *era global*, modificou a natureza da experiência cotidiana em suas várias dimensões.

A dissolução de uma crença no “progresso”, característica de uma política desenvolvimentista posta em prática desde a Era Vargas (1930-45 e 1950-54), estimulada por Juscelino Kubitschek em seu governo e reproduzida durante a ditadura militar, é acompanhada por uma difusa sensação de insegurança em distintos contextos sociais. Segundo Caldeira (2000), “*a combinação de crescimento e desigualdade marcou os mais variados aspectos do desenvolvimento dos anos 70*” que sustentavam uma idéia de “progresso” e “fé no futuro”. A autora destaca que no período:

dos anos 40 ao final dos anos 70, tanto o Brasil como a região metropolitana de São Paulo mudaram de forma dramática mas paradoxal: urbanização significativa, industrialização, sofisticação e expansão do mercado de consumo e complexificação da estrutura social foram acompanhadas por autoritarismo, supressão da participação política da maioria da população, uma distribuição extremamente desigual da renda e uma constante tentativa de manter a hierarquia social e a dominação pessoal. Em outras palavras, O Brasil tornou-se um país moderno com base numa combinação paradoxal de rápido desenvolvimento capitalista, desigualdade crescente e falta de liberdade política e de respeito aos direitos dos cidadãos. [...] Sociedade de consumo industrial pobre mas moderna, heterogênea e profundamente desigual. (Caldeira, 2000: 48)

Mesmo apresentando disparidades e desequilíbrios em seu desenvolvimento e distribuição das oportunidades, o processo de industrialização e a expansão do consumo no Brasil colaboraram para sustentar, dos anos 40 aos 70, uma idéia de progresso, alicerçada na possibilidade de mobilidade social e na incorporação do país ao mercado internacional e à modernidade (Caldeira, 2000). Acessos aos direitos sociais e a serviços de consumo coletivos, sustentavam a ilusão de que tudo caminhava irremediavelmente para “frente”. Caldeira (2000) afirma que “*a fé nas promessas de progresso e o padrão de crescimento mantiveram-se até a crise econômica de 1980*”, quando mudanças demográficas, políticas, econômicas e sociais transformaram a sociedade brasileira e a “inabalável” fé no progresso. As transformações demográficas mudaram a distribuição da população brasileira, como podemos notar através da queda nas taxas de crescimento populacional, a mudança na pirâmide etária e da configuração do contingente urbano. Quanto às crises econômicas, a “década perdida”, ou seja, o período

de 1980-90, gerou um decréscimo no PIB (Produto Interno Bruto), no salário mínimo e na renda *per capita* do brasileiro, ocasionados, entre outros fatores, pelas persistentes elevadas taxas de inflação. A recessão econômica da “década perdida”:

gerou desemprego e poucas oportunidades de recuperação durante a vigência de altas taxas de inflação, ficando mais difícil prever o futuro e aumentou a sensação de insegurança das pessoas em relação a sua posição social, passando a decadência social a ser uma perspectiva mais realista do que as possibilidades de ascensão, ao contrário do que ocorrera desde os anos 50 até os 80. (Caldeira, 2000: 50)

As conseqüências sociais da crise econômica foram enormes, adquirindo a pobreza, proporções alarmantes em fins dos anos 90. Finalmente, a democratização política nos anos 80 proporcionou uma expansão significativa dos direitos e da cidadania política. Em contextos de crises e inflações, as esperanças de mobilidade e de consumo se tornam frustradas e a insatisfação se generaliza.

enquanto a crise econômica se acentuava, havia esperança na transformação política. De fato, os movimentos sociais e a abertura política ampliaram de forma significativa os direitos políticos dos cidadãos. Por um tempo, o entusiasmo que essa expansão gerou foi partilhado por todas as classes sociais e sintetizado no desejo de que a ditadura militar terminasse. (Caldeira, 2000: 55)

Refletindo sobre as mudanças nas atuais formas das relações de sociabilidade e sobre a configuração de uma “nova morfologia do social”, produzida pelo processo de formação da sociedade global, Tavares dos Santos (1999) enumera algumas de suas transformações, afirmando que:

Produziram-se, além da metamorfose das classes sociais, outras transversalidades na produção da organização social, tais como as relações de gênero, as relações raciais, as relações entre grupos culturais e entre dispositivos *poder-saber*. Desenha-se um espaço social constituído por estruturas, posições e trajetórias de agentes sociais distintos, portanto, um espaço social complexo e multidimensional; O Estado cede passo a sociedade, visto estar sendo acossado tanto a nível macro – pelas formas supra-estatais, como diversas organizações da ONU e os variados acordos de integração regional e as empresas transnacionais – como a nível micro, pelo exercício de diversas redes de poder entre os agentes sociais. [...]; Multiplicam-se as formas de organização dos grupos sociais, para além dos interesses sócio-profissionais, mediante as infindáveis possibilidades de associações, em torno de interesses e de objetivos variados; Desencadeiam-se processos variados de formação e de consolidação do tecido social, por grupos que organizam conflitivamente seus interesses particulares e se articulam em poliformes contratos de sociabilidade. Mudanças nas instituições, como família, escola, processos de socialização, fábricas, etc, pois elas sofrem processos de desinstitucionalização; [...]; Efetiva-se uma pluralidade de diferentes tipos de normas sociais, algo mais do que o próprio pluralismo jurídico, levando-nos a ver a simultaneidade de padrões de orientação da conduta muitas vezes divergentes e incompatíveis [...]; Há uma visibilidade e uma conceituação da importância das lutas sociais, não apenas

enquanto resistência mas também como possibilidade: lutas minúsculas, plurais, uma negação das formas de exercício da dominação. [...] Encontramos novos agentes de resistência, estamos diante da negação da centralidade do poder estatal no espaço-tempo social, afirmando uma outra cartografia, pontilhada e processual, na ordenação do mundo social; As questões sociais, desde o século XIX centradas em torno do trabalho [...] tornam-se questões complexas e globais, pois várias são as dimensões do social que passam a ser socialmente questionadas, entre elas a própria construção dos laços sociais, [...]; [...] Em outras palavras, estamos diante de processos de massificação paralelos a processos de individualismo e de solidão, pois “os homens e as mulheres pós-moderna trocaram um quinhão de possibilidades de segurança por um quinhão de felicidade” (Bauman, 1998: 10); Devem ainda ser mencionadas as transformações do mundo do trabalho, mediante as mudanças tecnológicas, que vêm acompanhadas pela precarização do trabalho, pelo desemprego e pelo processo de seleção/exclusão social [...] Também são relevantes as mudanças no mundo rural, desde a questão global da fome até as inovações tecnológicas, e as novas formas de organização produtiva, como a agricultura familiar e as atuais lutas sociais pela terra em diferentes países. Ao mesmo tempo, sabemos, cada vez mais, da importância para o futuro da relação do Homem com a Natureza, indicando a questão ecológica, a discussão sobre as tecnologias intermediárias e a noção de desenvolvimento com sustentabilidade; Enfim, os novos processos culturais adquirem uma centralidade ímpar na sociedade de informação: como compatibilizar o maior acesso à Educação, à Universidade e à ciência com o mérito científico e a qualidade acadêmica; como enfrentar a questão do multiculturalismo, pensando a relação entre o Eu e o Outro, ou seja, o lugar da alteridade cultural nas sociedades em processo de globalização (Sousa Santos, 1994) (Tavares dos Santos, 2000: 16-20)

Diante dessas transformações da morfologia social, Tavares dos Santos destaca que se multiplicam as formas de violência presentes nas sociedades contemporâneas enquanto processos de dilaceramento da cidadania (Tavares dos Santos, 2000: 20).

A descrença no “progresso”, gestada no rastro das *novas questões sociais globais* e das transformações ocorridas no Brasil a partir da década de 80, nos leva a compreensão de que as ansiedades e os medos sociais vivenciados pelos brasileiros não dizem respeito apenas a dita *violência criminal*, apenas nela se condensam. O aumento do crime considerado violento “acrescenta” insegurança e fornece materialidade às ansiedades relacionadas a uma nova configuração social, onde inflação, desemprego, e uma gama difusa de situações, são fantasmas que nos afligem cotidianamente em diferentes dimensões. O desvencilhamento de “tipos tradicionais” de ordem social provocou uma angústia e um desamparo individual e coletivo frente às mudanças e experiências que impõem novos ritmos e alcançam novos escopos em nossa sociedade. “*Numa civilização que escolheu limitar a liberdade em nome da segurança, a busca por mais ordem significa mal-estar*” (Bauman, 1998).

A violência, em sua modalidade criminal, constitui-se como “um”, entre tantos outros, elementos geradores de ansiedade e medo em contextos urbanos complexos. Situação essa

que vem marcando profundamente a sociedade brasileira desde os anos 80, onde o crescimento da violência urbana e o medo que ela engendra não podem ser apreciados como a única fonte de angústias e incertezas presentes nessa “nova morfologia social”. Quando relações sociais não podem mais ser decodificadas e postas em prática de acordo com antigos padrões, critérios e normas, “tudo” pode ser apreciado como fonte de ansiedades e medos!

Expressão condensada e palpável de outros “processos negativos de mudanças”, tais como o aumento do desemprego e o fracasso das instituições de ordem, o crime, através de sua fala corriqueira, não deve obscurecer outras transformações “desestabilizadoras”, geradoras e reprodutoras de ansiedades a nível global, nacional, estadual, municipal e local. A *fala do crime* (Caldeira, 2000), ao condensar as múltiplas transformações que ocorrem na sociedade no aumento da criminalidade urbana violenta, obscurece uma gama difusa de matrizes geradoras das incertezas urbanas. Não reduzamos a compreensão dos medos sociais, mesmo que sintetizados pela *fala do crime* apenas ao aumento da criminalidade, mas percebamos outros processos que levaram o brasileiro a perder a “fé no progresso” e a representar e experimentar a *urbe* através dos sentimentos de incerteza e insegurança. A perspectiva de uma “incerteza generalizada” não pode alicerçar-se apenas em medos relativos à criminalidade, como bem me disse André, falando sobre suas angústias e ansiedades pessoais.

Há se a violência fosse o único problema que eu tivesse! Rapaz, você tem que matar um leão por dia pra ficar no “trampo”. É uma luta pra educar os filhos da gente direito, pra botar comida na mesa todo dia. Fora se tu for pensar nesses “papo” de meio ambiente e essas coisas aí! O sujeito nem fazia nada se fosse pensar no monte de coisa que tão aí e que a gente não sabe nem o que é! André, 47 anos, morador há 23 anos

5.2.2 Atualizando medos locais: o estigma territorial e a sujeição criminal

Falando sobre os processos de marginalização urbana no *gueto* norte-americano e na *banlieue* francesa, Wacquant (2005) considera o *estigma territorial* como uma das principais características demarcadoras desse “novo” movimento de exclusão por ele investigado. Tal situação ganharia destaque globalmente ao se manifestar através de diferentes termos específicos em distintos contextos sociais: ora denominadas favelas, *poblaciones*, *villa*

miserias, cantegriles, ranchos, ora banlieues, guetos, entre outros. Denominações múltiplas essas capazes de representarem:

essas comunidades estigmatizadas, situadas na base do sistema hierárquico de regiões que compõem uma metrópole, nas quais os párias urbanos residem e onde os problemas sociais se congregam e infeccionam, atraindo a atenção desigual e desmedidamente negativa da mídia, dos políticos e dos dirigentes do Estado. São locais conhecidos, tanto para forasteiros como para os mais íntimos, como “regiões-problema”, “áreas proibidas”, circuito “selvagem” da cidade. Territórios de privação e abandono a serem evitados e temidos, porque tem ou se crê amplamente que tenham excesso de crime, de violência, de vício e de desintegração social. Devido à aura de perigo e pavor que envolve seus habitantes e ao descaso que sofrem, essa mistura variada de minorias insultadas, de famílias de trabalhadores de baixa renda e de imigrantes não legalizados é tipicamente tratada a distância em tons monocromáticos, e sua vida social parece a mesma em todos os lugares: exótica, improdutiva e brutal. (Wacquant, 2005: 07).

O bairro Aerolândia e a cidade de Fortaleza não são retratos fieis dos contextos norte-americano e francês analisados por Wacquant, mas o processo de estigmatização territorial que são tecidos em torno desses espaços sociais é uma situação relevante no entendimento dos mesmos. Relacionando o *estigma* (Goffman, 1980) a um componente territorial, Wacquant dá importante contribuição para a compreensão do atual processo de “degradação” das condições e das relações urbanas. Segundo Rodrigo, morador do bairro há 15 anos:

É foda! Acho que esse pessoal também exagera, eles pensam que todo mundo que mora na Aerolândia é traficante, ladrão ou seja lá o que de mal possa se pensar. Sei que o bairro não é lá essas coisas, mas também pensar que todo mundo é igual é demais! Tu sabe como é, né?! Dá até vergonha de dizer que moro aqui e olha que eu não tenho vergonha de dizer outras coisas não. Rodrigo, 32 anos, morador do bairro há 15.

A narrativa de Rodrigo revela de maneira contundente como as relações de sociabilidade dos moradores da Aerolândia muitas vezes englobam em suas execuções a ótica do *estigma territorial*, ao apreciarem de maneira “homogênea” e monocromática diferentes indivíduos em uma espécie de “acusação generalizante”. As estigmatizações territoriais devem ser pensadas enquanto relações de apreciações e classificações, onde ao amalgamarem-se elementos socialmente condenáveis, tais como a pobreza, a criminalidade e a violência, às representações de determinados contextos, tais rotulações negativas se potencializam. No bojo dessas argumentações concordo com Zaluar (1985), para quem os pobres urbanos vivem duplamente excluídos, por serem “outros” e por serem “incultos” e “perigosos”, vivendo,

segundo o olhar etnocêntrico e homogeneizador dos “cidadãos de bem”, “o avesso da civilização”.

Como elementos constituintes das representações de onde se alicerçam muitos de nossos medos urbanos palpáveis e próximos, tais classificações genericamente elaboradas ganham importância. Fortalecer sentimentos de “pertença” em relação a contextos socialmente condenados, formar uma “auto-imagem de si” identificada com espaços representados como “perigosos”, estabelecer relações de sociabilidades com “potenciais criminosos”, ou simplesmente circular pelas ruas de um bairro outrora familiar e hoje “inseguro”, aparecem como práticas alvos de inúmeras reflexões, preocupações e atenção.

As *práticas criminalizadas*⁶⁶ aparecem recorrentemente nos discursos dos moradores da Aerolândia e da mídia como um fenômeno associado às representações do bairro, seus habitantes e comportamentos (Misse, 2006). Referindo-se ao contexto e seus residentes de uma maneira homogênea, ou seja, elegendo os locais específicos para suas constantes ocorrências, e internamente seus *micro-espacos* (Wacquant, 2005), a violência, confundida com a criminalidade, são marcas presentes nas narrativas que informam “o” e “sobre” a Aerolândia. Em tom de indignação Xavier relatou-me:

Mermão, “pora”, além de tu ser “fudido” porque não tem dinheiro, tu ainda tem que agüentar olhar pra cara dos outros e ver eles te olhando como se tu fosse um ladrão. Acho que eles nem pensam que pode existir alguém diferente do que ouvem por aí. Xavier, morador do bairro há 26 anos.

Indignado devido as “generalizações” dos *estigmas territoriais* construídos em torno da criminalidade na Aerolândia, Xavier revela como a *sujeição criminal*⁶⁷ (Misse, 1999) se potencializa no imaginário coletivo. Segundo Misse, a *sujeição criminal* se originaria quando:

a transgressão, cuja criminação é socialmente justificável, desliza para a subjetividade do transgressor e para sua individualidade, reificando-se socialmente como caráter ou enquadrando-o num tipo social negativo. Essa noção parece-me tanto mais interessante quanto maior for a capacidade do poder de definição de antecipar (ou prever) a adequação da incriminação a um indivíduo e de construí-lo como pertencente a um tipo social. Amplia-se a sujeição criminal como uma

⁶⁶ Segundo Michel Misse (1999), ao referir-se ao processo de construção social do crime no Brasil, as práticas criminalizadas seriam os cursos de ação típico-idealmente definidos como “crime”. Definição essa feita através da reação moral à generalidade que define tal curso de ação e o põe nos códigos, institucionalizando sua sanção.

⁶⁷ De acordo com Misse (ibid), a *sujeição criminal* se caracterizaria por um processo pelo qual são “selecionados preventivamente os supostos sujeitos que irão compor um tipo social cujo caráter é socialmente considerado como ‘propenso a cometer um crime’”.

potencialidade de todos os indivíduos que possuam atributos próximos ou afins do tipo social acusado. (Misse, 2006: 175)

Em contextos socialmente estigmatizados as *estratégias socióforas*, rendatárias do medo social, os distanciamentos e as segregações, reproduzem-se e difundem-se. Destacada socialmente através de práticas criminalizadas, ou seja, “*de cursos de ação típico-idealmente definidos como crime*” (Misse, 2006), os moradores da Aerolândia são testemunhas de um processo de *assujeitamento criminal* que demarca as subjetividades e os caracteres possíveis de serem encontrados e evitados em tais espaços.

Elementos constituintes de um processo de acusação social “generalizável”, o *estigma territorial* e a *sujeição criminal* tecidos em torno do bairro Aerolândia, seus moradores e práticas, demarcam os espaços e os “tipos individuais” a serem evitados em seus itinerários. Apagando-se particularidades e diferenças através de um assujeitamento criminal indistintamente reproduzido, o “perigoso” a ser evitado pode ser encontrado em qualquer esquina e na figura de várias pessoas. Representada através da *estigmatização territorial* e da *sujeição criminal*, a Aerolândia e seus moradores são recorrentemente apreciados como locais de práticas e de “subjetividades corrompidas” em meio a uma gama multiforme de acusadores. Não apenas os lugares são socialmente condenados em um clima de insegurança generalizada, pois também “*são selecionados preventivamente os supostos sujeitos que irão compor um tipo social cujo caráter é socialmente considerado como ‘propenso a cometer um crime’*” (Wacquant, 2005)”. Os moradores da Aerolândia afirmaram, nesse sentido, que aprendem “desde cedo” que moram em um lugar socialmente depreciado e que, se identificados com o mesmo, podem ser rotulados como “pessoas de má fé”. Nesse campo de complexas experiências e enquadramentos de papéis sociais, Ednaldo falou-me:

Já estou até com medo de dizer que moro na Aerolândia. Poxa, toda vida é a mesma coisa! Aquela cara de admiração ou de desprezo, olham pra você como se você fosse um monstro ou sei lá o que! Quando estou no bairro e uma tiazinha passa por mim, nem me incomoda mais, já sei que ela vai colocar a bolsa debaixo do braço porque pensa que eu vou roubar. Mas será que eles não sabem que não podem ‘botar todo mundo num balaio só não’? Ednaldo, mora no bairro há 13 anos.

Em um contexto marcado pela dita “violência urbana”, confundida com as práticas criminalizadas, e pelo medo construído em torno da mesma, os moradores da Aerolândia não temem apenas situações de *vitimização*, mas também serem confundidos com “os possíveis perigosos”, fato gerador de prejuízos, segundo os mesmos, em suas relações profissionais, afetivas, etc. Esse “duplo temor” acabava por alimentar e reproduzir desejos de construções de barreiras, evitamentos e distâncias entre os diferentes grupos sociais no interior do bairro. Nesse sentido, concordo com Wacquant (2005) ao referir-se ao processo de *marginalização urbana* experimentado no gueto norte-americano e na *banlieue* francesa, e quando recomenda que não se subestime a *força do estigma territorial* na realidade cotidiana de tais contextos.

Em primeiro lugar, o sentimento de indignidade pessoal que ele carrega assume uma dimensão altamente expressiva na vida cotidiana, que colore as relações interpessoais e afeta negativamente as oportunidades nos círculos sociais, nas escolas e nos mercados de trabalho. Em segundo lugar observa-se uma forte correlação entre a degradação simbólica e o desmantelo ecológico dos bairros urbanos: áreas comumente percebidas como depósitos de pobres, anormais e desajustados tendem a ser evitadas pelos de fora, “assinaladas” pelos brancos e corretores de imóveis, desdenhadas pelas firmas comerciais e ignoradas pelos políticos, tudo isso colaborando para acelerar-lhes o declínio e o abandono. (Wacquant, 2005:33)

5.2.3 Medo do Outro

Os múltiplos “outros”, protagonistas sem rosto da violência e de tantas outras mazelas sociais, são hoje uma das preocupações centrais das populações urbanas brasileiras, tornando-se elementos centrais nas maneiras de representar e vivenciar a *urbe*. Potencializadores de inúmeras ansiedades, angústias e medos, aqueles que se encontram excluídos da balança “eu - nós” (Elias, 1994), ou seja, os “outros”, fazem parte das experiências cotidianas em grupamentos sociais, especialmente os urbanos. Traçando um paralelo entre os medos sentidos na Idade Média e os vivenciados na aurora do Terceiro Milênio, Georges Duby (1999) entende o *medo do outro*, seja ele o estrangeiro ou o vizinho desconhecido, como um dos temores sociais que perduram nesses longos séculos que nos separam. Segundo Tuan (2005), “o medo existe na mente, mas, exceto nos casos patológicos, tem origem em circunstâncias externas que são realmente ameaçadoras.” O autor afirma que:

uma natureza externa que parecia todo-poderosa e difícil de prever era uma das principais causas de insegurança humana e medo nos tempos pré-históricos, [...] a natureza humana, com sua inconstância, seu potencial para a violência e a crueldade [...] Medo do mal e do caos nos indivíduos e grupos humanos. Assim há forças que ameaçam a humanidade de dentro e de fora. (Tuan, 2005: 117)

Como sentimento gestado a partir de elementos exteriores aos indivíduos, o medo encontraria no “outro”, detentor de uma inconstância latente e de um potencial para a violência, um personagem referencial daquilo que Tuan (2005) chama de *paisagens do medo*.

Paisagem’, como o termo tem sido usado desde o século XVII, é uma construção da mente, assim como uma entidade física mensurável. ‘Paisagens do medo’ diz respeito tanto aos estados psicológicos como ao ambiente real [...] São as quase infinitas manifestações das forças do caos, naturais e humanas. (Tuan, 2005: 10)

O “outro”, criatura sem rosto e indivíduo personificado e palpável da desgraça a qual estamos sujeitos em uma *urbe* insegura, denota toda a dependência de um conceito de realidade, depositado em outros seres humanos, do qual necessitamos em nossas interações cotidianas. Com a abertura política brasileira experimentada em 1985, os medos sociais se voltaram preferencialmente para grupos e indivíduos socialmente estigmatizados e incriminados, levando “os cidadãos de bem” a não suportarem, e o que é mais funesto, a não desejarem, o encontro com o “outro”, com o diferente, com a alteridade. Malaguti (2003), afirma que o medo do “outro” e de sua violência passou por uma mudança significativa na transição do período da ditadura militar para a democracia política no Brasil, pois segundo a autora:

a análise da transição da ditadura para a democracia (1978-1988) levou à percepção do deslocamento do inimigo interno para o criminoso comum que permitiu que se mantivesse intacta a estrutura de controle social e mais investimentos na ‘luta contra o crime’. As campanhas maciças de pânico social produziram um avanço sem precedentes na internacionalização do autoritarismo (Malaguti, 2003: 35)

Voltando-se para os “criminosos comuns”, nossos medos transformaram as experiências urbanas em uma série de “encontros de riscos”, onde dificuldades devem ser evitadas e diferenças mantidas a distância. Sem respostas ou ações palpáveis para o combate às inseguranças que nos afligem em níveis estruturais, voltamo-nos para grupos, indivíduos e espaços visíveis e localizáveis que consideramos exemplos gritantes de decadência moral e social. Frente essa “impotência estrutural” as massas urbanas periféricas e marginalizadas são representadas e vivenciadas rotineiramente como “potenciais criminosos”.

5.3 Vida Cotidiana: entre permanências e rupturas

Entender o *universo da violência*, em especial as práticas de reconhecimento elaboradas frente o medo da *violência criminal*, conduziu-me a problematização do que se entende por “cotidiano”. No percurso da pesquisa, o cotidiano revelou-se não como “*o fundo noturno das atividades sociais*” (Certeau, 2007), mas como elemento rico em *enigmas* a serem desvendados (Machado Pais, 2003).

Criticando o que considera uma apreciação convencional do termo, Machado Pais afirma que “*o quotidiano – costuma dizer-se - é o que se passa todos os dias: no quotidiano nada se passa que fuja à ordem da rotina e da monotonia. Então o quotidiano seria o que no dia a dia se passa quando nada se parece passar.*”⁶⁸ (Machado Pais, 2003: 28). Pensado sob a ótica da *rotina*, a compreensão do cotidiano se daria de maneira limitada. Investigando as raízes etimológicas da palavra *rotina*, Pais indica que a mesma aponta para outro campo semântico além do ligado a idéia de repetição. *Rotina*, se “*associaria a idéia de rota (caminho), do latim, via, rupta, donde derivam as expressões “rotura” ou “ruptura”: ou efeito de romper ou interromper; corte, rompimento, fratura*” (idem., 2003: 29). Desconstruindo um entendimento “unilateral” do cotidiano como espaço e tempo de repetições, Certeau (2007) e Machado Pais (2003), indicam que essa suposta aparência de repouso e inércia não deve ser entendida como qualidade da vida cotidiana, mas como uma situação interpretativa da mesma. Criticando essa visão “*trivial*” do cotidiano, Machado Pais (2003) destaca que:

podem colocar-se reservas à conceptualização do quotidiano a partir das vulgares apreensões do senso comum. Por duas e convergentes razões básicas. Em primeiro lugar, porque a posição trivial é aquela que opõe o “quotidiano-banal-insignificante” ao “histórico-original-significativo”, quando parece evidente que – contrariamente às posições que reduzem o quotidiano ao rotineiro, ao repetitivo e ao a-histórico – ele é, antes de mais, o cruzamento de múltiplas dialéticas entre o ‘rotineiro’ e o ‘acontecimento’. Em segundo lugar, porque o “quotidiano” pode significar mais do que o sentido vulgar do termo; é um conceito que pode e deve ser tomado como fio condutor do conhecimento da sociedade. Mas para que tal aconteça há que situar o quotidiano no “histórico-original-significativo” e não apenas no “banal-insignificante”. (Machado Pais, 2003: 74).

⁶⁸ Mantive os textos de Machado Pais no português de Portugal.

Pensando as práticas cotidianas de uma perspectiva *tática*, Certeau (2007) recoloca as operações dos usuários, supostamente entregues à passividade e à disciplina, em um panorama onde “arte” e “estilo” de apropriação podem ser vistos como indícios substanciais da inventividade e criatividade humana. Tomando o cotidiano como “fio condutor” em nossa investigação, recuperamos “*os aspectos efervescentes, espontâneos e flexíveis da vida social*” (Machado Pais, 2003:33). “*Considerado do ponto de vista de sua regularidade, normatividade e repetitividade, o cotidiano manifesta-se como um campo de ritualidades*” (Pais, 2003), porém, visto através da ótica das *artes ou estilos astuciosos* (Certeau, 2007) o mesmo se constitui como espaço de práticas dispersas que se insinuam silenciosamente.

Tomar o cotidiano, ou as práticas que nele se gestam, como fio condutor para a compreensão do *universo da violência*, é perceber o mesmo em seu *duplo caráter*. Refiro-me, a possibilidade de entender as práticas sociais não apenas sob a ótica da rotina, mas também dos acontecimentos e rupturas, evidenciando toda a complexidade da existência e inventividade individual e coletiva na apropriação dos espaços representados através da criminalidade e do medo. Pensar o “*quotidiano como alavanca do conhecimento*” (Pais, 2003) significa revelar as experiências urbanas através de suas “rotas”, ou seja, nas encruzilhadas entre suas *rotinas e rupturas*. Segundo Pais, “*as rotas do cotidiano são caminhos denunciadores dos múltiplos meandros da vida social que escapam aos itinerários ou caminhos abstratos que algumas teorias sociológicas projetam sobre o social*” (idem., 2003: 30). Então, privilegiar o cotidiano na compreensão dos fenômenos sociais, em especial da violência, é uma escolha “interessada” que diz respeito tanto a natureza do objeto que se pretende investigar, quanto do olhar que se dá ao mesmo. O cotidiano é um:

tecido de maneiras de ‘ser’ e de ‘estar’ em vez de um conjunto de meros efeitos secundários de ‘causas estruturais’. Nesse passo em frente, as ‘maneiras de fazer’ quotidianos são tão significantes quanto os resultados das práticas cotidianas, tantas vezes analisados à margem das retóricas e expressividades próprias da vida quotidiana. (Pais, 2003: 30)

A Sociologia, interessada no cotidiano, é uma ciência atenta as interações e relações sociais, e não em um conhecimento de caráter puramente lógico. Interessar-se pelas práticas cotidianas gestadas em contextos de criminalidade e medo não significa privilegiar, na análise, o indivíduo em detrimento do coletivo, pois segundo Certeau:

de um lado, a análise mostra antes que a relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, e que cada individualidade é o lugar onde atua uma

pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais. De outro lado, e sobretudo, a questão tratada se refere a modos de operação ou esquemas de ação e não diretamente ao sujeito que é o seu autor ou seu veículo.(Certeau, 2007: 38)

Nesse sentido, ao trabalharmos com “*um conjunto de combinatórias ou esquemas de operações*”, estaríamos compreendendo uma cultura ou as práticas que compõem a mesma. Compreender as práticas cotidianas dos moradores da Aerolândia como *artes do fazer*, coloca as inventividades das apropriações individuais, frente às prescrições sociais, como elementos interessantes na compreensão das permanências e transformações societárias. As apropriações, ou re-apropriações dos “*espaços organizados pelas técnicas da produção sócio-cultural*” (idem., 2007), em especial aqueles estigmatizados em torno da criminalidade, podem ser compreendidas enquanto práticas situacionais acionadas em um campo social de onde emergem e operam.

Compreender e apreciar *modos de fazer* ou *estilos de ações táticas*, não significou um retorno ao indivíduo como mônada isolado do social, mas uma tentativa de captar a criatividade e inventividade dos indivíduos na produção de práticas apropriativas de espaços marcados pela criminalidade e pelo medo. Práticas *astuciosas* de circulação no social carregam em seu movimento fluído, incontável e imensurável, a “bricolagem” das maneiras de pensar investidas em maneiras de agir (Certeau, 2007). As formas sub-reptícias assumidas por essas criatividades apresentaram constâncias que foram captadas e problematizadas nas vivências com os moradores da Aerolândia.

5.3.1 Práticas sociais: táticas astuciosas

Buscando entender a natureza ou o caráter dos esquemas de operações comportamentais, ou seja, das formalidades assumidas pelas práticas astuciosas, Certeau (2007) destaca a noção de *próprio* como elemento capaz de diferenciar as *estratégias* das *táticas* sociais. Tal distinção, segundo o autor, poderia superar as dificuldades enfrentadas pela noção de *trajetória* na compreensão das práticas sociais, pois a última, mesmo que evocando:

um movimento, [...] resulta ainda de uma projeção sobre um plano, de uma redução. Trata-se de uma transcrição. Um gráfico (que o olho pode dominar) é substituído por

uma operação; uma linha reversível (que pode ler nos dois sentidos) dá lugar a uma série temporalmente irreversível; um traço, a atos. (Certeau, 2007: 46)

A *trajetória*, criticada por sua qualidade quantificadora, diria respeito a figuras formadas em lugares supostamente sincrônicos ao invés de movimentos de sucessões diacrônicas nos espaços. Essa “representação figurativa” da trajetória seria insuficiente para a compreensão do social e de suas práticas, pois o tempo e o movimento se achariam reduzidos a projeções legíveis através de gráficos e tabelas. Através da *trajetória*, teríamos:

um traço no lugar dos atos, uma relíquia no lugar das performances: esta é apenas o seu resto, o sinal de seu apagamento. Essa projeção postula que é possível tomar um (este traçado) pelo outro (operações articuladas em cima de ocasiões). É um “qüiproquó” (um lugar no outro), típicos das reduções necessariamente efetuadas, para ter a eficácia, por uma gestão funcionalista do espaço. É preciso recorrer a outro modelo. (Certeau, 2007: 99)

As *maneiras de fazer* enunciadas por Certeau remetem à criatividade humana e ao imprevisto contextual que se perdem quando vistos sob a ótica “reducionista” da *trajetória* quantificável. As *artes* ou *estilos* de fazer em contextos de criminalidade e medo seriam melhor compreendidas através da distinção entre *estratégias* e *táticas* dos usuários. O *consumo astucioso*, ligado as idéias de movimento e fluidez, próprias do realizar cotidiano e do apropriar-se contextual, poderiam emergir diante de uma produção racionalizada, expansionista, centralizada, espetacular e barulhenta.

As práticas cambiantes e inventivas dos moradores da Aerolândia, enquanto consumidores de espaços, foram compreendidas à luz da noção de *táticas* por não possuírem um “*lugar próprio*” de referência (Certeau, 2007). Segundo Certeau, a *estratégia* é:

o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). (Certeau, 2007: 99)

Permitindo a emergência de um “*próprio*”, as estratégias proporcionariam uma vitória do lugar sobre o tempo através da fundação de um “lugar autônomo”. Nesse sentido, teríamos um domínio dos lugares pela vista, pois poderíamos se antecipar ao tempo através da leitura

do espaço e a constituição de um poder preliminar ao saber, onde as incertezas da história seriam transformadas através da “leitura” de espaços legíveis.

As *táticas* sociais, ou seja, um tipo de ação calculada e articulada nos espaços e nos tempos contextuais, diferentemente, se originariam na ausência desse “próprio”, lugar autônomo de onde se condensam as relações com o exterior. Argumentando sobre algumas características específicas das *táticas* sociais, Certeau (2007) afirma que nelas:

nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia Von Büllow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ele ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas uma docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Têm que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder do proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. (Certeau, 2007: 100-1)

E conclui afirmando que as:

estratégias são, portanto, ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam dominá-los uns pelos outros. Privilegiam, portanto, as relações espaciais. Ao menos procuram elas reduzir a esse tipo as relações temporais pela atribuição analítica de um lugar próprio a cada elemento particular e pela organização combinatória dos movimentos específicos a unidades ou a conjuntos de unidades. O modelo para isso foi antes o militar que o “científico”. As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo – as circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre momentos sucessivos de um “golpe”, aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos etc. Sob este aspecto, a diferença entre umas e outras remete a duas opções históricas em matéria de ação e segurança (opções que respondem aliás mais a coerções que a possibilidades): as estratégias apontam para a resistência que o estabelecimento de um lugar oferece ao gasto do tempo; as táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder. Ainda que os métodos praticados pela arte da guerra cotidiana jamais se apresentem sob uma forma tão nítida, nem por isso é menos certo que apostas feitas no lugar ou no tempo distinguem as maneiras de agir. (Certeau, 2007:103)

Distintas das *estratégias* pela natureza das apostas feitas no lugar e no tempo, as maneiras de agir *táticas* cristalizam-se nas práticas cotidianas elaboradas em contextos de criminalidade e medo ao porem em evidência as inventividades e criatividade individuais e coletivas (Certeau, 2007). Entender as maneiras de agir na Aerolândia, impregnadas de esquemas de apreciações e pensamentos, foi uma tentativa de compreender o social, ou o cotidiano, como *locus* privilegiado de observação de práticas astuciosas na apropriação de espaços “proibidos”. É no cotidiano que a inventividade lança mão de seus “estilos” parafraseados. Entender as práticas cotidianas pertencentes ao *universo da violência* como astuciosas, significou compreendê-las à luz de um consumo que não se pauta na passividade. As *táticas* cotidianas jogam com as circunstâncias, ou seja, com o espaço e o tempo, no cruzamento de seus “golpes” situacionais. Os espaços representados como violentos são experimentados ou apropriados segundo “estilos” que denotam toda uma forma particular de apreciação, representação e ação na *urbe*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências e sentimentos compartilhados com os residentes da Aerolândia durante a realização da presente investigação apontaram complexas situações vivenciadas em espaços socialmente representados através da ótica do *estigma* da dita “violência urbana”. Acompanhando seus percursos diários pude observar as inventividades e astúcias elaboradas e postas em prática em suas relações e circulações por locais apreciados como “perigosos” ou *críticos*⁶⁹. Como último fôlego dessa comunicação, enunciarei algumas considerações acerca da complexidade das experiências urbanas, especialmente em contextos vistos sob o prisma da criminalidade e do medo.

A primeira situação a ser considerada, diz respeito ao caráter ambíguo dos indivíduos em agrupamentos urbanos, ou seja, a “natureza ambivalente do ideal comunitário”. Viver em metrópoles brasileiras, como Fortaleza, significa conviver ao mesmo tempo com pessoas que sustentam nosso mundo e o ameaçam. Tuan, afirma que “*embora os seres humanos criem ordem e sociedade ao agir cooperativamente, o simples fato de juntar-se em um mesmo lugar produz uma situação que pode resultar em violência*” (Tuan, 2005: 16). Constituindo-se como um “outro”, que abala equilíbrios e estabilidades por não fazerem parte de um “nós” idealmente concebido, os seres urbanos apresentam suas potenciais cargas de instabilidades e imprevisibilidades transformando-se em um dos principais, senão o maior, protagonista dos medos contemporâneos. Apreciados como “outros”, estranhos a um corpo social equilibrado, os moradores da Aerolândia reproduziam internamente estigmas e barreiras que acabavam por minar sentimentos de coletividade em torno de problemáticas comuns. Elaboração subjetiva essa, que permite que as pessoas vivam “confortavelmente” com as frequentes forças imprevisíveis e inatingíveis de seu universo para as quais não possuem resposta nem visualizam um responsável palpável. Em contextos de incerteza e insegurança, o “outro”, ou o “perigoso”, pode cristalizar-se sob o arquétipo daqueles vizinhos dos quais não temos informações ou com os quais não mantemos contatos estreitos. Porém, apreciar os indivíduos

⁶⁹ Representação que serviu de justificativa para ações com a utilização de cães no policiamento do bairro. Segundo reportagem do Diário do Nordeste de 11/03/2007, tais patrulhas seriam postas em prática “em áreas da cidade consideradas **críticas** em termos de assaltos, como o perímetro Lagamar-Aerolândia”.

como uma das principais ameaças que se destacam na cidade não é a única maneira de concebê-los.

Convivendo com os moradores da Aerolândia em suas atividades e percursos diários, pude observar que ao mesmo tempo em que os indivíduos são um dos principais protagonistas dos medos sociais, eles também se constituem como um de seus elementares mitigadores. “Navegar” pelas ruas do bairro eram atividades que em suas execuções *táticas* incorporavam a presença de indivíduos, sejam aqueles estereotipados através de atributos associados à masculinidade, virilidade e força, sejam os capazes de formarem um contingente numericamente intimidador. Para ir ou retornar do trabalho, Graça não dispensava a companhia de seu pai e irmão que rotineiramente, em horários previamente acordados, a conduziam em seus itinerários pela cidade. Para André, ir namorar era uma tarefa que sempre exigia o encontro com seus amigos Arthur, Reginaldo e Mazinho, que devido possuírem atividades de interesse comuns nas proximidades da casa de sua amante, o acompanhavam, ou melhor, o “reforçavam” e lhe “davam segurança” na “aventura” de cruzar longos quinze quarteirões pelo bairro. Acompanhar-se de figuras associadas à força e a virilidade ou formar contingentes numéricos⁷⁰ capazes de intimidarem possíveis assaltantes, ou pelo menos atrapalharem suas ações, eram táticas rotineiramente utilizadas nas apropriações e circulações em espaços representados sob a ótica da violência urbana.

Na Aerolândia, pude observar a “natureza ambivalente do ideal comunitário”, ou seja, as distintas apreciações sociais dos indivíduos em contextos urbanos, principalmente aqueles tidos como “perigosos”. Ora seus residentes são representados como “outros”, potencialmente ameaçadores e instáveis, ora como um dos principais mitigadores dos sentimentos de medo e impotência na *urbe*. “Estar no bairro” não significava apreciar os indivíduos apenas sob a ótica do medo da violência criminal, mas também através de seu potencial papel minimizador dos medos urbanos. Estar sempre ao lado de figuras masculinas e “fortes”, ou de grupos numericamente expressivos, não significava apenas “estar com”, mas “estar seguro e em perigo com”. As demarcações dos “círculos estreitos de segurança” na Aerolândia incluíam encontros com figuras representadas através da virilidade e a formação de grupos capazes de produzirem *micro-poderes* através das relações contextuais urbanas (Foucault, 2006).

⁷⁰ Tratando da formação de gangues e galeras, Diógenes afirma que “o perigo das ruas parece ser, ao contrário do apregoado, o elemento mobilizador da formação de grupos e dos vários enfrentamentos entre eles”. (Diógenes, 2008: 154)

Uma segunda consideração sobre as experiências urbanas em contextos de criminalidade e medo refere-se às distintas *funções* assumidas pelo medo enquanto fenômeno social e sociológico. Como fenômeno social complexo, o medo pode ser apreciado como: *instrumento pedagógico* (Tuan, 2005; Malaguti, 2003), constituindo-se como um método comum usado para disciplinar indivíduos e coletividades, especialmente crianças, através de sua inculcação⁷¹; *meio de dominação* dos homens sobre seus semelhantes (idem, 2005; idem, 2003), através do encorajamento de uma atmosfera de medo minariam-se as possibilidades dos atores agirem coletivamente em torno de interesses comuns; ou, *elemento despedaçador* ou *desestabilizador* do cotidiano e das relações de sociabilidade “tradicionalis” gestadas no mesmo. Porém, não devemos esquecer outro importante papel assumido pelo medo em contextos contemporâneos. Ao mesmo tempo em que “ensina”, “domina” e altera ritmos e formas de relações tradicionais, o medo aproxima e une as pessoas. Segundo Tuan, o medo foi e é uma razão corriqueira para tecerem-se laços entre as pessoas.

Na escala nação-estado, é bem sabido que os cidadãos podem desenvolver um fervoroso sentimento de unidade e de nacionalidade quando ameaçados por um inimigo externo. Assim, desde a família até a nação-estado, os laços comunais podem aumentar ou diminuir com o medo. (Tuan, 2005: 337)

Viver em contextos de criminalidade e medo significa não apenas presenciar ondas de fragmentação das relações de sociabilidade, mas também o estabelecimento de laços que se tecem em meio a um clima de insegurança e incerteza generalizadas.

As interações tecidas em “tempos de incertezas e instabilidades” quanto às integridades físicas, patrimoniais e morais dos indivíduos podem ser observadas no fluir das experiências cotidianas, onde se processam astúcias apropriativas em cenários representados como “perigosos”. Na Aerolândia, as pessoas construíam seus laços e relações no caminho de seus percursos “aventureiros”, apropriando-se das paradas de ônibus como palcos para longas esperas compartilhadas entre os familiares daqueles que retornavam de suas epopéias diárias. Aguardar, em certas ocasiões por cerca de quarenta ou cinquenta minutos, os queridos familiares regressarem de seus trabalhos ou estudos não eram experiências vivenciadas

⁷¹ Segundo Tuan (2005), o medo, através da inculcação de figuras vingativas, tais como o bicho-papão, bruxas e fantasmas seria um método comum utilizado para disciplinar as crianças. Uma educação no medo prepararia as crianças para submeter-se, adaptar-se e viver seguramente.

isoladamente. Segundo Seu Airton, que rigorosamente se dirigia ao encontro de sua filha em um ponto de ônibus localizado na Avenida Governador Raul Barbosa:

Nos dias que não tem trânsito e que ela (sua filha) pega o ônibus no horário, eu passo uns vinte minutos esperando. É sempre um tempinho longo por que eu sempre chego cedo pra não ter perigo de acontecer nada com ela. Mas nos dias que ela perde o ônibus do horário dela ou acontece alguma coisa que atrasa o ônibus, eu chego a passar de quarenta a cinquenta minutos aqui esperando nesse ponto. Ainda bem que sempre têm gente aqui esperando alguém também, aí a gente bate um papo, conversa um pouco. Já até conheci um pessoal legal que joga bola e fui “bater um racha” com eles. Seu Airton, 48 anos, comerciante, morador do bairro há 30 anos.

Aguardar diariamente familiares ou amigos regressarem de suas atividades não eram experiências solitárias, pois vários eram os indivíduos que rotineiramente se dirigiam às paradas de ônibus em horários considerados “críticos”. Compartilhando objetivos comuns, as aproximações e interações aconteciam naquele *locus* de “perigo” e tensão, como me disse Seu Airton. Buscando proporcionar segurança as integridades físicas, patrimoniais e/ou morais de familiares e amigos, uma massa heterogênea e ansiosa de pessoas se via envolvida nos processamentos da violência enquanto fenômeno social e sociológico complexo e difuso. Nesse sentido, não podemos concluir que os medos sociais, especialmente o da violência criminal, afetem os indivíduos apenas esfacelando e despedaçando suas relações de sociabilidades cotidianas, pois eles também mostram os movimentos incessantes de suas rupturas e re-construções cíclicas. Em suas funções complexas, os medos sociais e suas respostas articuladas aproximam as pessoas e proporcionam o engajamento de laços e relações na *urbe*. Tais laços podem ser observados não apenas no movimento fluído das práticas cotidianas, pois algumas vezes eles chegam a se consolidar e perdurar.

Em contextos acoados por práticas criminalizadas emergem instituições, principalmente não governamentais, que em suas atuações objetivam o combate da proliferação de tal fenômeno, constituindo-se como espaços para novas sociabilidades, interações e engajamentos comuns. Dezenas de organizações, fundações e institutos articularam-se em torno do combate da multiplicação de práticas criminalizadas e da emancipação de uma “cultura de paz” na década de 90. No cenário nacional podemos destacar

a ONG *Viva Rio* ⁷²; no Ceará temos a APAVV ⁷³ (Associação de Parentes e Amigos Vítimas de Violência) que vem atuando desde 1999 no estado; e na Aerolândia podemos citar a Fundação Marcos de Bruin ⁷⁴, que desde 1992 atua na comunidade do Lagamar tentando minimizar situações de vulnerabilidade social. Pessoas que se envolveram em situações de violência, que tiveram familiares ou amigos vitimados, que ouviram falar de tais situações, ou que de alguma forma se sentiram “afetados” (Espinosa, 1983) pela mesma em seus contextos e relações, muitas vezes se articulam e se engajam em instituições que buscam minimizar práticas de criminalidade e danos materiais e subjetivos aos envolvidos. A violência, enquanto fenômeno social e sociológico, e não como uma abstração conceitual, não adentra a vida das pessoas apenas dilacerando e afrouxando laços que cremos terem sido mais estreitos e íntimos em décadas passadas, mas também aproximando as pessoas que possuem experiências, interesses e afetações comuns. Lutando por uma “cultura de paz” ou por uma “não-violência” em um contexto de “abertura” dos direitos políticos e organizacionais, despontam organizações não governamentais, institutos e fundações que agregam milhares de pessoas em seus quadros e ações. A criminalidade e o medo são “bons” motivos para que as pessoas se agreguem!

Uma terceira questão a ser destacada a partir das experiências dos moradores da Aerolândia diz respeito às formas de representar e vivenciar o espaço público urbano como lugar “incerto” e “inseguro”. Tal apreciação, exacerbada sob a ótica do aumento da criminalidade e dos medos sociais, coloca a *urbe* como um lugar onde “devemos andar com cuidado” e se possível evitar encontros com “estranhos”. Em uma sociedade de *cultura de massas* e do *consumo*, onde a imagem adquire importância fundamental nas múltiplas dimensões de nossa existência (Diógenes, 2008), marcar diferenças e/ou inserções através da ostentação de bens materiais é uma tarefa cercada de apreensões e cuidados. Lugar de afirmações de identidades, inserções, valores, diferenças, filiações e autonomias, o corpo, enquanto elaboração imagética e cultural, é um veículo altamente adaptável na construção de

⁷² Organização não-governamental fundada em dezembro de 1993 por representantes de vários setores da sociedade civil como resposta à crescente violência no Rio de Janeiro. Engajada no trabalho de campo, na pesquisa e na formulação de políticas públicas com o objetivo de promover a cultura de paz e o desenvolvimento social. Fonte www.vivario.org.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=18&inford=1433.

⁷³ “A APAVV é uma organização não governamental, que tem por finalidade apoiar, orientar, assistir e assessorar parentes e amigos de vítimas e vítimas de violência no Ceará, através de atendimento psicológico, jurídico e social, e desenvolver ações em defesa e promoção dos direitos humanos”. Fonte: www.apavv.org.br/apresentacao.htm.

⁷⁴ Segundo seu *site* na “busca incansável por condições de vida mais digna e, portanto, mais humana para a população” do Lagamar. Ver www.fabricadeimagens.org/marcosbruin/historico.html.

acessos e reconhecimentos de uma “cidadania do consumo” (Canclini, 2006). Como *locus* de “perigos” e “aventuras”, a rua era representada como um espaço onde a “cidadania consumista” e a marcação de diferenças e *reconhecimentos* (Honneth, 2007) devem ser demarcados com “cuidado” e “cautela”. Individualidades, personalidades e autonomias sob essa ótica, não podem ser manifestas com fluidez e segurança.

Não fazendo parte dos “círculos estreitos de segurança” delimitados pelos moradores da Aerolândia, a rua, muitas vezes, era apreciada pelos mesmos como um lugar “de ameaças constantes” e difusas. Percebida sob tal ótica, ela não se constituía como um espaço para desenvolvuras “despreocupadas”, manifestações de individualidades “completas”, ou exibições de inserções a “cidadanias consumistas”. Em “tempos do olhar” e/ou “das imagens” (Diógenes, 2008), onde exibir-se é uma forma de marcar diferenças, enunciar existências e buscar *reconhecimentos*, bairros apreciados sob o estigma da violência não são os mais recomendados para *exibições inclusivas*. As construções e manipulações imagéticas, que marcam diferenças e revelam acessos, eram remanejadas ou postas em prática em lugares nos quais as pessoas se sentiam “à vontade” e “em segurança”. Não poder usar cordões, comprados com esforços empreendidos em labutas diárias e exaustivas; não poder utilizar relógios de pulso, sejam aqueles de marcas famosas, sejam as falsificações compradas em camelôs no centro da cidade; e não poder circular pelas ruas do bairro com o celular de última geração à mostra, recém adquirido através de longas e penosas prestações, eram situações experimentadas pelos moradores do bairro como “indignantes” na medida em que eram representadas como restrições ao gozo dos direitos civis e a manifestação de inserções e diferenças em uma sociedade consumista imagética. Construída, entre outras formas, através da manipulação de artefatos visuais, a personalidade e a individualidade não poderiam ser expressas “livremente”, ou pelo menos não como se deseja, em espaços onde os indivíduos não se sentem seguros.

Apreciados como espaços onde não se devem exibir “espontaneamente” inserções sociais, em uma sociedade consumista e de massas; onde não se podem manifestar “livremente” personalidades, individualidades e autonomias através de construções imagéticas, pois “chamar atenção” é algo considerado perigoso; e como lugar onde o encontro com o “outro”, com o diferente, não é desejado, minam-se, na esfera pública, possibilidades de construção e consolidação de um senso de coletividade e a problematização acerca de dificuldades comuns vivenciadas pelos habitantes das grandes periferias das metrópoles

brasileiras. Para além dos círculos estreitos de segurança e das barreiras materiais e simbólicas criadas pelos moradores da Aerolândia, o espaço público não vem sendo apreciado como espaço para a politização coletiva de problemas comuns, mas como lugar para evitamentos e táticas sociais reflexivamente elaboradas.

Quando o espaço público urbano é representado sob a ótica da violência, da criminalidade e dos medos socialmente construídos, minam-se possibilidades de encontros com o “outro” e a problematização de dificuldades estruturais que afetam as classes economicamente desprovidas de diferentes cidades brasileiras. Nesses contextos, as relações de sociabilidade e as reivindicações coletivas são re-elaboradas em espaços de interesses comuns que não objetivam soluções para os problemas de uma ampla camada da população rotineiramente prejudicada.

A quarta, e última, consideração a ser feita nesse momento, refere-se aos “acessos” e *reconhecimentos* (Honneth, 2007), em uma perspectiva jurídico-normativa, que grupos socialmente considerados como *desviantes* estão tendo aos direitos civis. Como dimensão importante da cidadania em sociedades que se consideram democráticas, a esfera civil da democracia brasileira apresenta sérios e recorrentes problemas. Vivenciar “situações de ilegalidade” em contextos de violência não significava exclusivamente se manter à distância do braço visível da ordem e da lei, ou seja, da polícia. Quando passamos a não associar indiscriminadamente e estabelecer uma correlação linear entre consumo de drogas e criminalidade urbana violenta, somos capazes de enxergar a complexa situação vivenciada por usuários de maconha em espaços marcados pelo *estigma* da violência. A polícia era evitada quando sua presença significava “perigo” para aqueles que estavam em “situações de ilegalidade”, quando não se constituíam tais riscos, os representantes de tais instituições eram buscadas e desejadas como meio de mitigar o sentimento de medo da violência.

Vista com desconfiança pelos “meninos da praça”, devido a várias situações vivenciadas pelos mesmos, a polícia, muitas vezes o único órgão estatal que os jovens das massas urbanas marginalizadas acessam em contextos de criminalidade, era procurada como meio capaz de diminuir a sensação de insegurança urbana. “*Usar drogas não significa roubar*”, me disse Edilberto em tom de indignação por dezenas de vezes haver sido confundido com assaltantes que agem no bairro Aerolândia e em seu entorno.

Identificar a associação funesta entre consumo de drogas e criminalidade urbana violenta em nossa sociedade possibilita dimensionar o tipo de acessos que grupos considerados *desviantes* e praticantes “situacionais” de ações criminalizadas estão tendo aos direitos civis. Vítimas “silenciosas” e “silenciadas”, ou não, de abusos policiais, os usuários de drogas ora buscam esquivar-se dos agentes da lei, quando se encontram em situações de ilegalidade, ora reclamam sua presença como meio capaz de evitar que sofram ameaças ou atentados as suas integridades físicas e patrimoniais. Nesse jogo de “evitações” e “presenças”, os “meninos” traçam circuitos astuciosos nos espaços urbanos, vivenciando simultaneamente a complexa situação de serem apreciados como protagonistas exemplares e corporificados da “violência urbana” e de estarem expostos e vulneráveis, como qualquer outro “cidadão de bem” da Aerolândia, ao fenômeno da criminalidade.

Nessa perspectiva, a questão dos direitos civis, retardatários num percurso de consolidação da democracia brasileira, de grupos considerados *desviantes* não devem ser apreciados enquanto posses estáticas, mas como elementos situacionalmente acessados através de suas práticas e relações sociais. Em contextos de criminalidade e medo, os usuários de drogas também se sentem “inseguros” e desejam, muitas vezes arditamente, o aumento da severidade com que devem ser tratados os praticantes de roubos e assaltos. A “situação de ilegalidade” dos meninos da praça era relativizada quando o personagem assaltante entrava em cena, pois, para eles, uma coisa era usar drogas e “não fazer mal a ninguém além de si mesmo”, e outra era “ser ladrão”, e por isso pôr em risco a integridade física de outras pessoas. O processo de *incriminação social*⁷⁵ não pode agrupar indiscriminadamente os diferentes praticantes de atos considerados ilícitos quando passamos a perceber que os próprios infratores marcam diferenças e estabelecem fronteiras e distâncias quanto às ações “aceitáveis” e “toleradas”. Na Aerolândia, os usuários de drogas, tanto quanto os “cidadãos comuns”, temiam, mesmo que com intensidades diferentes, por sua integridade física, patrimonial e moral.

Quando o órgão encarregado de garantir “integridades” se constitui naquele ao qual devemos evitar, os direitos civis são acessados através de situações contextuais. O medo da violência criminal não é o único sentimento a assombrar os “meninos da praça” da Aerolândia, pois os mesmos experimentam em seu cotidiano as práticas abusivas do órgão

⁷⁵ Ver Michel Misse (2006), “*Cidadania e criminalização no Brasil: o problema da contabilidade oficial do crime*”.

estatal encarregado de combatê-la. Para os “meninos”, acessar ou garantir direitos civis em contextos de criminalidade e insegurança significava encontrar brechas situacionais capazes de capitalizarem de maneira positiva as presenças policiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social: da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo: Cortez, 2004.

BARREIRA, César. **Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1988.

_____. Massacres: monopólios difusos da violência. **Revista crítica de ciências sociais** Coimbra, vol.57/58. 169-186, Junho/Novembro 2000.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Usos da cidade, conflitos simbólicos, patrimônio e invenção das tradições**. Lisboa: Análise Social, v. XLII, p. 163-180, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BECKER, Howard. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

_____. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.

BERGER, Peter L. e LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERREMAN, Gerald. Por detrás de muitas máscaras. In: **Desvendando máscaras sociais**. Organizadora: Alba Zaluar. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1980.

BESSON, Jean-Louis. Nem tanto excesso de honra, nem tanta indignidade. In: **A ilusão das estatísticas**. Org. Jean-Louis Besson. Tradução Emir Sader. São Paulo: UNESP, 1995.

BOURDIEU, Pierre. Os modos de dominação. In: **Le sens pratique**. Paris: Ed. De Minuit, 1980.

_____. “Prólogo; A arte de resistir às palavras; Algumas propriedades dos campos ; A metamorfose dos gostos”. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. **Lições de Aula**. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Razões práticas**. São Paulo: Papirus 1994.

_____. “Violência simbólica e lutas políticas”, In: **Meditações Pascalianas**. Oeiras: Celta, 1998.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto. La nueva violencia urbana de América Latina. In: **Violencia, sociedad y justicia en América Latina**. Org. Briceño-León. Buenos Aires: Clacso, 2002.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime e segregação e cidadania**. São Paulo: EDUSP, 2000.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **A cultura no plural**. Tradução de Enid Abreu Dobránsky. Campinas: Papyrus, 2005.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado – pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

_____. **Arqueologia da violência – pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Oeiras: Celta Editora, 1993.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**. Campinas: Papyrus, 2001.

DIOGÊNES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip Hop**. Fortaleza: Annablume, 1998.

DUBY, Georges. **Ano 100, ano 2000: na pista de nossos medos**. São Paulo: UNESP, 1999.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador Vol.2**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Zahar 2000.

_____. “Prefácio”. In: **A Sociedade de Corte.** São Paulo: Zahar, 2001.

ESPINOSA, Baruch. **Pensamentos metafísicos; Tratado de correção do intelecto; Tratado Político; Correspondência;** seleção de textos de Marilena Chauí (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis: Vozes, 2006.

FRASER, Nancy. From Distribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a ‘Postsocialist’ Age. In: **Justice Interruptus: Critical Reflections on the ‘Postsocialist’ Condition.** Londres: Routledge, 1997.

FREITAS, Geovani Jacó de. **Ecos da Violência: narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **Mundo em descontrole.** Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Nota sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 2005.

GOLDWASSER, Maria Julia. “Cria fama e deita-te na cama”: um estudo de estigmatização numa instituição total. In: **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social.** Organizador: Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **Pesquisa em Ciências sociais: o projeto da dissertação de mestrado.** Fortaleza: EUFC, 1999.

HAGUETTE, Teresa Maria frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** Petrópolis: Vozes, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HERNÁNDEZ, Tosca. Des-cubriendo La violencia. In: **Violencia, sociedad y justicia en América Latina.** Org. Briceño-León. Buenos Aires: Clacso, 2002.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** São Paulo: Editora 34, 2007.

ILANUD. **Pesquisa de Vitimização e Avaliação do Plano de Prevenção da Violência Urbana** - PIAPS. Pesquisador responsável Túlio Kahn. FIA – USP, 2002.

KOFES, Suely. E sobre o corpo, não é o próprio corpo que fala? Ou, o discurso desse corpo sobre o qual se fala. In: **Conversando sobre o corpo**. Org. Heloisa T. Bruhns. Campinas: Papyrus, 1986.

LEEDS, Elizabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local. In: **Um século de Favela**. Organizadores: Alba Zaluar e Marcos Alvito. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MALAGUTI BATISTA, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MATOS JÚNIOR, Clodomir Cordeiro de. **A violência no contexto urbano: um estudo do processo de produção de sentidos e estereótipos sobre o espaço social e o indivíduo**. 2004, 58 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

MATTA, Roberto da. **A casa & a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes. A violência da cidade no discurso radiofônico. In: **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza: UFC, 1981/1982.

MICHAUD, I. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência na adolescência: a face monstruosa no Brasil adulto**. In: Academia Nacional de Medicina. (Org.). Anais do I Congresso Nacional de saúde do adolescente. Rio de Janeiro: Esdeva, p. 121-144, 1991.

_____. **A violência social sob a perspectiva da saúde pública**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. X, n. 1, p. 7-18, 1994.

_____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Lumen Juris editora, 2006.

OLIVEN, Ruben George. **Violência e cultura no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982.

ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.

PAIS, José Machado. **Vida cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.

PAIXÃO, Antônio Luiz. Crime e criminosos em Belo Horizonte: 1932-1978. In: **Crime, violência e poder**. Org. Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PAUGAM, Serge. **A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. Tradução Camila Giorgetti e Tereza Lourenço. São Paulo: Educ / Cortez, 2003.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: o mito da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: **O fenômeno urbano**. Org. Otávio Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SIMMEL, George. A natureza sociológica do conflito; a competição. In: **Simmel**. São Paulo: Ática, 1983.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. As novas questões sociais globais. **Revista crítica de ciências sociais**, Coimbra, vol.57/58. 13-24, Junho/Novembro 2000.

TAYLOR, Charles. The politics of Recognition. In: Guttman, A. (ed.). **Multiculturalism: examining the politics of recognition**. Princeton: Princeton University, 1994.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: UNESP, 2005.

TURNER, Victor. **O processo ritual: estrutura e antiestrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.

_____. The Anthropology of performance. In: TURNER, Victor. **The Anthropology of performance**. New York: PAJ Publications, 1987. P. 72-98.

VELHO, Gilberto. **Violência e relações sociais – a questão da diferença**. In: Revista de Ciências Sociais. Fortaleza: UFC, 1981/1982.

_____. **A utopia urbana: um estudo de antropologia social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

_____. **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. O desafio da proximidade. In: **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Organizadores: Gilberto Velho e Karina Kuschnir, Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

WACQUANT, Löic. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WEBER, Max. **Economia e sociedade** Vol.2. Brasília: Editora UNB, 1999.

WHYTE, Willian Foote. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área pobre e degradada.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Condomínio do diabo.** Rio de Janeiro: Revan, 1994.

_____. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)